

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência

Paulo César Funghi Alberto

LUTAS OPERÁRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
ENTRE OS ANOS 1970 E 1990: Memórias Individuais e Coletivas

Belo Horizonte
2021

Paulo César Funghi Alberto

**LUTAS OPERÁRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
ENTRE OS ANOS 1970 E 1990: MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação e Docência.

Linha de pesquisa: Trabalho e Educação

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Márcio Alves dos Santos

Belo Horizonte
2021

A334I
T

Alberto, Paulo César Funghi, 1956-
Lutas operárias na região metropolitana de Belo Horizonte entre os
anos 1970 e 1990 [manuscrito] : memórias individuais e coletivas / Paulo
César Funghi Alberto. – Belo Horizonte, 2021.
146 f. : enc, Il., color.

Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientador : Geraldo Márcio Alves dos Santos.

Bibliografia : f. 143-146.

1. Educação – Teses. 2. Memória – Teses. 3. Memória coletiva –
Teses. 4. Movimento Sindical – História – Belo Horizonte (MG) – Teses.
5. Sindicalismo – História -- Belo Horizonte (MG) – Teses. 6. Sindicatos --
Metalúrgicos – Belo Horizonte (MG) – Teses. 7. Metalúrgicos – Teses. 8.

Ditadura e ditadores – teses. 9. Movimento operário – História – Belo
Horizonte (MG) – Teses. 10. Partidos políticos – Teses.

I. Título. II. Santos, Geraldo Márcio Alves dos, 1971-.

III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 331. 88098151

Catálogo da fonte: Biblioteca da FAE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

UFMG

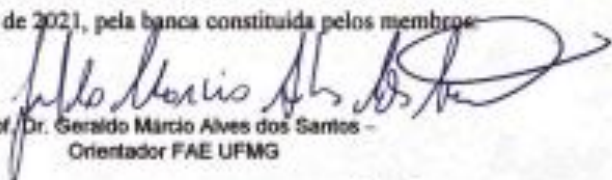
FOLHA DE APROVAÇÃO


**LUTAS OPERÁRIAS NA REGÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
ENTRE OS ANOS 70 E 90: MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS**

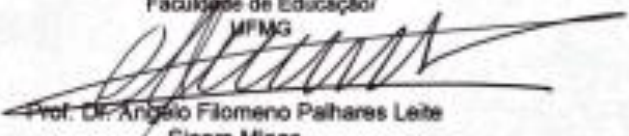
PAULO CESAR FUNGHI ALBERTO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2021, pela banca constituída pelos membros:


Prof. Dr. Geraldo Márcio Alves dos Santos -
Orientador FAE UFMG


Prof. Charles Moreira Cunha
Faculdade de Educação/
UFMG


Prof. Dr. Angelo Filomeno Palhares Leite
Sinpro Minas

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Muitas vezes, passou pela minha cabeça desistir deste desafio. As dificuldades de compatibilizar o trabalho acadêmico e as tarefas profissionais do dia a dia às vezes pareciam impossíveis de serem superadas, mas as palavras de incentivo, a cooperação e a solidariedade me fizeram seguir em frente.

Agradeço ao professor Geraldo Márcio, meu orientador e amigo, desde o tempo da graduação no UniBH, sempre com muita paciência e disponibilidade de socializar seus conhecimentos.

À professora Daisy Cunha, companheira de longa data e grande incentivadora, minha gratidão.

Agradeço também a todos os companheiros metalúrgicos, que me ajudaram, nesta dissertação, com o esforço de buscar em suas memórias as contribuições para que esta pesquisa fosse realizada.

Agradeço o Paulo Vitor, meu filho, que embora, ainda criança, sempre me perguntava se eu precisava de alguma ajuda. Fico na expectativa que ele viva em um mundo melhor. A Dona Rita, minha mãe, meu agradecimento pelo incentivo.

Expresso aqui minha gratidão também a todos professores e professoras das disciplinas do Promestre-FAE pelo aprendizado que me proporcionaram, de grande importância para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa é um esforço para, por meio da memória individual do autor e da memória coletiva operária, recontar a história dos trabalhadores metalúrgicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O período estudado é entre o final da década de 1970 e a década de 1990, com foco nos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Buscou-se, pelo fio da memória de documentos e de registros históricos, recontar a luta de trabalhadores contra o regime militar na época e as mobilizações por salários mais justos e melhores condições de trabalho e de vida. Usando instrumentos da narrativa de personagens que viveram esse período e tiveram papel destacado nesse processo, procurou-se achar respostas a indagações sobre as dificuldades de organização dos trabalhadores no chão de fábrica, sobre o fracionamento do movimento sindical brasileiro e, ainda, sobre as relações entre partidos e sindicatos. A pesquisa reuniu também diálogos com diversos autores, buscando evidenciar o papel da memória, tanto individual quanto coletiva, como importante instrumento para interferir em realidades do tempo presente.

Palavras-chave: Memória operária. Sindicatos dos Metalúrgicos. Partidos políticos. Ditadura.

ABSTRACT

This research is an effort to, through the individual memory of the author and the collective memory of the workers, recount the history of the metallurgical workers of the Metropolitan Region of Belo Horizonte. The period studied is between the end of the 1970's and the 1990's, with a focus on the metalworkers of Belo Horizonte and Contagem. The aim was to retell the workers' struggle against the military regime at the time and the mobilizations for fairer wages and better working and living conditions. Using instruments from the narrative of characters who lived through this period and played an important role in this process, answers were sought to questions about the difficulties of organizing the workers on the factory floor, about the fragmentation of the Brazilian labor movement, and also about relations between parties and unions. The research also gathered dialogues with several authors, seeking to highlight the role of memory, both individual and collective, as an important instrument to interfere in the realities of the present time.

Keywords: Worker's memory. Metallurgical unions. Political parties. Dictatorship.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Greve da construção civil em Belo Horizonte, em 1979	15
Imagem. 2. Corpo de Santo Dias sai da Catedral da Sé, em 1979	17
Imagem. 3. Trecho de documento do Serviço de Inteligência do Estado	18
Imagem. 4. Torno automático usado na época	34
Imagem. 5. Infográfico sobre funcionamento do Came	35
Imagem. 6. A foto ilustra esse tipo de máquina operatriz, relativamente pouco conhecida pela maior parte da população	39
Imagem. 7. Carteira de trabalho do “Seu Joaquim”.....	44
Imagem. 8. Cópia da candidatura de Seu Joaquim ao Senado	45
Imagem. 9. Panfleto com comemoração de conquistas operárias.....	48
Imagem. 10. História em quadrinhos satirizando a repressão do Estado contra as organizações sindicais	49
Imagem. 11. Cartaz da Convergência Socialista	64
Imagem. 12. Boletim informando sobre reunião com a Belgo Mineira	65
Imagem. 13. Foto da comemoração da nossa chapa, no dia do resultado da eleição	73
Imagem. 14. Ata confidencial de Reunião do Comitê Pró-Diretas de Belo Horizonte	74
Imagem. 15. Panfleto do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem	75
Imagem. 16. Boletim Informativo <i>O metalúrgico</i> , do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, ano 50, n. 0, nov. 1984	84
Imagem. 17. Eu, Paulo Funghi, ao lado de Paulo Moura, sobre o caminhão do nosso sindicato, na porta de uma fábrica	85
Imagem. 18. Ata de Assembleia dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, realizada em 4 de fevereiro de 1988	86
Imagem. 19. Fotografia de um evento na Argentina com o Movimento al Socialismo (MAS), em 1984. Eu, Paulo Funghi, Geraldo e Tonico estamos na imagem	88
Imagem. 20. Assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Com o microfone, Ênio Seabra. Na mesa, Geraldo Baulino, eu, Paulo Funghi, e Paulo Moura	89
Imagem. 21. Relato do serviço de inteligência do Estado	92
Imagem. 22. Imprensa noticia mortes na invasão da CSN.....	107
Imagem. 23. Matéria “O carinho da família”, do <i>Jornal do Brasil</i> , de 20 de março de 1989 ...	111

Imagem. 24. Matéria “Metalúrgicos mantêm atividades”, do <i>Jornal do Brasil</i> , de 20 de março de 1989	112
Imagem. 25. Relato do serviço de inteligência do Estado	114
Imagem. 26. Matéria “Greve na Belgo Mineira”	115
Imagem. 27. Telegrama da Mannesmann para o Ministério Público do Trabalho	118
Imagem. 28. Eu, Paulo Funghi, ao lado de Lula, Nilmário Miranda e Antônio Carlos (Carlão)	120
Imagem. 29. Boletim Geral <i>O Metalúrgico</i> , n. 61, de 06 de maio de 1991	121
Imagem. 30. Na presidência da CUT, assumindo o debate sobre preconceito contra faixa etária, e sobre o desemprego entre os trabalhadores mineiros	129
Imagem. 31. Na presidência da CUT, participando de evento no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé, sobre o impacto da reestruturação produtiva entre os metalúrgicos	130
Imagem. 32. Em 1991, compus chapa com Nilmário Miranda, como vice-prefeito, para concorrer à Prefeitura de Contagem	132
Imagem. 33. Pela executiva do PT-MG, atuando na articulação da chapa Lula e José Alencar	134

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE SUJEITO E OBJETO	10
1.1 Procedimentos Metodológicos e Constituição do <i>Corpus</i>	25
2. APRENDER A SER TRABALHADOR: PRODUZIR, COMPARTILHAR E LUTAR	30
2.1 Trabalho e Desemprego: o drama da consciência de classe em contexto de autoritarismo	52
2.2 Trabalho, Sindicato e Ideologia: construção e disputas na direção dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem	63
3. EXPERIÊNCIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: O FIO DA MEMÓRIA POR DENTRO DA ESTRUTURA SINDICAL	71
3.1 Sindicalismo e Consciência de Classe: dilemas e contradições da prática sindical	93
3.2 Greves: a mobilização operária e o autoritarismo antissindical em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990	102
3.3 Metalúrgicas e Militantes: a participação das mulheres	122
4. LUTAS POLÍTICAS AMPLIADAS: ESTRUTURA SINDICAL, VIA PARTIDÁRIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE LUTA DOS TRABALHADORES	128
À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES: RESGATANDO VIVÊNCIAS	136
REFERÊNCIAS	143

1. INTRODUÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE SUJEITO E OBJETO

O interesse em pesquisar, por meio da memória individual e coletiva, as lutas dos metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 1990, decorre do meu envolvimento com o objeto desta pesquisa, a saber, da minha trajetória profissional como operário metalúrgico e de meu envolvimento com as lutas dessa categoria no contexto histórico delimitado neste estudo. É importante considerar que, em decorrência do acúmulo de experiências adquirido nas lutas operárias, trabalhei também no campo político partidário e na administração pública, bem como me relacionei com questões concernentes aos direitos civis, políticos e sociais, portanto com os dilemas de uma democracia ainda em consolidação no Brasil. Soma-se a isso minha trajetória acadêmica, que sempre suscitou um diálogo com minhas experiências profissionais e militantes. As vivências acumuladas, recentemente, mobilizaram-me no sentido de refletir sobre esse tempo histórico nas lutas dos metalúrgicos.

Ressalto que, embora o objeto desta pesquisa remeta a fatos ocorridos em décadas passadas, a motivação parte do presente. Em virtude da minha trajetória como trabalhador e da relação política com os metalúrgicos, ainda hoje tenho interesse em contribuir para o conhecimento sobre a história mais recente dessa categoria em Belo Horizonte e Contagem, entre as décadas de 1970 e 1990. Outro estímulo é a crença na possibilidade de que alguns acontecimentos desse momento histórico possam ser resgatados. Ainda que não tenham sido sistematizados, estão registrados na memória individual e coletiva dos companheiros desse período. Dessa forma, há um esforço de evitar o ocultamento de certas pessoas na história, o qual, quando ocorre, compromete a própria história de uma determinada sociedade.

A minha experiência me permite desvelar importantes aspectos nas lutas sindicais em um determinado momento, recuperando a presença de trabalhadores e lideranças nas lutas trabalhistas e nas lutas sociais mais amplas e contrapondo o apagamento da memória coletiva, ou mesmo a destruição de registros documentais e monumentais, no sentido atribuído por Le Goff em seu livro *História e Memória* (2013).

Nesse sentido, há que se perguntar em que medida o ocultamento de parte da história dos metalúrgicos, em específico na grande Belo Horizonte, seria reversível? Onde estaria o fio invisível de sua história? Assim como acreditamos que os trabalhadores são os produtores das condições de sua própria existência, também cremos que, onde houver vida, recente ou remanescente, lá estarão as marcas dos trabalhadores. Talvez caiba, nesta pesquisa, mostrar que o princípio educativo do trabalho pode estar também na memória e, mais uma vez, que o trabalho, além da dimensão econômica, deixa marcas no social, na cultura e na política.

Se, para os trabalhadores, a tensão entre os interesses do presente pelo passado pode encontrar motivações diversas, inclusive em uma reflexão mais sistematizada, como é o caso deste estudo, cabe ressaltar que essa temática é ainda de interesse dos diversos campos das Ciências Sociais.

A relação entre passado e presente marca, de maneira variada, diversos campos de estudos das Ciências Sociais: além da História, há a Psicologia Social, a Antropologia e a Sociologia. De um modo geral, esses campos entendem que a relação passado/presente só é possível se houver formas de resgatar o que passou, e, exatamente nesse pressuposto, aparecem as distintas perspectivas de tratar essa relação. Aparece a dificuldade em garantir a objetividade do, ou no, acesso ao passado. (LE GOFF, 2013).

Há, entre alguns historiadores e antropólogos, a defesa de que são sempre as motivações do presente que nos levam a interrogar o passado. Para Marc Augé (AUGÉ apud LE GOFF, 2013, p. 212), “que a história tenha um sentido é a exigência de toda sociedade atual [...] a exigência do sentido passa sempre por um pensamento sobre o passado.” Le Goff (2013) dialoga com os historiadores sobre o quanto a relação entre presente e passado é fundante para o conhecimento histórico; por exemplo, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, já trazia uma leitura de Marx e da relação dos historiadores com o passado.

Marx indicou claramente o processo do pensamento histórico. O historiador parte do presente [...] a sua atuação é, de início, recorrente. Vai do presente ao passado. Daí, volta ao presente, que é então mais bem analisado e conhecido e já não oferece à análise uma totalidade confusa. (LEFEBVRE apud LE GOFF, 2013, p. 212).

Entendemos que a história de uma determinada sociedade, ao ocultar, voluntariamente ou não, a presença de trabalhadores e não se esforçar pelas diversas nuances de sua existência, quais sejam os processos em que estejam inscritos, é uma história fragmentada, empobrecida e que, com efeito, oculta também processos históricos fundamentais.

Há um aprendizado a ser feito a partir do que foi legado pelos trabalhadores, um patrimônio de conquistas ancestrais da atual classe trabalhadora. Mesmo que essa herança não esteja totalmente disponível na historiografia, por isso mesmo é preciso buscá-la em outros caminhos. O sucesso desse tipo de empreitada pode estar relacionado com as possibilidades de registro na memória individual e/ou coletiva.

Vislumbramos, além disso, que esta pesquisa possa trazer contribuições para a História política do período de fins da década de 1970 e da década de 1980. Em certa medida, o resgate da memória daqueles trabalhadores que já lutaram, especialmente de forma coletiva, por seus direitos e pela democracia, no trabalho e fora dele, pode contestar as fontes

institucionalizadas, ampliando a importância da classe trabalhadora na consolidação da democracia brasileira. Concordamos com Le Goff, para o qual “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 2013, p. 437).

Os interesses dos trabalhadores não se concentram apenas no passado, porque, quanto mais conhecem a sua própria história, mais se qualificam frente aos dilemas do tempo presente, cujos impactos, muitas vezes, não ficam somente em uma categoria profissional, mas no conjunto da classe trabalhadora e, porque não, na sociedade, de modo geral¹. Desse lugar, do trabalhador carregado de memória individual e coletiva, surgiu nosso interesse em realizar este trabalho.

Se, de um lado, temos acesso a vários registros dessas duas perspectivas de memória, por outro, isso implica um trabalho intenso, objetivo e subjetivo. Com marcas objetivas e uso de técnicas pertinentes a uma pesquisa de mestrado, mas também com marcas subjetivas, vai-se da emoção ao receio, do espanto por encontrar registros à decepção de não encontrar, no material, aquilo que paira na imaginação. Sabemos dos desafios que isso implica, porém somos motivados por aquilo que Ciavatta (2002) apontou, de forma direta e sucinta, sobre o papel da memória como ferramenta de transformação na sociedade: “a memória fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente e permite elaborar projetos para lidar com as transformações inevitáveis do tempo”. (CIAVATTA, 2002, p. 15).

A pesquisa resgatou a memória de um período marcado por luta de resistência dos operários em metalurgia na Região Metropolitana de Belo Horizonte, época de grande efervescência política e de significativa retomada da luta democrática no Brasil. Procurei, ao escolher este tema, utilizar a experiência que vivi como militante operário, dirigente sindical e político a partir do final dos anos de 1970 até a virada do século XX para o XXI.

Mesmo sabendo da existência de vários estudos e publicações sobre esse período da nossa história (SCARPELLI, 2019; OLIVEIRA, 2010), acredito ser possível acrescentar elementos novos, baseados em depoimentos, documentos, registros fotográficos e recordações, minhas e de antigos companheiros, de momentos que vivemos no calor dos acontecimentos da época.

¹ As lutas em prol da democracia, contra o arbítrio, o autoritarismo e a intolerância, podem ser consideradas de interesse civilizatório.

Iniciei a militância sindical e política em 1978, dez anos depois da heroica greve metalúrgica de 1968, de Contagem-MG e Osasco-SP, que desafiou a ditadura militar e ganhou notoriedade nacional, forçando o governo ditatorial a deslocar o seu Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, até Contagem. A força do movimento grevista, em plena ditadura, incomodava cada vez mais os militares. O receio era que as mobilizações operárias se espalhassem por outras regiões do país. Jarbas Passarinho foi a uma assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem com o intuito de tentar coagir os trabalhadores, exigindo, assim, a volta ao trabalho e ameaçando demissões em massa. (OLIVEIRA, 2010). A coragem dos companheiros que participaram desse movimento, os relatos dos operários mais antigos sobre as dificuldades para a categoria se organizar, as perseguições dentro das fábricas e as prisões de lideranças serviram, uma década depois, para fortalecer uma nova vanguarda operária que foi fundamental para redemocratização do país.

A greve em Contagem começou no dia 16 de abril, uma terça-feira de 1968, na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, exatamente três meses antes do início da greve em Osasco. Nos dias seguintes, outras empresas foram parando de forma quase espontânea, e a greve foi ganhando força. Mannesmann, SBE, Pohlig-Heckel e várias outras fábricas elevaram o número de operários parados para cerca de 20 mil. Um ano antes, em 1967, uma chapa de oposição à diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, depois de muita perseguição por parte da Delegacia Regional do Trabalho, ganhou as eleições. Assumiu como presidente Ênio Seabra, militante operário da Mannesmann. Ênio foi destituído do cargo pelo Ministério do Trabalho, juntamente com outros diretores.

As ações repressivas da ditadura não foram capazes de barrar a força do movimento dos trabalhadores. Mesmo que, no ponto de vista dos metalúrgicos, este movimento ter se pautado em reivindicações essencialmente econômicas, a greve em Contagem se tornou, anos depois, um marco importante na luta pelo restabelecimento da democracia e pela recuperação de salários arrojados pelo regime. Além disso, foi um exemplo de coragem que inspirou os operários metalúrgicos de Osasco que, coincidentemente, três meses depois, no dia 16 de julho, iniciaram sua greve.

Durante os dez anos seguintes, governo e patrões fizeram de tudo para apagar da memória dos trabalhadores a greve de 1968. O aumento das restrições às liberdades democráticas estabelecido pelo AI-5, Ato Institucional Nº 5 e a ação patronal de vigilância e repressão dentro das fábricas, criaram uma barreira, impedindo que a mobilização dos trabalhadores avançasse. A direção do sindicato contribuiu com isso, através de uma prática meramente assistencialista e de subserviência às regras que o regime impunha. Mesmo assim,

de forma mais discreta, os metalúrgicos buscaram meios de expressar o seu descontentamento com a situação política e econômica. Neste período muito se usou as chamadas “operações tartaruga”, método utilizado para reduzir a produção nas Fábricas. Somente a partir de 1978, com as grandes mobilizações no ABC Paulista, que um novo e maciço ciclo de lutas veio a tona em nossa região.

Dois grandes movimentos eclodiram naquele ano de 1979, demonstrando claramente que a luta reivindicatória por melhores salários e por liberdades democráticas novamente estava em curso e ganharia força nos próximos anos. Inspirados nas greves que aconteciam em São Bernardo do Campo, os operários da construção civil se rebelaram contra as péssimas condições de trabalho, pararam suas atividades e ocuparam as ruas de Belo Horizonte, enfrentando as forças policiais. Os violentos confrontos que ocorreram nas ruas, entre operários e polícia militar, levaram à morte um jovem trabalhador. Logo em seguida, os metalúrgicos da Mannesmann pararam a fábrica durante 10 dias, e a greve se alastrou por todo o cinturão industrial da região.

Em fins da década de 1970, os trabalhadores voltaram a desafiar o regime ditatorial. Foi no dia 29 de julho de 1979 que, depois de uma assembleia realizada pelo sindicato, os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte decidiram iniciar uma greve. Além das questões salariais, reivindicavam também aviso prévio de 30 dias, inclusive para quem recebia salário semanalmente, e registro em carteira de trabalho. Na época, duas grandes obras, depois de paradas, deram corpo a greve, a do ginásio do Mineirinho na Pampulha, e a do complexo comercial BH Shopping.

Imagem 1 - Greve da construção civil em Belo Horizonte, 1979



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de autor desconhecido

A partir daí, os piquetes de trabalhadores foram parando tudo que encontravam pela frente. Durante cinco dias, Belo Horizonte viveu momentos de muita tensão, pois os enfrentamentos entre os trabalhadores e a polícia militar foram muito violentos, forçando o fechamento do comércio e paralisando o trânsito na capital. Em um dos embates entre a polícia e grevistas, que repeliam a repressão com pedras e paus, um operário foi atingido no peito por um tiro. Orocílio Martins Gonçalves, de 24 anos, morreu no local em que foi ferido. Esse fato acirrou ainda mais a revolta dos trabalhadores e uma nova onda de violência se espalhou pela cidade.

Usando palavras de ordem – “Nós constrói, nós destrói!” – durante 5 dias, os operários da construção civil aterrorizaram o governo municipal e estadual, enfrentaram a repressão policial e expuseram, para toda a população, seu sofrimento e as injustiças a que eram submetidos nos canteiros de obras. O desfecho do movimento se deu no quinto dia, em uma assembleia tumultuada e mal conduzida pelo presidente do sindicato, que pôs fim à greve. Após a votação, houve muito tumulto, brigas e revolta com a decisão, que dividiu os trabalhadores em dois blocos dentro do antigo estádio de futebol do Clube Atlético Mineiro.

As reivindicações que levaram a categoria à greve foram atendidas parcialmente, mas o resultado não foi considerado uma vitória. Após essa greve em BH, movimentos grevistas

de trabalhadores da construção civil foram deflagrados em várias regiões do país, com destaque para a cidade de Ouro Branco, onde mais de dez mil operários construía a Açominas.

A paralisação na Mannesmann, nesse mesmo ano, mostrou que a categoria metalúrgica, a exemplo das greves de 1968, ainda estava viva. Serviu para acender novamente a chama da rebeldia e a vontade de lutar por condições mais dignas de vida e abriu caminho para um novo ciclo de lutas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em Betim, por exemplo, depois de o presidente do sindicato, Nadir Pinheiro, assinar um péssimo acordo com as empresas, nas costas da categoria, os operários da Fiat, da Krupp e da FMB² se rebelaram e pararam as fábricas com as palavras de ordem – “Abaixo o acordo do pelego! Todos à greve!”. Como era de se esperar, um gigantesco aparelho repressivo foi armado para impedir a mobilização dos trabalhadores e dispersar os piquetes que garantiam o êxito da paralisação. Tentando fugir da pancadaria promovida pela cavalaria da Polícia Militar, o metalúrgico Guido Leão dos Santos, de 22 anos de idade, foi atropelado por um ônibus na Rodovia Fernão Dias e teve morte instantânea.

Mesmo com toda repressão da polícia e direção das empresas, os metalúrgicos de Betim permaneceram firmes nos piquetes para garantir a greve que se arrastava desde o dia 27 de setembro, até que, no dia 6 de outubro, uma nova assembleia pôs fim à greve. Um novo recuo patronal havia restabelecido a proposta de reajuste de 64% para quem ganhava até Cr\$ 4 mil, além de uma antecipação de 10% em janeiro do ano seguinte e outra em abril a serem descontadas no próximo acordo coletivo. Por maioria, essa proposta foi aprovada.

Os trabalhadores da rede pública de ensino, em Minas Gerais, também foram à luta e travaram, durante 41 dias, uma dura batalha com o Governo Estadual. Passaram por cima da direção sindical, atrasada e atrelada ao regime, e enfrentaram a repressão policial, que, por meio de cassetetes, bombas e jatos de água, tentou intimidar o movimento. Dessa luta vitoriosa, além das conquistas econômicas, nasceu a UTE, União dos Trabalhadores do Ensino, que mais tarde se tornou Sind-UTE/MG, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.

A histórica greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi um marco importantíssimo para criar uma onda que atingiu todo o país. O movimento colocou em xeque

² Krupp, fábrica de origem alemã que produzia bens de capital para siderurgia. FMB, fábrica de fundição do Grupo Fiat, produz componentes automotivos, bloco de motor, cabeçotes, virabrequim e outros.

o alardeado “milagre econômico”³ que só serviu para aumentar a concentração de riquezas nas mãos das elites brasileira e, por consequência, o empobrecimento da classe trabalhadora. A greve de maio de 1978 começou na empresa Scania e rapidamente se estendeu por todo o ABC⁴ paulista, repercutindo pelo Brasil inteiro e chamando a atenção dos trabalhadores.

Na cidade de São Paulo, os metalúrgicos, sob a liderança da Oposição Sindical Metalúrgica, enfrentaram, além da repressão da ditadura e empresarial, o peleguismo do sindicato dirigido pelo interventor Joaquinzão. A Oposição Sindical Metalúrgica teve grande influência nas fábricas paulistanas, conduzindo greves e liderando inúmeros movimentos de contestação ao regime militar. Em 1979, um dos líderes da “oposição”, também militante da “Pastoral Operária”, o operário Santo Dias, foi assassinado em frente à Fábrica Sylvania, no dia 28 de outubro de 1979. Santo Dias, da Oposição Sindical Metalúrgica, foi a terceira vítima da repressão, já que, anteriormente, Olavo Hansen e Luiz Hirata foram assassinados. Em seu velório, na Catedral da Sé, diversos militantes estiveram presentes, e a revolta contra a ditadura foi explicitamente apresentada.

Imagem 2 - Corpo de Santo Dias sai da Catedral da Sé, 1979



Fonte: Projeto Memória “50 anos das oposições sindicais”. IIEP⁵, 2008. Fotografia de Ricardo Alves

³ Entre 1969 e 1974, o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento econômico. Esse quadro foi explorado politicamente pelo regime militar com a alcunha de “milagre brasileiro”.

⁴ Complexo industrial formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

⁵ Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas. A entidade fomenta e desenvolve ações para a reparação, memória e direitos dos trabalhadores.

Os anos seguintes foram marcados pela retomada da direção de importantes sindicatos e pela organização de oposições sindicais, que derrubaram antigas direções atreladas ao sindicalismo oficial, submetidas aos ditames militares. Vivenciei esse momento, como membro da oposição e depois como presidente do sindicato. Nesse período, criamos a CUT, Central Única dos Trabalhadores, e fundamos o PT, Partido dos Trabalhadores, passos decisivos para pôr fim ao regime militar. Criamos a base para um novo sindicalismo, construído pelos próprios trabalhadores, negando o atrelamento com o Estado.

Os documentos encontrados no SIAN, Sistema de Informação do Arquivo Nacional, indicam que o nosso movimento era monitorado pelos serviços de inteligência do Estado. Fizemos buscas variadas, a partir do meu nome⁶, de outros companheiros e de nomes de organizações e sindicatos.

Imagem 3 – Trecho de documento do Serviço de Inteligência do Estado

800132

INTERNACIONALISTAS
MENTO

...entre os diversos candidatos do partido, na que, em sua prática diária, têm se a bandeiras que o Alicerce defende.

Francisco Cavalcanti Filho —
Deputado Federal — Belém

Francisco, junto com João Batista Araújo (candidato a dep. estadual) e Bernadete Menezes (vereadora) têm defendido entre os estudantes, operários, e... posturas e nos bairros uma postura e... socialista buscando transformar o PT em partido revolucionário. Por isto eles são os candidatos de Alicerce (no Pará).

Ana da Hora — *Vereadora — N° 3637 — Recife — (PE)*

Ana, quando tinha 15 anos, já dirigia as greves do Cidri. Participou em Recife. Hoje, com 19, acaba de ser eleita presidente da UMES (União Metropolitana de Estudantes Secundaristas) entidade que hoje coloca entre seus pontos centrais a solidariedade aos trabalhadores pernambucos que lutam contra a burocracia stalinista.

Paulo Moura Ramos — *Deputado Federal — N° 339 — Minas Gerais*

"Não confiamos nos patrões", "Temos de preparar já greve geral para derrubar a ditadura". Estas sempre foram as preocupações de Paulo Moura, o... metalúrgico que fez parte do comando de greve de 79-80 e da oposição metalúrgica de B3. Um colega seu, Paulo Cesar Funghi, é o candidato a deputado estadual do PT que Alicerce apóia em Minas Gerais.

Ciro Garcia — *Deputado Estadual N° 3102 — Rio de Janeiro*

Ciro, dirigente bancário do Rio, combate há anos por uma direção anti-patronal e anti-pelega para seu sindicato. Por isso, em março deste ano, a chapa que ele encabeçava teve mais de 4 mil votos.

Fernando Guaragna —
Deputado Estadual N° 3133 Rio Grande do Sul

Laura é participante do movimento de mulheres, é também, dirigente sindical, razão que a levou a unir as reivindicações das mulheres com a luta contra a exploração que sofrem todos os trabalhadores. Em Porto Alegre tem se dedicado a trabalhar na construção da CUT.

Laura Silva — *N° 393 Deputada Federal Rio Grande do Sul*

Em seu cotidiano, Fernando, dirigente universitário gaúcho, tem defendido as mesmas bandeiras internacionalistas que Alicerce defende, por isto participou dos comitês de solidariedade à América Central, Argentina, Polônia e ultimamente à luta dos palestinos.

As Fis.	Onde se lê	O nome completo é
OS	PAULO CÉSAR FUNGHI	PAULO CÉSAR FUNGHI ALBERTO

Fonte: SIAN. Protocolo Geral nº 004212, de 17 de novembro de 1982.

⁶ Encontramos mais de 300 indicações vinculadas ao meu nome. São relatos de agentes do estado sobre as nossas entrevistas, assembleias, congressos e demais atividades.

Na década de 1980, com direções mais combativas, novamente os trabalhadores se mobilizaram e uma nova onda de greves se alastrou por várias cidades do estado, culminando com a ocupação das maiores fábricas de Contagem pela categoria metalúrgica.

Minha pretensão, durante o desenvolvimento deste estudo, foi narrar a história desse período, contudo buscando elementos novos, às vezes já esquecidos na nossa memória. Ao rever antigos companheiros de luta, estudar registros já publicados sobre o tema e, sobretudo, buscar e, a partir daí, encontrar elementos que auxiliem no entendimento do momento atual da classe operária, espero contribuir para o avanço de sua organização.

É certo que, nos anos 1980, conseguimos avanços históricos, como a retomada dos sindicatos, a construção da CUT, construção do Partido dos Trabalhadores, enfim, a participação decisiva dos trabalhadores na retomada da democracia no Brasil. Ainda assim, é certo que, com o decorrer do tempo, assistimos a uma intensa fragmentação no movimento que culminou com o surgimento de várias centrais sindicais, que acredito ser resultado das intensas disputas políticas travadas internamente.

Pretendi também estudar alguns elementos da formação política dada aos militantes que ingressavam, à época, nas diversas organizações de esquerda que atuavam no movimento sindical. Até que ponto o conteúdo e os métodos usados nessa formação contribuíram para o fracionamento na organização dos trabalhadores nos anos seguintes? Durante o tempo em que estive na direção do Sindicato dos Metalúrgicos e da CUT, vivenciei disputas internas demasiado intensas. Em alguns momentos, essas disputas chegaram, inclusive, a enfrentamentos físicos. As lutas permanentes por hegemonia no interior do movimento, praticadas pelas correntes políticas, com certeza, cumpriram um papel decisivo na fragmentação e no gradativo esvaziamento das entidades sindicais.

Nesse sentido, pode haver uma pedagogia da memória que joga a favor da formação humana, enriquecida pelas experiências dos trabalhadores, em específico pelas vivências que esta pesquisa pretendeu recuperar, aquelas desveladas pela memória, individual e coletiva, sobre as lutas dos metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte.

Ao buscar interrogar a memória, individual e coletiva, sobre as lutas dos metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 1990, nossa proposta de pesquisa contou, inicialmente, com as reflexões que interrogaram a relação entre trabalho e memória. Partimos de um entendimento entre os pesquisadores do campo Trabalho e Educação de que o

trabalho é central na sociabilidade humana, possui enormes possibilidades de se constituir como protoforma social e, por isso, diz respeito à produção da identidade e à própria humanização do homem. Por essa via, o objeto de pesquisa, aqui proposto, pode evidenciar a riqueza do trabalho na formação humana e, em um contexto histórico específico, nos rumos de uma determinada sociedade.

Sob a influência de Thompson (1981; 1987; 1992; 1998; 2002) concebemos o trabalho em uma perspectiva ampliada, ou seja, em uma visão de que o trabalho produz uma identidade nas relações sociais de produção, mas também nas relações sociais fora do “chão de fábrica”, sejam elas decorrentes dos problemas afeitos às contradições vividas por quem vende a força de trabalho, quais sejam, amizações, humilhações, saúde e segurança, salários, subordinação, formas de resistências e autonomia, domínios técnicos, cansaço etc., ou pelos desdobramentos nas relações familiares, comunitárias, na vida escolar, no fruir, ou não, da cidade e do lazer, entre outras decorrências.

Assim, é por essa via que interrogamos a memória, pessoal e coletiva, ou seja, abordamos os aspectos diretamente ligados à produção, bem como aqueles do cotidiano do trabalhador. Esse imbricamento pode trazer, com mais detalhes, as nuances entre ser trabalhador e ser um militante metalúrgico em Contagem e Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 1990.

Cunha, Santos e Cunha (2015) defendem que

a experiência social do trabalho é por nós entendida como resultado de longas tramas sociais e históricas, feitas de patrimônios dos trabalhos que atravessam espaços e tempos imemoriais. Ao falarmos em trabalho e em experiência, estamos falando que, desde sempre, alguém trabalha, alguém experimenta. Portanto, há uma pertinência em se pensar experiência para além de sua condição de objeto de reflexão acadêmica, uma vez que falamos dos modos de viver próprios do humano, modos que atravessam o trabalho cotidiano dos dias, que se expressam na singularidade do sujeito, ao mesmo tempo em que são matéria da forma social, da cultura. (CUNHA; SANTOS; CUNHA, 2015, p. 464).

Ou, como afirma Thompson,

as pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como ideias, no âmbito do seu pensamento e de seus procedimentos, ou como supõem certos praticantes teóricos, com instintos proletários etc. Elas experimentam suas experiências como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares [...]. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189).

A via que chega até a memória passa também pelos vestígios que as experiências deixam, aquilo que, nos termos de Le Goff, poderíamos chamar de monumento, “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 2013, p. 486). Esse historiador se preocupou em discutir as fronteiras do que seriam monumento e documento. Se, para Le Goff, o monumento é o legado, o registro, os documentos são aquilo que o historiador seleciona para recuperar o passado, para elaborar a história. (Idem).

Por outro viés, salienta Jacques Le Goff (2013), um pode se converter em outro. Os monumentos, uma vez selecionados e submetidos a análises pertinentes, podem se converter em documentos. Os documentos, por sua vez, já que foram selecionados, podem ser um monumento, ou seja, podem ter sido elaborados com vistas a um legado futuro. Na radicalidade, esse historiador afirma que o documento, como o monumento, nunca é neutro.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Idem, p. 495).

Para esse historiador francês, os cuidados com o documento/monumento é o que permite alçar a memória como uma fonte para a Ciência Histórica. A memória pode ser

fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. Sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. Oral/escrito) e é objeto de atenção do estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (cf. passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. Filologia), acumular objetos (cf. Coleção/objeto). A apresentação da memória depende desse modo do ambiente social (cf. Espaço social) e político (cf. Política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. Imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. Ciclo, gerações, temporalidade). (Idem, p. 387).

Ainda, a memória, segundo o mesmo autor,

como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (Idem).

Por essas premissas, o estudo da memória chega, também, ao campo da saúde mental. (LE GOFF, 2013). Para o estudioso, o debate sobre a memória se aproxima das Ciências Sociais na medida em que se (re)conhece e reconhece que o uso da memória ultrapassa, ou pode ultrapassar, os limites físicos do nosso corpo, cujas possibilidades podem estar, via de

regra, ligadas à produção humana, a escrita, por exemplo. Ainda nesse questionamento, Le Goff traz mais aspectos do campo das Ciências Sociais sobre o debate da memória e do esquecimento:

amnésia é não só uma perturbação do indivíduo, que envolve em perturbações mais ou menos graves da presença de personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária da memória coletiva dos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves de identidade coletiva. (Idem, p. 389).

Maurice Halbwachs, confrontando memória coletiva e memória individual ressaltou que

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos que só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Para o autor, a memória individual está contida na memória coletiva, sendo assim, conterà apenas uma visão parcial dos fatos vivenciados por um determinado grupo. Mas, ao mesmo tempo, assinala que, em todo ato de memória, faz-se presente uma espécie de “intuição sensível”, que parece denotar a participação do indivíduo na formação das lembranças.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas, também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (Idem, p. 26).

Já Michael Pollak (1992), em seus estudos sobre memória, apesar de concordar com Halbwachs em definir a memória como uma construção social e afirmar seu caráter coletivo, opina, em outro aspecto, contrariando a visão de Halbwachs. O indivíduo, para Pollak, também é capaz de formar e acessar memórias, participando ativamente da construção das recordações dos grupos.

A memória pode, e com constância o faz, constituir-se em um campo de disputa de poder:

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as

sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2013, p. 390).

A memória coletiva é, ainda, um fenômeno que se desenvolve, ou não, em determinadas circunstâncias históricas. Vejamos que a técnica e a tecnologia podem impactar na memória coletiva. Leroi-Gourhan (1964-1965), citado por Le Goff (2013), apontou que o desenvolvimento da imprensa permitiu um salto quantitativo para o desenvolvimento da memória coletiva.

Até o aparecimento da imprensa [...] dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e na técnica [...]. Com o impresso não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não mais capaz de fixar integralmente, mas é colocado em situação de explorar novos textos. (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 2013, p. 418).

Apesar de situar o surgimento da imprensa como uma materialidade que vai impulsionar a memória coletiva, Le Goff ponderou que “os efeitos da imprensa só se farão sentir plenamente no século XVIII a partir de quando o progresso da ciência e da filosofia transforma o conteúdo e os mecanismo da memória coletiva”. (LE GOFF, 2013, p. 418). De acordo com esse historiador, por todo século XVIII, houve uma expansão da memória coletiva na vida social com uma produção literária que citasse, ou remetesse, à ideia de memória. Segundo o mesmo autor,

já no início do século XIX, presencia-se um conjunto massivo de criações verbais: *amnésie*, introduzido em 1823 pela ciência médica, *mnémonique* (1800), *mnémotechnie* (1823), *mnémotchnique* (1836) e *mémorisation*, criado em 1847 pelos pedagogos suíços, conjunto de termos que testemunham os progressos do ensino e da pedagogia. (Idem, p. 422).

Ainda sob a batuta do desenvolvimento da imprensa, houve outra mudança assinalada por Le Goff, cujo impacto tem uma marca qualitativa, quando do desenvolvimento das enciclopédias e dos dicionários. Leroi-Gourhan enfatiza que

O verdadeiro grande salto da literatura técnica situa-se na segunda metade do século XVIII [...]. Os dicionários atingem os seus limites nas enciclopédias de toda espécie que são publicadas, para o uso das fábricas ou dos artesãos, bem como os eruditos puros. O dicionário constitui uma forma muita evoluída de memória exterior. (LEROI-GOURHAN, apud LE GOFF, 2019, p. 422).

O imbricamento entre o desenvolvimento tecnocientífico e os fatos sociais nunca deixou de impactar a memória coletiva. O historiador Jacques Le Goff destacou dois

fenômenos entre fins do século XIX e início do século XX. Em primeiro lugar, “o monumento aos mortos da I Guerra Mundial, inaugura o monumento ao ‘anônimo’, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum”. (LE GOFF, 2013, p. 426). Em segundo lugar, ocorreu o surgimento da fotografia, por meio da qual se democratizou a memória coletiva.

Outros avanços tecnocientíficos alteraram, de forma quantitativa e qualitativa, a memória coletiva, entre eles, o cinema, a eletrônica e, mais recentemente, a informática. A ampliação de uso da memória por meios externos não anula o protagonismo da testemunha ocular, pelo contrário, a memória, individual e coletiva, possivelmente tem mais potência quando é atravessada pela experiência (THOMPSON, 1992). Le Goff ressaltou, além disso, que a memória coletiva não pode ser compreendida apenas pelo acervo disponível, ela não é um objeto enterrado no passado:

a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2013, p. 435).

Não foi minha pretensão, na concepção deste estudo, aprofundar a discussão científica sobre o verdadeiro caráter da memória. Certamente esse assunto irá reaparecer no desenvolvimento deste texto. O que tenciono, de fato, é recontar uma história onde fragmentos da memória individual se somem à memória coletiva de um grupo do qual tive o prazer de participar. Foram longos anos de convivência, companheirismo, convergências e divergências, mas, acima de tudo, de grande aprendizado, que não quero deixar cair no esquecimento.

Nesta pesquisa, buscamos sistematizar os conhecimentos adquiridos com a participação na luta dos trabalhadores. É um trabalho de memórias, em que busquei encontrar meu passado, reencontrando companheiros de militância, revendo documentos e compartilhando reflexões acerca dos rumos do movimento operário na atualidade. Quero que o resultado deste trabalho sirva para fomentar uma nova discussão sobre o valor da memória coletiva como um instrumento extremamente relevante para definição de novos caminhos e estratégias que venham fazer frente em oposição à nova escalada das elites brasileiras contra os direitos conquistados pelos trabalhadores.

1.1 Procedimentos Metodológicos e Constituição do *Corpus*

A metodologia em uma pesquisa científica faz a mediação entre a realidade e o que diz a teoria, entre as perguntas postas pelo objeto e as possíveis respostas. No caso desta pesquisa, assumimos os marcos qualitativos, assim, não nos preocupamos com a quantificação da amostragem e dos resultados. Nossa opção privilegia as dimensões subjetivas das relações entre pessoas e entre pessoas e instituições. De acordo com Minayo (1993), a pesquisa qualitativa

se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993, p. 21-22).

Como esta dissertação se insere no campo das ciências sociais, o seu objeto é “essencialmente qualitativo” (Idem, p. 15). Essa pesquisadora aponta quatro características importantes do objeto das Ciências Sociais:

- *é histórico* [...], cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro [...], portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características essenciais de qualquer questão social;
- [...] não é apenas o investigador que dá sentido ao seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e a sociedade dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas;
- [...] existe uma *identidade entre sujeito e objeto* [por serem da mesma natureza];
- [...] o fato de que ela é *intrínseca e extrinsecamente ideológica*. [...] Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. (Idem, p. 13-14).

Instrumentos de pesquisa

Esta parte do trabalho constitui-se de vital relevância para as perspectivas desta pesquisa, não só pelo caráter qualitativo, como também pelas complexidades impostas pelo próprio objeto. As técnicas para a coleta de dados foram: pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas semiestruturadas e recuperação de elementos autobiográficos.

Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi de suma importância para a construção deste estudo, pois nos garantiu embasamentos diversos, auxiliando na construção do objeto e dos objetivos da pesquisa, mas também no tratamento dos dados. Nesse sentido, a bibliografia nos trouxe aportes históricos da conjuntura demarcada no recorte temporal da pesquisa, qual seja, entre as décadas de 1970 e 1990. Ademais, recorreremos à literatura que debate sobre a relação história/memória (HALBWACHS, 2006; LE GOFF, 2013; POLLAK, 1989, 1992; THOMPSON, 1981), bem como sobre a relação dos trabalhadores com a sua própria memória (ARAGÃO, 2007; CIAVATTA, 2002; CUNHA, 2017; WILLIS, 1991).

Pesquisa documental

Por meio da pesquisa documental, tivemos acesso a registros diversos, que nos ajudaram tanto na compreensão histórica quanto na recuperação da memória individual e coletiva. Foram acessadas e organizadas: fotos de jornais e arquivos pessoais; panfletos de Sindicatos, Federações Sindicais, Centrais Sindicais e Movimentos Sociais; Atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem; e arquivos do SIAN, Sistema de Informação do Arquivo Nacional, em particular, sobre a repressão à organização política dos trabalhadores.

Entrevistas semiestruturadas

Por meio dessa modalidade de entrevista, segundo Otávio Cruz Neto (1993): “O pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais.” (CRUZ NETO, 1993, p. 57). O uso da entrevista semiestruturada facilita a participação do entrevistado e auxilia na eventualidade de haver problemas de comunicação, pois, de acordo com Alves-Mazzotti (1998): “O entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos”. (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 168).

Diante dessa questão, é prudente que o pesquisador “deixe” o entrevistado falar, ou como afirma Thiollent (1980), que o pesquisador se mantenha com uma “atenção flutuante” a fim de “estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado”. (THIOLLENT, 1980, p. 92).

Procuramos na condução das entrevistas focar em, além da história pessoal do entrevistado e de como iniciou sua militância política e sindical, opinar sobre indagações que apresentamos na dissertação, tais como, as dificuldades encontradas no processo de organização dos trabalhadores no chão de fábrica, as relações entre a militância sindical e a partidária e suas implicações. É preciso também ressaltar o contexto de pandemia, Covid 19, que coincidiu com o período das entrevistas, dificultando nossa mobilidade e com o agravante de que quase a totalidade dos entrevistados fazer parte do que foi chamado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), “Grupo de Risco”, ou seja, pessoas com idade acima de 60 anos. Em função disso parte das entrevistas foram feitas a distancia.

Autobiografia

Em um primeiro movimento de pesquisa, a proposta foi escrever sobre esses tempos pelo fio da memória pessoal para que esta interrogue, e seja interrogada, pela memória coletiva. Por essa via, referenciamos também na autobiografia, em acordo com Moita, citado por Abrahão (2003), autor para o qual a pesquisa autobiográfica enriquece a metodologia com potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural, pois “põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos”. (MOITA apud ABRAHÃO, 2003, p. 06).

Instrumentos de registro e Análise de dados

Para efetuar os registros, lançamos mão dos seguintes instrumentos: a) Aparelho celular, com o qual realizamos as gravações; b) Máquina fotográfica; c) e Filmadora digital.

A pesquisa, tendo em vista que propôs resgatar a memória individual e coletiva da classe operária, com foco na Região Metropolitana de Belo Horizonte no período compreendido entre o final da década de 1970 e a década de 1990, teve seu objetivo cumprido. Isso pode ser verificado na narrativa, nos depoimentos e na disponibilidade das fontes primárias e secundárias.

Há, ainda, uma realização além da objetividade dos registros, mas fundamental para a memória coletiva, que é a produção da identidade. Essa contribuição não é de fácil verificação, entretanto está inscrita na premissa inicial da construção de uma identidade coletiva, que, desde os séculos passados, motiva os trabalhadores a produzir, registrar e cuidar

de suas bandeiras, dos seus símbolos, de sua mística, isto é, a comemorar, memorar coletivamente, fazer-se classe, como diria Thompson (1981).

Mesmo assim, como em qualquer outro trabalho, esta pesquisa exigiu conhecimentos, um objetivo principal e meios para atingir esse objetivo. Neste caso, o mote central foi resgatar a memória individual e coletiva, portanto, autobiográfica e analítica.

Sujeitos e objetos da pesquisa: um duplo desafio para a produção de conhecimento histórico

Sendo a autobiografia uma narrativa pessoal, este estudo contou com o próprio pesquisador e com sujeitos instados na memória individual e coletiva operária. Para Abrahão (2003), apesar de contar com diversas fontes, a autobiografia “reconhece-se dependente da memória” (ABRAHÃO, 2003, p. 80).

A escolha dos primeiros entrevistados levou em conta sua história individual, a relevância do papel de cada um no período a ser rememorado e suas atividades na atualidade. Mediante esses primeiros depoimentos, foi possível determinar a profundidade e o detalhamento dos relatos que conseguiríamos atingir com todo o trabalho de pesquisa.

Conforme Maurice Halbwachs, “um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros”. (HALBWACHS, 2006, p. 58). O autor fez essa afirmação para mostrar que há uma diferença entre os limites da memória individual e os da memória coletiva, o que reforça o valor, no meu ponto de vista, da metodologia que utilizamos para realizar este trabalho de pesquisa. Questões objetivas determinaram a presença e a ausência de sujeitos, tais como: impossibilidade trazida pela distância geográfica, falta de contato depois de longa data e problemas de saúde do sujeito a ser entrevistado.

Essa dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, que é a "Introdução: uma aproximação entre sujeito e objeto", no qual é apresentada as motivações da pesquisa. No segundo capítulo, "Aprender a ser trabalhador: produzir, compartilhar e lutar" rememora a minha entrada no mundo do trabalho, a experiência social do e no trabalho, a formação da consciência de classe, o contato com o movimento operário e os dramas de ser operário, militante no contexto de autoritarismo. No terceiro capítulo, "Experiência e

consciência de classe: o fio da memória por dentro da estrutura sindical" apresenta uma memória, individual e coletiva, da experiência na estrutura sindical e seus diversos dilemas, enfrentamentos e aprendizagens. No quarto capítulo, "Lutas políticas ampliadas: estrutura sindical, via partidária, administração pública e preservação da memória de luta dos trabalhadores", por meio da memória individual, recupero uma vivência de trabalho decorrente da experiência dos embates no movimento operário, no âmbito de uma central sindical, a CUT, mas também, no envolvimento político partidário e na administração pública. Na seqüência, temos as "Considerações Finais" e as "Referências Bibliográficas".

2. APRENDER A SER TRABALHADOR: PRODUZIR, COMPARTILHAR E LUTAR

Trabalhar pode nos parecer uma palavra comum e, talvez seja mesmo, já que, por vários motivos, ela nos chega aos ouvidos com alegria, ou com tristeza. A atividade de trabalhar, todavia, é muito mais complexa do que geralmente se narra, ou se imagina, sobre o que é um determinado trabalho. No caso desta pesquisa, o trabalho não é só um objeto temporalmente demarcado, mas um elemento central na minha história de vida, desde a sua importância inicial, que foram os primeiros desafios para cuidar da produção e existência, mas, sobretudo, pelo que veio representar na minha experiência/consciência, como diria Thompson (1992), comum à minha classe social. Ainda assim, sei que não é fácil falar sobre o ofício em metalurgia e, ainda mais, sobre as lutas dos trabalhadores.

Tal como a maioria das pessoas da camada popular, desde a infância convivi com a necessidade de, em qualquer momento, contribuir com o sustento da casa. Tornar-se um trabalhador significa, também, aprender a ser trabalhador, o que pode ser muito mais do que fazer uma determinada atividade, implica se relacionar com pessoas; conhecer o próprio corpo, a cidade em que se vive, os materiais do ofício, os símbolos e os rituais, as regras de convivência e das empresas. Trabalhar é uma forma de se posicionar no mundo.

Se, em um primeiro momento, especialmente no ambiente fabril, trabalhar pode parecer ser dar conta de produzir algo, ou parte de algo, nunca é algo solitário, portanto, de início e quase sempre, trabalhar é fazer parte de uma relação social. Como experimentei e confirmei ao longo de toda a minha vida, nunca sabemos o suficiente de alguma função para trabalhar com completa independência e isolamento dos demais. Trabalhar, muitas vezes, revela-nos algum tipo de dependência, objetiva ou subjetiva, ou seja, trabalhar, raramente, pode ser tomado fora da relação social.

A maior parte da minha vida profissional foi em indústrias metalúrgicas. Assim, tive de aprender a ser um “trabalhador operário metalúrgico”, categoria profissional muito presente nos estudos sobre o trabalho, dentro e fora do Brasil. Evidentemente, eu nem imaginava, em minha adolescência, o valor do operariado para os especialistas no assunto, contudo minha entrada nesse segmento, coincidiu, historicamente, com o apogeu dos estudos científicos nessa área.

Como se constrói uma consciência coletiva de pertencer, como operários, a um grupo social distinto? No Brasil, por parte do trabalhador, a consciência de existir como grupo econômico constituído, como coletivo de trabalho dotado de identidade típica e capacidade de ação, acontece a partir do momento em que a sociedade passa a reconhecer o trabalho e o

trabalhador: seja essencialmente por razões econômicas, em uma perspectiva de produção, seja por razões ideológicas e/ou humanitárias, em uma ótica de integração social. (WAUTIER, 2012, p. 7).

Sim, existem muitas formas de trabalho. No ambiente fabril, trabalhar na produção coloca as pessoas em contato e em condições semelhantes, espaço e ritmo; diante dos mesmos cheiros, das mesmas temperaturas; e isso não passa despercebido para os trabalhadores. Dessa maneira, conversando entre si, podem, ou não, avaliar a condição individual como parte da condição coletiva.

Trabalhar, realmente, é uma oportunidade de a pessoa saber o seu lugar no mundo econômico, social, político e cultural. Pode ser fonte de prazer e de dor, pode formar e deformar. Foi pelo, e no trabalho, que desenvolvi boa parte da minha visão de mundo, aprendendo a produzir, aprendendo a compartilhar e aprendendo a lutar.

Em 1971, completei 15 anos de idade. Havia terminado o Curso Ginásial, que hoje corresponde ao Ensino Fundamental. Dos pequenos bicos que fazia para ganhar alguns trocados, consegui evoluir para um emprego sem nenhum registro trabalhista e, conseqüentemente, sem nenhum direito, além de mísero salário para uma jornada de 9 horas por dia. Era uma pequena fabriqueta que produzia peças de jacarandá, como por exemplo, corpo de abajures, cálices, copos, jarras, até colares, pulseiras etc.; todas as peças eram torneadas, montadas e enceradas. Lembro-me de que boa parte dessas peças se destinavam à exportação.

Era comum, naquela época, nos bairros das camadas populares, que os colegas empregados fizessem indicações para algum vizinho. No meu caso, assim foi feito. Valtinho e Luís Paulo, dois adolescentes vizinhos, que já trabalhavam nessa pequena oficina há mais tempo, indicaram-me para o proprietário. Este me chamou para uma entrevista, de aproximadamente três minutos, e acabou me contratando. O “Sô Zé”, como era chamado o dono, funcionava a empresa nos fundos da sua casa, localizada no bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte.

Em minhas recordações, a rotina do trabalho consistia em serrar a madeira; tornear as peças no torno próprio para madeira; lixar e encerar, mais ou menos nessa ordem, as peças de jacarandá. O pó escuro da madeira, que éramos obrigados a respirar, entupia o nariz e causava muita irritação na garganta. Tínhamos também, a tarefa de, diariamente, encher uma caixa com água extraída de uma cisterna, esta era equipada com uma manivela, uma corda e um balde. Os cinco funcionários se revezavam na tarefa, e cada um puxava, aproximadamente, dez baldes até encher a caixa d’água. O pagamento era semanal e me recordo bem de que a

metade do que recebia, uma prática comum para a época, era repassada para a minha mãe. O “Sô Zé”, dono do estabelecimento, era um tipo de artesão, tinha um talento especial na forma como torneava as peças e demonstrava grande habilidade na criação de novos contornos. Parecia que imaginava, na hora, o formato que daria ao que estava produzindo. A combinação da beleza da madeira com o acabamento que dávamos tornava a peça uma verdadeira obra de arte. Apesar disso, quase sempre predominava a produção em série para atender às encomendas que chegavam. A produção era, então, cuidadosamente embalada e enviada aos compradores.

Foi no ano seguinte que o Senhor Messias, um vizinho, de uns 50 anos de idade, ofereceu-me um trabalho em uma empresa metalúrgica. Ele ocupava um cargo de chefia na área de produção da fábrica e gozava de certo prestígio com os patrões. Já havia adquirido a carteira profissional e, pela primeira vez, fui oficialmente registrado. Economicamente, não houve avanço na minha situação. O salário não era diferente do que recebia, mas era relevante o fato de ter carteira assinada e os benefícios da CLT⁷. O aspecto negativo foi ter de levar a tal marmitta de casa para a fábrica. Na fabriqueta em que trabalhava antes, pela proximidade, eu podia almoçar em casa.

O recurso bem brasileiro de criar juridicamente a figura do menor que trabalha, pagando-lhe a metade do que um adulto ganharia, é também o modo iníquo de criar, social e politicamente, o adulto pela metade e, portanto, de extrair de seu corpo, antes do tempo, o que de adulto já possa existir nele. (MARTINS, 2011, p. 452).

Nesse período, eu não mais frequentava uma escola, já tinha abandonado o projeto de continuar estudando. Fiz o ginásio na Escola Técnica Federal, entre os anos de 1968 e 1971. Recordo-me bem do uniforme que usávamos, calça amarela e camisa branca. Combinado com as rígidas normas de disciplina, expressava bem o tipo de regime político que vivíamos na época.

Depois que me tornei metalúrgico, por várias vezes, eu retornei aos estudos, porém as circunstâncias não me davam condições de seguir em frente. Uma sucessão de desistências ocorreu e, devido ao trabalho duro, jornadas de trabalho pesadas, ocupação com horas extras para melhorar o salário, tudo isso fazia com que, chegando cansado à escola, meu aprendizado se tornasse mais difícil. Faltava muito às aulas, até o ponto de abandonar a escola. Não tinha como projeto prioritário a volta aos estudos, por dois motivos: um deles eram as dificuldades criadas pelo próprio trabalho; o outro, a necessidade de complementação de renda familiar,

⁷ Consolidação das Leis do Trabalho. O Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, foi criado e aprovado para regular as relações individuais e coletivas de trabalho no Brasil.

pois a situação econômica da nossa família era precária. Meu pai era um servidor da Prefeitura Municipal de Nova Lima, ganhava apenas um salário mínimo e costumava fazer uns bicos como jardineiro para melhorar um pouco os ganhos. Lembro-me de que, até a morte de meu pai, no início dos anos de 1980, tive de morar com a família em função de contribuir financeiramente em casa. Mais adiante, em período de desemprego, necessitei deles para minha sobrevivência, entre 1980 e 1981. Somente saí de casa quando não era tão importante a minha contribuição no orçamento familiar.

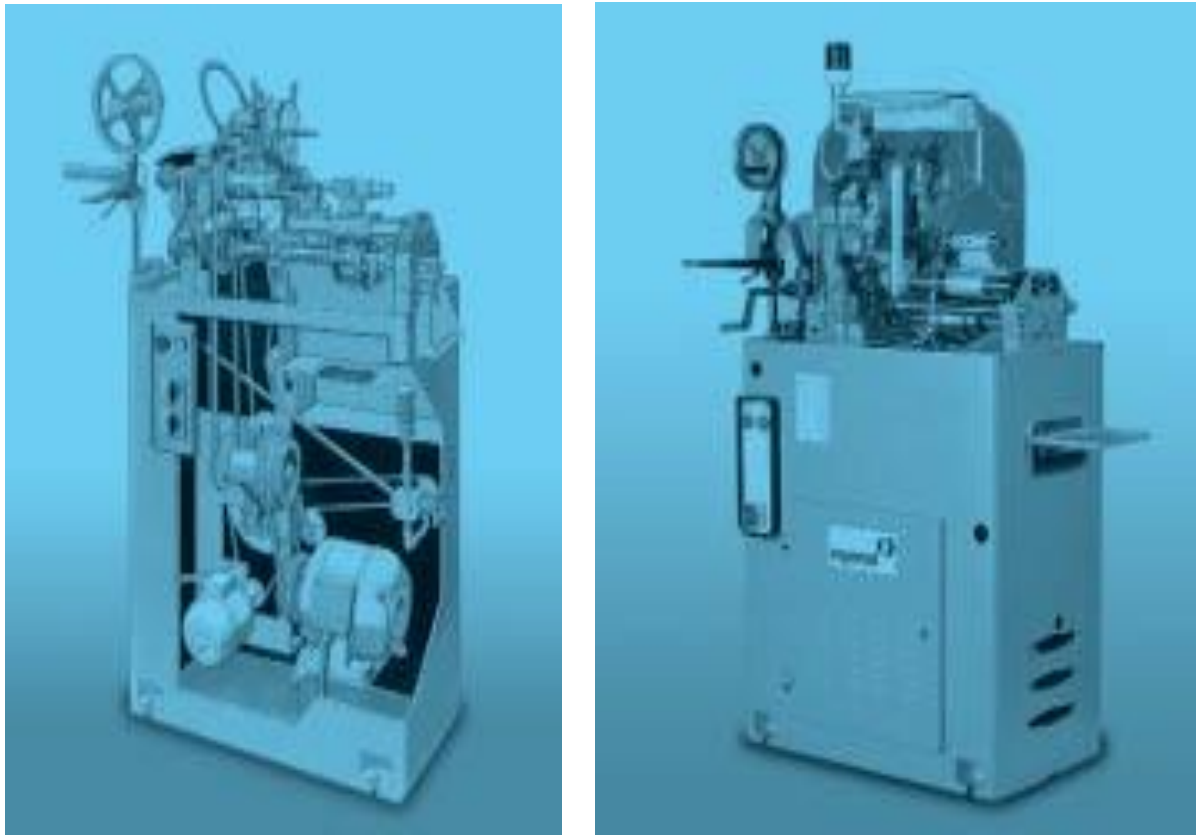
Reiniciei os estudos por várias vezes, em várias escolas. Tentei o Ensino Supletivo, mas, por não levar muito a sério essa modalidade, acabava parando antes da hora. Faltava muito às aulas, até desistir. Somente anos depois fiz os exames para obter o diploma do Segundo Grau, que hoje corresponde ao Ensino Médio.

Foi em 1972 que comecei, de fato, minha carreira como metalúrgico em uma empresa de porte médio, na cidade de Belo Horizonte. Era, na época, o meu primeiro emprego com carteira assinada, com o cargo de aprendiz, recebendo meio salário mínimo para uma jornada de trabalho de 48 horas semanais. Tinha completado 16 anos e senti, naquele momento, certo orgulho por me tornar um operário metalúrgico, apesar da baixa remuneração e das péssimas condições de trabalho. A empresa tinha como produto principal hidrômetros fabricados para medir quantidades de água gastas nas residências e, em segundo lugar, um medidor de luz utilizado para medição de energia em empresas e residências.

A seção onde trabalhava era responsável pela fabricação de peças para esses equipamentos. Eram pequenas peças de materiais que variavam do alumínio ao aço e a um metal amarelo chamado de latão. Minha função, inicialmente, era alimentar os tornos automáticos com essa matéria prima, barras redondas de seis ou oito metros de comprimento, e separar, posteriormente, as peças das sobras para que fossem enviadas ao setor de montagem.

Nesse período, os tornos automáticos eram considerados máquinas modernas, já que o seu funcionamento permitia produzir grandes quantidades de peças, sendo elas com medidas de precisão.

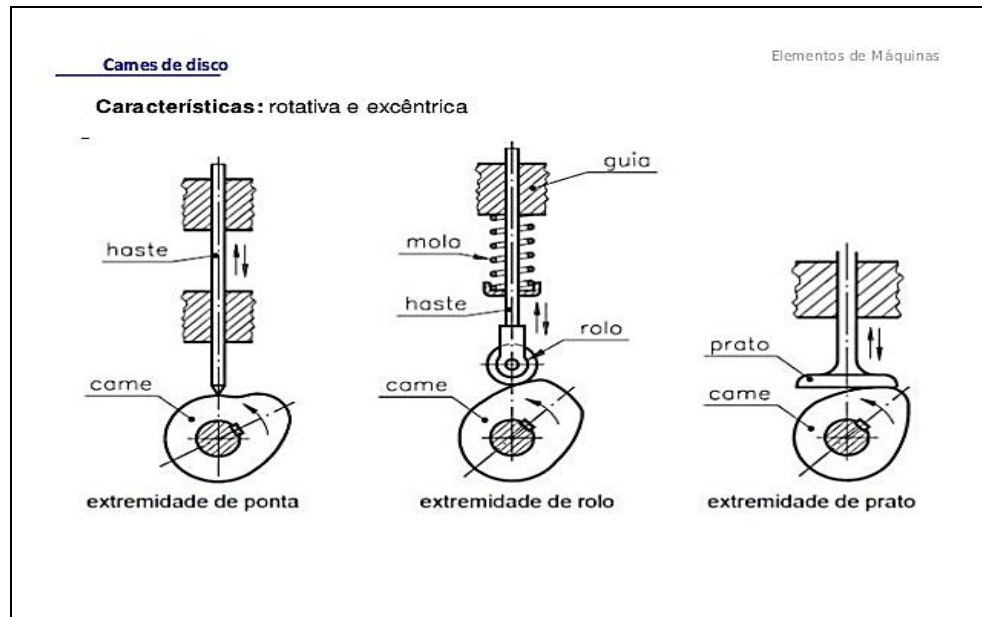
Imagem 4 – Torno automático usado na época.



Fonte: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php>

Interessante, aos olhos de hoje, com a cultura digital em alta, verificar que essa sofisticação dos tornos automáticos não dependia de equipamentos eletrônicos, e sim de um dispositivo mecânico, que permitia movimentos sequenciados, com um jogo de cames e controlados por micrômetros, portanto os avanços das ferramentas eram com precisão de centésimos de milímetro.

Imagem 5 – Infográfico sobre funcionamento do Came



Fonte: <https://www.docsity.com/pt/conceitos-principais-sobre-cames-cap-iv/4698086/>. Acesso em: 10 Julho de 2020

É essa precisão das peças que garantia um instrumento de leitura do consumo de água, ou energia elétrica, com mínimas variações. Imaginemos o desespero que seria se um aparelho variasse 5% ao mês? A peça, além de ter um funcionamento com índice bem próximo de 100%, ainda precisava ter uma boa durabilidade. Boa parte das residências e empresas, especialmente em Minas Gerais, tinham esses equipamentos, cuja qualidade passava pelas mãos de metalúrgicos mineiros.

A empresa se chamava Nansen Instrumentos de Precisão, funcionava no bairro Barro Preto, na região central de Belo Horizonte. Nessa época, eu morava no Bairro Coração Eucarístico e necessitava do uso de ônibus para ir ao trabalho, entretanto, como a empresa estava em um processo de crescimento, mudou-se para o município de Contagem, um ano depois do meu ingresso. Um novo polo industrial, denominado CINCO, Centro Industrial de Contagem, havia sido construído no município. A Nansen foi uma das primeiras empresas a se instalar nesse distrito industrial.

O CINCO foi criado em 1970, com o objetivo de promover o processo de ampliação e modernização do parque produtivo do município de Contagem. Foi projetado para receber cerca de 100 empresas, em uma área de quase 7 milhões de metros quadrados. Aproveitando-se de incentivos fiscais e de uma privilegiada localização geográfica, várias empresas começaram ocupar o distrito industrial. Além da Nansen, outras empresas de porte médio,

como por exemplo, a Isomonte, uma indústria de estruturas metálicas e de equipamentos para escavação de túneis; a Micheleto, uma fábrica de parafusos; e a Prefaco, fábrica de postes de cimento e outros artefatos destinados à construção civil foram pioneiras, começando suas operações de produção nesse novo “polo industrial”.

A nova estrutura da Nansen era mais moderna, com maior espaço, inclusive, com refeitório, coisa muito rara à época. Uma das melhorias, além do refeitório, era o fornecimento de uniforme e de equipamentos de segurança. Aprendi, nesse período, uma profissão e fui classificado como preparador de tornos automáticos. Como ainda não havia atingido a maioridade, passei a receber, com a promoção, apenas dois terços do salário mínimo. Se, por um lado, era muito positiva a minha ascensão profissional, por outro, foi também motivo de uma das várias interrupções que tive nos estudos escolares, ainda no início do que hoje chamamos de Ensino Médio.

Eram anos difíceis, de muita pobreza e de salários extremamente baixos. A fim de melhorar minha renda e da família, tinha de fazer várias horas extras por semana. Às vezes, fazia duas horas extras por dia, durante toda a semana, o que significava sair de casa às 6 horas da manhã e só chegar por volta das 20 horas e 30 minutos.

Até então, não havia feito nenhum curso profissionalizante, mas fui aprendendo na prática. O encarregado, de nome Barroso, percebeu meu interesse e minha proeminente habilidade em aprender, por isso me colocava para fazer o trabalho básico na programação desses tornos. O trabalho básico era, na verdade, realizar tarefas, como montagem e desmontagem, que antecederiam a programação dos equipamentos, o que exigia maior qualificação do funcionário. Com o passar do tempo, observando o trabalho, tanto do encarregado quanto do outro programador, fui gradativamente avançando até ser classificado como programador.

As máquinas nas quais eu trabalhava eram de origem alemã e as mais sofisticadas, de origem suíça. Operavam com cinco ferramentas de corte diferentes, movidas por intermédio do que chamávamos de curvas, que, na mecânica técnica, denominam-se “comes”. Esses componentes se movimentavam alternadamente, com precisão de centésimos de milímetros. A produção era alta e, dependendo da peça, era possível produzir centenas, às vezes, milhares por hora. Um dispositivo de marcação, acoplado na máquina, contabilizava a produção. Em função da precisão das peças, periodicamente era necessário conferir as medidas, o que fazíamos utilizando dois instrumentos, o micrômetro e o paquímetro. A quebra, ou desregulagem, de alguma ferramenta costumava acontecer em virtude da rapidez da produção, resultando em um número enorme de peças refugadas; portanto, uma das minhas

funções era conferir a produção por meio de medições e, geralmente, pelo menos três máquinas ficavam sob minha responsabilidade, às vezes eram até cinco máquinas. As máquinas suíças eram as mais sofisticadas e tinham um histórico que sempre era lembrado pelo encarregado da seção. Ele dizia que essas máquinas eram usadas na produção de peças de relógios cuja precisão era reconhecida mundialmente e que exigiam, por isso mesmo, um cuidado maior.

O ajuste dos comes limitava o avanço das ferramentas de corte em uma sequência de operações. Dessa forma, aparentemente, o importante era fazer os ajustes dos comes e, assim, a produção aconteceria de forma cíclica dos movimentos das ferramentas de corte. Se a primeira peça estivesse com as medidas corretas, significava que o ajuste estava perfeito. Era necessário, mesmo com as regulagens frequentes, reajustar a máquina, o que quer dizer que o trabalho não era somente o de preparar a máquina, mas também era ter certa vigilância sobre seu funcionamento, conferindo as medidas e fazendo os ajustes necessários, o que exigia experiência no uso dos equipamentos de medição e uma certa percepção dos desgastes das ferramentas. Assim, de tanto usar uma máquina, o operador sabia o “macete” ideal para cada uma.

O ambiente era extremamente insalubre, pois, além do óleo que refrigerava a usinagem das peças, o trabalho de limpeza posterior passava por uma lavagem em óleo diesel e, em seguida, por uma banheira de tiner, um solvente químico, extremamente agressivo à pele e aos pulmões. Tem cheiro forte, causa irritação, alergias e chega a intoxicar as pessoas; logo, essas substâncias são ingredientes reconhecidamente prejudiciais à saúde. Outra insalubridade era com um óleo refrigerante. Os tornos tinham uma proteção de material transparente, uma carenagem de acrílico, mas a necessidade de estar sempre medindo as peças fabricadas nos expunha a um contato permanente com os esguichos desse óleo refrigerador. Nós, enquanto trabalhávamos com esse óleo, ficávamos com os macacões muito sujos, por isso o contato dessa substância com a pele era comum, o que acarretava um permanentemente entupimento dos poros na pele dos braços.

Nesses anos trabalhando na Nansen, fiz bons amigos. No dia a dia, no chão da fábrica, ou nas atividades fora da fábrica, os colegas foram se aproximando e se destacando do conjunto de trabalhadores. As afinidades apareciam e, quase sempre, um grupo de pessoas acabava se formando, com isso as pessoas se tornavam amigas.

Havia três pessoas com quem eu me relacionava fora do espaço da fábrica, eram o Luís, o Café e o Tição. Nós três sempre estávamos próximos, no futebol, nas saídas depois do trabalho e nos fins de semana. Por mais que me esforce, não consigo lembrar o verdadeiro

nome do Café e do Tição. Na verdade, nem mesmo naquela época, sabia seus nomes. Os apelidos estavam tão consolidados que ninguém se importava de saber os nomes escritos nos cartões de ponto. Tição era um peão mais velho, muito forte e com uma fama de malandro, que ele fazia questão de sempre estar ressaltando. O Café era um negro baixinho e truncado, vivia com um sorriso no rosto, cara gozador e gostava de pegar no pé das pessoas. Já o Luís gostava de contar vantagem e eram raras as partidas de futebol em que ele não se envolvia em uma briga. Eu, o Luiz e o Tição trabalhávamos no mesmo setor, de tornos automáticos, e o Café trabalhava no setor de prensas. Em função da idade, éramos bastante moleques e as brincadeiras aconteciam frequentemente, mas cumpríamos nossa função, garantindo sempre a produtividade esperada.

Em 1976, pedi demissão da empresa, o motivo inicial era a precariedade de certas condições de trabalho a que eu e meus colegas estávamos submetidos. A nossa função com o torno automático ainda nos colocava em contato com um óleo que era usado nas operações de corte das peças. Esse óleo, em contato com a pele, incomodava ainda mais. Minha revolta com as condições de trabalho teve influência do período do ano, pois o pedido de saída aconteceu no inverno, portanto fazia frio. Existia uma norma na empresa de que somente poderia tomar banho quente quem trabalhava na área de fundição, onde havia pequenos fornos com muita exposição ao calor. Os demais operários teriam de tomar banho frio. Um dia desrespeitei essa norma e entrei no banho quente, e acabei discutindo com quem tomava conta dos vestiários, fiscalizando os banhos. Essa transgressão rendeu-me uma punição, chamado balão, uma suspensão de um dia.

Nessa mesma data, em que me deram a suspensão, fui à empresa Fiat Allis e marquei um teste para torneiro mecânico. Quando saiu o chamado para ser contratado, pedi demissão na Nansen. O que motivou minha saída não foi apenas por conta de rejeitar tomar banho frio ao final do expediente, esse fato, dos banhos quentes e frios, era um exemplo, entre muitos, do tratamento desumano que era dispensado pela direção da empresa aos trabalhadores e, claro, revelava uma precariedade das condições de trabalho e uma ausência de organização política e mobilização dos trabalhadores.

Na linha de montagem da Nansen, utilizava-se majoritariamente mão de obra feminina. Eram trabalhos manuais e a avaliação da empresa era que as mulheres se adaptavam melhor a esse tipo de trabalho. Havia também um número alto de acidentes de trabalho. A incidência se dava em maior número na seção de prensas, pois, na época, os dispositivos de segurança ainda eram bastante precários, o ritmo era forte e a necessidade de estar empregado produzia uma subordinação do trabalhador perante as situações de risco. No período em que

estive nessa indústria, foram vários os trabalhadores que perderam, principalmente, dedos na produção. A exigência de produtividade não levava em consideração os riscos que as prensas ofereciam. Era comum, no setor metalúrgico, encontrar companheiros mutilados. Lembro do Zé Alves, experiente metalúrgico, que tinha apelido de Sete Dedos, porque lhe faltavam três dedos nas mãos, um na mão esquerda e dois na mão direita, ou o contrário, não me lembro muito bem.

A década de 1970 teve um papel fundamental na minha vida. Como profissional, consolidei-me como metalúrgico, na função de torneiro mecânico, mudei de empresa, passando a trabalhar em uma grande multinacional, com um salário bem maior. Imediatamente, depois de pedir demissão na Nansen, comecei a trabalhar na Empresa Fiat Allis, uma fabricante de tratores e máquinas agrícolas, que oferecia melhores condições de trabalho e melhor salário.

Diferente de minha função anterior, na Fiat Allis, aprendi a trabalhar com tornos verticais, usinando peças de grande porte, que compunham a estrutura dos tratores.

Imagem 6 – A foto ilustra esse tipo de máquina operatriz, relativamente pouco conhecida pela maior parte da população.



Fonte: Catálogo da fábrica da Mannesmann Demag, em Vespasiano, MG. Autor desconhecido.

Eu trabalhava em dois horários diferentes, revezando turnos semanalmente. O primeiro turno iniciava às 5h30 da manhã e terminava às 14h15; o segundo turno ia das 14h15 às 23h15. O aspecto mais penoso, à época, era levantar às 4 horas da manhã para pegar o transporte, um ônibus especial da empresa, às 4h45. Caso eu perdesse o especial, era o maior transtorno, tinha de pegar dois ônibus normais, o que acarretava atraso de uma hora no

serviço. O revezamento de turno, nesse período, era o principal problema para compatibilizar o trabalho e o estudo. Eu e boa parte dos trabalhadores que revezavam turnos, ao priorizar o trabalho, interrompemos os estudos.

Nesse tempo, era muito ligado ao futebol, então, além do trabalho, o que mais me movimentava era a prática do futebol, muito frequente nos finais de semana e à noite, nos dias em que eu estava trabalhando no turno da manhã. Eu jogava no time da Fiat Allis e, anteriormente, no time da Nansen. Na verdade, em todo esse período como metalúrgico, a prática do futebol amador sempre me acompanhou. Abandonei o futebol depois que fui para o Sindicato, onde somente jogava futebol de salão. Como fator de socialização, o esporte ajudava a integrar as pessoas, e era também um ambiente de conversas e chacotas permanentes no chão da fábrica.

Profissionalmente, não havia feito nenhum curso escolar técnico na área. O aprendizado de minha profissão tinha se dado na prática do dia a dia. Além da operação da máquina, adquiri conhecimento de metrologia⁸ e afiação de ferramentas⁹. Recordo-me que tinha dificuldade em fazer roscas internas e externas, pois, nos tornos verticais, esse tipo de trabalho dificilmente era realizado. Com o intuito de aprender algumas peculiaridades dos tornos convencionais, resolvi fazer um curso de tornearia no SENAI¹⁰, em momento de desemprego.

A partir daí, mais maduro, comecei a tomar consciência da real situação política que vivíamos na época e do papel que a classe operária tinha naquele contexto. Até então, vivia em um ambiente despolitizado em função de dois elementos fundamentais à época: a pressão que existia por parte das empresas para evitar contatos com os movimentos de esquerda; e o papel dos sindicatos, meramente assistencialistas e controlados pelo Estado. Lembro-me raramente de ter lido algum panfleto do sindicato, mas nunca com alguma argumentação política.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais foi criado no ano de 1934, em uma reunião de trabalhadores que aconteceu na Rua Guarany, número 500, em Belo Horizonte. A

⁸ A metrologia se refere à mecânica técnica que cuida das medidas que as peças têm. Podem ser em milímetros, que é a milésima parte do metro, ou em polegadas, cada uma medindo 25,4 milímetros. A maioria das peças tem uma peculiaridade chamada tolerância, que é uma variação permitida para as medidas. As peças de precisão, normalmente, podem ter variações de alguns centésimos de milímetro, por isso, nesse tipo de atividade, cobra-se conhecimento em metrologia, pois o erro nem sempre é perceptível a olho nu.

⁹ O trabalho de torneiar exige que uma ferramenta corte um determinado material. Essa ferramenta pode vir afiada, ou seja, com ângulos e acabamento bem preparados para o torneiro mecânico. Naquela época, contudo, era muito comum que o torneiro mecânico preparasse o corte da ferramenta de acordo com cada tipo de atividade; esse atributo constituía, inclusive, uma grande habilidade e um grande diferencial para um bom torneiro mecânico.

¹⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado em 1942.

fundação da entidade se deu em uma conjuntura política e econômica complicada, marcada, em nível mundial, pela ascensão do nazifascismo; e, no Brasil, pela simpatia de Getúlio Vargas por essa ideologia. Nessa década, quando se deu o chamado Primeiro Período de Getúlio no poder, um violento processo de repressão levou à prisão de milhares de pessoas acusadas de comunistas, subversivos e antinacionalistas. Posteriormente, com o processo de industrialização na região, a entidade sindical tornou-se Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Dessa época em diante, mesmo em situações adversas, o sindicato dos Metalúrgicos esteve presente nas mobilizações dos trabalhadores. Com o passar do tempo, passou a ter como uma de suas marcas a assistência médica, odontológica, jurídica e, além disso, uma Escola de Primeiro e Segundo Grau. Os serviços prestados davam sustentação ao Sindicato e isso se expressava em um número razoável de associados, que, em função da precariedade dos serviços públicos de saúde e educação, viam, no assistencialismo do Sindicato, uma possibilidade de acesso mais rápido a esses serviços. O Sindicato, além dos metalúrgicos, também representava os trabalhadores das indústrias eletroeletrônicas da região, o que aumentava significativamente sua base.

Em 1978, filiei-me ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e, no mesmo ano, participei das mobilizações dos trabalhadores que eclodiam em várias regiões do país. No ano seguinte, participei ativamente das greves históricas da minha categoria, que reivindicava aumento salarial e questionava a ditadura militar.

Foi em 1979, no calor das lutas, que iniciei minha militância política em uma organização revolucionária denominada Convergência Socialista, a CS. Conheci bravos companheiros nos embates que travávamos no dia a dia, e passei a me dedicar completamente à organização da categoria metalúrgica e à militância política. A luta de resistência da classe trabalhadora que, durante vários anos, esteve impedida de se mobilizar em função da repressão do regime militar, agora estava mais viva do que nunca.

No final da década de 1970, eram várias as correntes do movimento de esquerda que atuavam na organização da classe operária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além das organizações clandestinas, que haviam enfrentado os militares no período mais duro da ditadura, outros grupos surgiram, de vários matizes, como os trotskistas, leninistas, maoístas, stalinistas e outros ligados à igreja católica. Quase todos, para fugir da repressão, utilizavam como sua representação um jornal porta-voz da sua política, mas que, oficialmente, não estava vinculado a esses grupos políticos. Corria, paralelamente à militância cotidiana, uma intensa batalha entre essas organizações, disputando cada ativista que despontava nas assembleias

sindicais, nas greves, nos piquetes em portas de fábricas, enfim, pleiteando para si a vanguarda operária que surgia naquele momento de ascensão da classe, o que era de vital importância para a construção dessas organizações. Foi assim que, no dia 1º de maio de 1979, conheci esses grupos e comecei a militar em um deles.

Alguns dias após o primeiro de maio daquele ano, compareci a uma reunião convocada pela Convergência Socialista. Havia recebido um panfleto na manifestação do dia do trabalhador, na Praça da Cemig, localizada no bairro Cidade Industrial, em Contagem. O local da reunião era o Colégio Santa Rita, na regional do Barreiro, em Belo Horizonte. Quando cheguei para a reunião, encontrei três pessoas, dois homens e uma mulher, discutindo com duas freiras, que pareciam ser da direção da escola. As freiras, bastante exaltadas, diziam que não havia autorização para ocuparem aquele espaço e exigiam a retirada imediata dos que, comigo, inteiravam quatro pessoas. Por mais que se tentasse explicar a importância daquela reunião, as duas não queriam nem escutar e, ao mesmo tempo, ameaçavam chamar a polícia. Entrei na discussão indignado, mas de nada adiantou. Carlão, Paulo Moura e Lídia, três militantes da organização, abandonaram o local e notei que se afastavam rapidamente, deixando-me para trás. Apertei o passo até alcançá-los e passei meu nome e endereço. Alguns dias depois, apareceram na minha casa. Só aí fui saber que eles pensaram que eu era da polícia, por isso haviam saído tão apressados do Colégio Santa Rita de Cássia.

Durante esse período, fui, aos poucos, descobrindo e conhecendo a presença das organizações de esquerda no meio operário. Naquele contexto, por motivos de segurança, a explicitação de uma corrente não era clara, nem tão rápida. Na medida em que participava mais das mobilizações e estreitava amizades, fui ganhando uma experiência política que permitia identificar a orientação ideológica de cada corrente. Havia aquelas com um histórico maior, de campos chamados stalinista, MR8, PC do B, PCB; e as mais recentes, ao menos, em Belo Horizonte e Contagem, o trotskismo, a CS, a Convergência Socialista e outras duas, que acabaram se enraizando mais no meio estudantil, a Democracia Socialista, também conhecida como “Centelha” e OSI, Organização Socialista Internacionalista, também chamada de Liberdade e Luta, apelidada de Libelu, além do MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado, que tinha como referência entre os metalúrgicos, a figura da Maria Antonieta. Esses grupos tinham perspectivas diferentes de organização das lutas sociais, de tratamento com as questões sindicais e, talvez, de objetivos mais imediatos, de dinâmica interna, o que acabava colocando-as em disputa pela direção de diversos sindicatos. Também, em alguns momentos, havia articulações de unidades. Pelo menos três pontos eram comuns, a oposição à

ditadura militar, a crítica ao arrocho salarial das empresas e a contraposição ao despotismo nas fábricas.

Ainda em 1978, conheci alguns companheiros que já militavam, há algum tempo, na categoria metalúrgica e faziam parte da “oposição sindical” que disputava a eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos naquele ano. Comecei a conviver com pessoas, como Mario Bigode, Ademir Dedão, Ignácio Hernandez, Joaquim de Oliveira e vários outros ativistas que despontavam na época. Não tinham ligações com as organizações de esquerda que ainda estavam na clandestinidade, nem com os Partidos Comunistas.

Uma parte dos trabalhadores militantes, talvez a maior, era ligada à Igreja Católica, com exceção de um grande ativista, o “Seu” Joaquim, que era evangélico e o que mais se destacava. Trabalhava em uma empresa denominada Única. O Seu Joaquim era extremamente respeitado na categoria e dedicava sua vida à militância sindical e política. Era um exemplo da capacidade operária no aprendizado em contexto laboral e nas relações de trabalho. Tinha escolaridade baixa, mas uma enorme sabedoria, fruto de muitos anos de trabalho, sempre defendendo os direitos dos trabalhadores e trabalhando para sua organização. Ignácio Hernandez (2004), em seu livro *Memória Operária*, relata muitas passagens dessa época e define bem quem era Seu Joaquim, e tudo que representava para a luta dos trabalhadores daquela época:

Trabalhava na boca do forno colocando e tirando as matrizes, abrindo e fechando a porta do forno da fundição. Por isso seu rosto ficou curtido, exibindo uma energia e um magnetismo contagiante quando discursava nas assembleias com voz poderosa, conclamando à união e à luta. (HERNANDEZ, 2004, p. 222).

Era fácil encontrá-lo nas ruas da cidade Industrial ou rodeado de um grupo de metalúrgicos na porta de uma fábrica. Elemento vivo e caloroso na paisagem árida de fábricas, chaminés e trabalhadores caminhando apressados para marcar o ponto na fábrica ou voltando para casa com o andar cansado. (Idem, p. 223).

Difícilmente alguém que tenha vivido aquele momento histórico de mobilizações dos trabalhadores não guarde, na sua memória, a figura e a postura sempre firme do Seu Joaquim. Além da militância sindical, foi um dos pioneiros na construção do Partido dos Trabalhadores. Tornou-se um símbolo do partido e foi candidato a senador nas primeiras eleições das quais o PT participou, em 1982. Em 1986, um acidente de carro tirou a vida do velho guerreiro. “Seu Joaquim?” “Presente!” Aqui, como homenagem, trazemos, respectivamente, fotocópias da Carteira de Trabalho do seu Joaquim e uma propaganda de sua candidatura pelo PT.

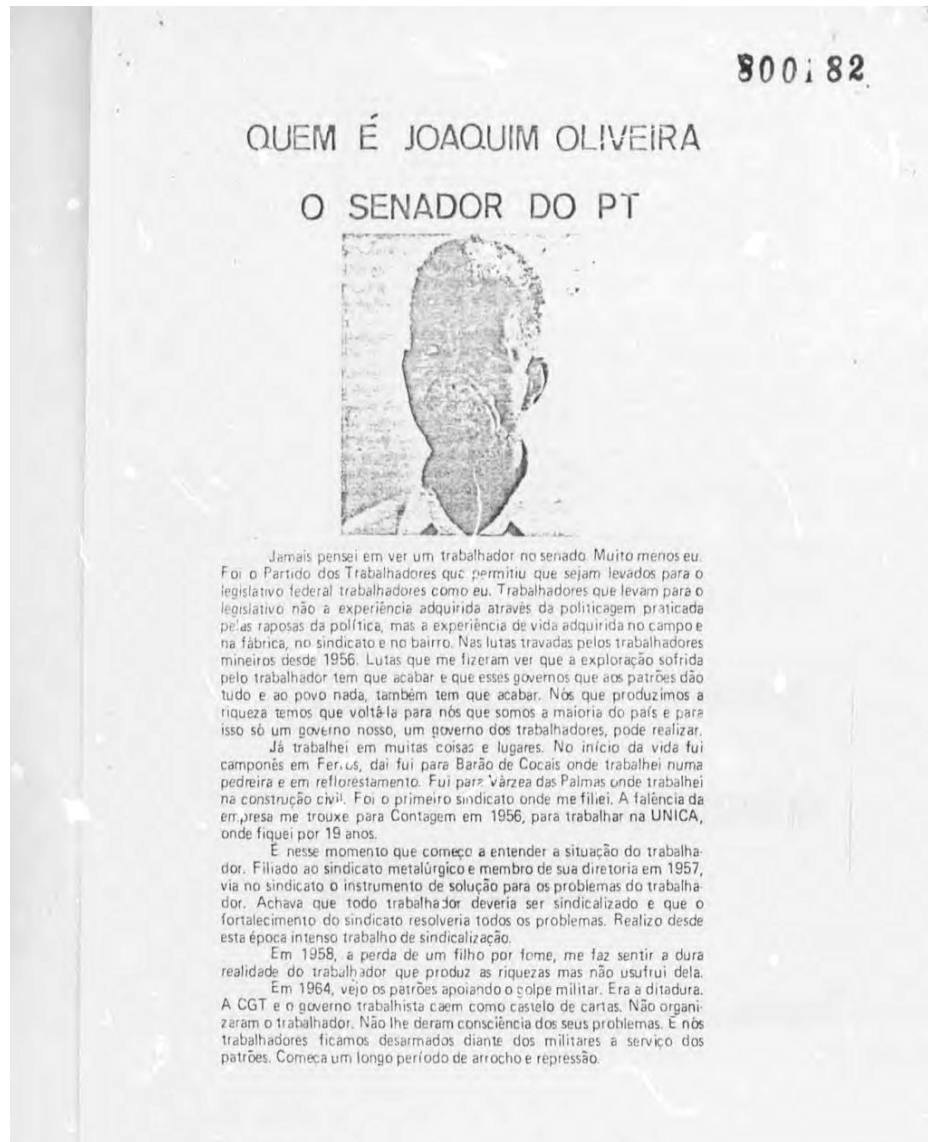
Imagem 7 – Carteira de trabalho do “Seu Joaquim”



Fonte: Arquivo pessoal¹¹.

¹¹ Esse documento me foi apresentado pelos seus familiares.

Imagem 8 - Cópia da candidatura de Seu Joaquim ao Senado.



Fonte: SIAN. Processo nº 8001/82. Protocolo Geral nº 004212, de 17 de novembro de 1982.

Havia, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos, nessa época, uma diretoria que, desde a intervenção feita pelo regime em 1969, passou a dirigir a entidade (OLIVEIRA, 2010; SCARPELLI, 2019). Chamávamos esses dirigentes de pelegos, pois a função que exerciam era de buscar amortecer o impacto da insatisfação dos trabalhadores com a realidade salarial e com as péssimas condições de trabalho, descaracterizando, dessa maneira, o sindicato como ferramenta de luta da classe trabalhadora. Depois da greve de 1968, quando a onda repressiva do regime militar se intensificou, os pelegos cumpriram, com maestria, o papel de evitar que novos movimentos de lutas viessem acontecer.

Após quase um ano de intervenção no sindicato, praticada pela Delegacia Regional do Trabalho, assume uma nova diretoria, tendo a frente um funcionário do setor administrativo da empresa Belgo Mineira, o João Silveira, tornando-se oficialmente presidente da entidade. Durante os nove anos seguintes, montaram uma máquina sindical voltada para o assistencialismo, que chamamos de colaboração de classes. A sobrevida desse modelo de sindicalismo indica que o sistema de saúde pública era muito precário e que, face a isso, o assistencialismo sindical pelego cobria, em parte, essa lacuna no direito social à saúde sem, no entanto, convocar os trabalhadores para a defesa de um Estado que lhes ampliasse o direito à vida e à saúde, entre outros.

Mais adiante, em nossa gestão, e em outros sindicatos, esse tipo de cobertura a saúde continuou existindo, todavia atuamos no sentido de fazer uma luta mais ampla por políticas públicas e pelo “direito a ter direitos” sociais. Em diversos fóruns, por exemplo, apoiamos a pauta dos movimentos de defesa do SUS¹².

Recordo-me bem da figura do João Silveira, sempre bem vestido. Tinha o hábito de tirar do bolso um pente e pentear os cabelos em intervalos de apenas alguns minutos. Procurava sempre disfarçar o seu papel imposto pelo sistema e sua função de evitar que os trabalhadores se voltassem contra a patronal. Junto com o Ildeu Balbino, na época secretário-geral, tinham o controle administrativo do Sindicato e tinham como prioridade, além é claro de evitar qualquer mobilização da categoria, aumentar o número de associados e, conseqüentemente, a arrecadação financeira da entidade. Para isso, avançavam cada vez mais para o campo assistencial, ampliando sempre as ofertas de atendimento médico, odontológico e criando não só uma escola na subsede da Cidade Industrial, como também convênios laboratoriais e outras formas de assistencialismo. Quando surgia qualquer ameaça ou questionamento, a gestão a favor da patronal e à frente do sindicato dizia sempre que havia elementos nocivos infiltrados dentro da categoria e, se levados a sério, poderiam jogar por terra todos os benefícios até ali conquistados.

João Silveira e Ildeu Balbino tinham um grande controle sobre o restante da diretoria. Estabeleceram uma relação de chefia com os outros e, acredito, mantinham uma política de conceder benefícios aos diretores como forma de melhor controlá-los. Até o início das mobilizações de 1978, dirigiram o sindicato de acordo com seus interesses e rezando na cartilha da patronal e dos militares.

¹² Sistema Único de Saúde.

O trabalho por um sindicato mais representativo dos interesses da classe trabalhadora foi muito prejudicado no Brasil e, de um modo geral, entre os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, isso não foi diferente. A repressão desencadeada contra as lideranças operárias somou-se à necessidade dos militantes das organizações de esquerda, para a própria sobrevivência, de buscarem cada vez mais a clandestinidade. Por outro lado, o estilo do sindicalismo, conciliador e atrelado aos interesses do regime político ditatorial e fascista, dificultou qualquer reação coletiva da categoria durante longos anos.

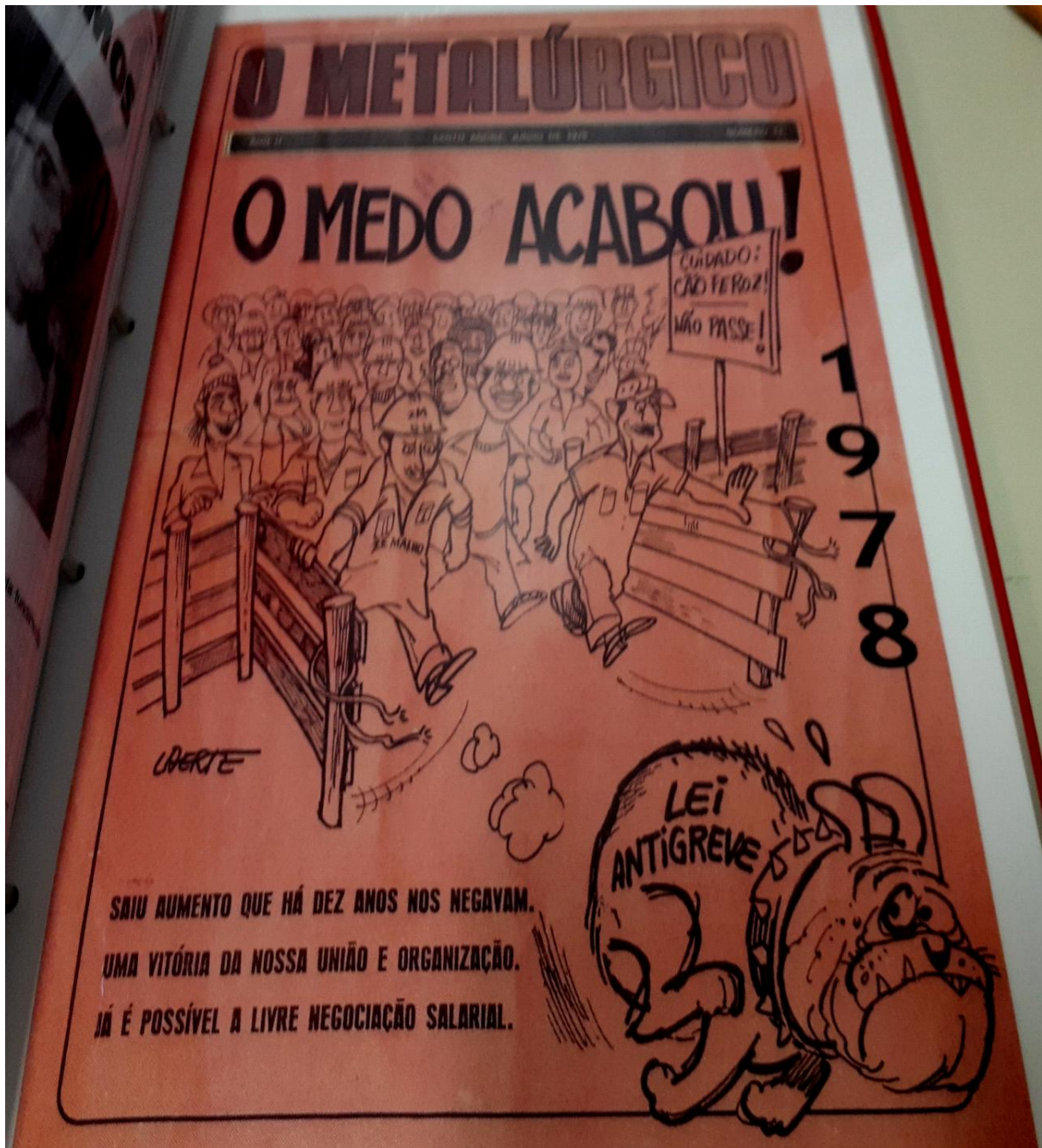
Trabalhando na Fiat Allis e cada vez mais interessado pela organização da luta dos trabalhadores, fui me inteirando das atividades, oficiais e clandestinas, dos metalúrgicos. A empresa em que eu trabalhava, ao contrário da Belgo Mineira¹³ e da Mannesmann¹⁴, não tinha tradição de mobilizações. Era uma empresa com cerca de 800 funcionários e, como relatei anteriormente, grande parte trabalhava em dois turnos. Os profissionais dos setores da montagem, da ferramentaria, do controle de qualidade e do pessoal de escritório trabalhavam em um turno central.

Foi no ano de 1978, influenciado por mobilizações em outras empresas, inclusive na FIAT Automóveis, que apareceram as primeiras manifestações de descontentamento que foram crescendo gradativamente e ganhando alguma organicidade na região da Grande BH. Posteriormente, conseguimos realizar grandes assembleias no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, contando com a presença dos funcionários da Fiat Allis.

¹³ A Belgo Mineira é uma empresa do ramo metalúrgico que, em Contagem, produzia arames trefilados. Também mantinha filiais nas cidades de João Monlevade, Vespasiano e Sabará.

¹⁴ A Mannesmann, multinacional alemã, situava-se na região do Barreiro, em Belo Horizonte, e produzia tubos de aço sem costura. Era uma empresa encravada no meio da localidade, exercendo influência econômica, política, e até cultural na população, pois atribuiu um sentido de região operária ao Barreiro.

Imagem 9 - Panfleto com comemoração de conquistas operárias.



Fonte: Projeto Memória “50 anos das oposições sindicais”. IIEP, 2008

Imagem 10 - História em quadrinhos satirizando a repressão do Estado contra as organizações sindicais.



Fonte: Projeto Memória “50 anos das oposições sindicais”. IIEP, 2008.

O ano de 1979 começou “quente”, com muitas atividades políticas no país e com diversos posicionamentos, cada vez mais contundentes, de cunho progressista e pró-democracia, em favor da anistia a presos e condenados políticos, e pela reabertura política, mobilizando, inclusive, setores amplos da sociedade, sindicatos, OAB (Organização dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), entre outros. Entre os trabalhadores, era perceptível o grau de insatisfação com a sociedade e com o trabalho. Metalúrgicos, bancários, construção civil e professores, em várias partes do Brasil, faziam manifestações. Os metalúrgicos, nesse contexto, ganhavam uma expressão nacional com as greves no ABC paulista, com destaque para a figura de Lula e para as agitações na Cidade de São Paulo sob a direção da Oposição Sindical Metalúrgica, a OSM-SP. Em outras cidades importantes, os metalúrgicos também se mobilizaram; houve manifestações em Betim, João Monlevade, Campinas, Sorocaba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Niterói.

As movimentações em João Monlevade, centradas, sobretudo, nos trabalhadores da empresa Belgo Mineira, produziram grande efeito sobre a disposição de luta dos metalúrgicos, especialmente em Minas Gerais, e, em consequência, formaram um quadro político de grande relevância. João Paulo Pires de Vasconcelos, um metalúrgico que trabalhava na Belgo Mineira, dirigiu o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade por dois mandatos na década de 1970. Posteriormente, João Paulo foi um atuante Deputado Federal Constituinte pelo Partido dos Trabalhadores e um dos pioneiros na construção da CUT em Minas Gerais. Em 1978, sob a direção de João Paulo, a Belgo Mineira de João Monlevade parou. Era uma greve que reivindicava a mudança de um sistema de escala de jornada de trabalho desumana, adotada nas empresas que trabalhavam em regime ininterrupto.

A derrubada dessa escala de trabalho na Belgo Mineira de Monlevade repercutiu em todo Brasil. A mudança na jornada de trabalho, além de humanizar o dia a dia no chão da fábrica, melhorava também a vida social dos trabalhadores, além de forçar as empresas a contratar mais mão de obra. Segundo João Paulo, “a greve teve um efeito dominó e várias empresas tiveram que mudar as escalas, senão ia ter greve”. (DIEESE, 2015). Para os trabalhadores, o tempo de vida social sempre foi muito importante, tanto que a greve de 1979, na Mannesmann, tinha também como principal reivindicação o fim dessa escala.

Os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, igualmente, compuseram esse ambiente, seja nas ações espontâneas, seja no interior das organizações clandestinas e nos movimentos de rua. Havia, em nossa categoria, muitas pessoas que articulavam os problemas do cotidiano do trabalhador com o ambiente político mais amplo, portanto existia, entre os trabalhadores, uma crítica ao autoritarismo nas fábricas e nas ruas.

Em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, a pressão dos companheiros da oposição sindical e de uma leva de ativistas forçava a diretoria a adotar uma postura mais combativa, caso contrário, seriam atropelados pela vanguarda da categoria. Motivos não faltavam, as condições precárias de trabalho e os efeitos do arrocho salarial empobreciam os trabalhadores, criando um ambiente de revolta generalizado. Em função disso, uma onda de mobilizações e greves se espalhou por Contagem e Belo Horizonte.

Em 1979, ocorreu a greve histórica da construção civil. No mês de maio, os operários da Mannesmann cruzaram os braços durante oito dias, reivindicando aumento de salários e mudanças no sistema de revezamento de turno na empresa. Havia um grande

descontentamento, entre os trabalhadores da produção, com o revezamento de turnos, a semana de 7 letras¹⁵.

Essa greve pegou os patrões de surpresa, pois não acreditavam que seus funcionários tivessem coragem de parar, uma vez que há muito não apareciam movimentos de paralisação. Na atualidade, à luz do que a memória nos permite, podemos dizer que já havia, na Mannesmann, alguns sinais da organização dos trabalhadores, pois, um ano antes, o pessoal da “oficina central”¹⁶ tentou iniciar uma paralisação que não foi bem-sucedida, pois as condições propícias ainda não estavam dadas do ponto de vista da organização interna dos trabalhadores¹⁷. A greve na Mannesmann serviu para desencadear uma série de paralisações em outras empresas de porte médio, na Cidade Industrial e no Centro Industrial de Contagem – CINCO.

A vida no trabalho, pela minha experiência e dos demais metalúrgicos com os quais me relacionei, confirmam que o trabalho forma e deforma. Na sua perspectiva ontológica, o trabalho nos humaniza, garante a produção e a reprodução da nossa existência. Em contrapartida, ao longo do tempo, passou por formas sociais que subjugarão pessoas, e se opor a esse controle ensina, humaniza, mas também machuca. A luta operária reproduziu essa contradição do trabalho, trouxe alegrias e sofrimentos, formou e deformou. Vejamos um desses desdobramentos da militância operária nos idos de nossa memória, o desemprego.

¹⁵ Mais adiante, em entrevista com um dos envolvidos nessa pauta, Geraldo Baulino explicitará a “semana de 7 letras” e os motivos da contestação contra esse tipo de revezamento de horário.

¹⁶ A Oficina Central, na Mannesmann, era um setor estratégico por vários motivos, uma vez que nele se encontravam, por exemplo, a ferramentaria, a usinagem, a manutenção, o controle de qualidade e o desenvolvimento de projetos e de implantação, portanto a oficina tinha um grau elevado de influência sobre o andamento do processo produtivo. Congregava um número elevado de trabalhadores, tidos como “muito qualificados”, com os melhores salários. Com efeito, em alguma medida, além de intervir na produção, ainda havia o fato de que trabalhar nesse setor dava um certo prestígio aos companheiros. Dessa forma, a adesão, ou não, à Oficina Central sempre jogava um peso nas greves da Mannesmann. Aliás, essa importância da Oficina Central mostrava que os aspectos técnicos, econômicos e políticos não se separavam, e era exatamente por isso que as empresas nunca abriam mão da divisão técnica do trabalho.

¹⁷ Há um importante documentário que resgata essa greve, *Memórias Sindicais, ou 1978: a greve reinaugurada*. Foi lançado em outubro de 2018 por Ângelo Filomeno e Ana Moravi. Os autores desse documentário tiveram envolvimento direto com as lutas dos metalúrgicos mineiros. Ângelo Filomeno foi metalúrgico em inúmeras empresas em Belo Horizonte, Contagem e Betim, participando de inúmeras greves a partir de fins dos anos 1970; também contribuiu na organização dos metalúrgicos em Belo Horizonte e Contagem, tanto na oposição sindical quanto na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Ana Moravi, por sua vez, é filha de dois militantes. O pai, um militante metalúrgico, Zé Vieira, foi atuante desde meados da década de 1970 na organização dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e a mãe, Jô Moraes, militante do PC do B, foi vereadora em Belo Horizonte, deputada estadual e federal.

2.1 Trabalho e Desemprego: O Drama da Consciência de Classe em Contexto de Autoritarismo

Nesse período, entre 1978 e 1979, estive à frente das mobilizações na Fiat Allis, o que culminou com minha demissão no ano de 1979. Durante o período em que trabalhei na empresa, fui me aproximando da Convergência Socialista até o ponto de participar de suas atividades para tomar parte no processo de luta operária que estava sendo retomado no país.

No cotidiano da Fiat Allis, não havia muitas oportunidades de contatos com os trabalhadores, além daqueles que estavam mais próximos do processo de trabalho. O revezamento de turno isolava um grupo de trabalhadores de outro. As poucas oportunidades de contato eram no vestiário, no almoço e com o colega que revezava a operação da máquina. Interessante falar que a gente conversava sobre os temas diversos, inclusive políticos. Naquele momento, eu não consegui identificar alguém mais engajado politicamente, contudo, tempos depois, soube que existiam alguns bons companheiros lá na fábrica. Situação inversa também acontecia, eles não sabiam da minha posição política, embora eu tenha, aos poucos, assumido certa liderança na fábrica. Vale ressaltar, a organização do processo de trabalho, de fato, isola fisicamente os trabalhadores e, com isso, dificulta o processo de identificação política e ideológica.

Na atualidade, avalio que a minha demissão da Fiat Allis se deu, muito, por minha postura aberta, não somente nas mobilizações, como também nas manifestações do dia a dia; nas rodinhas de conversa, sem dúvida, acabei me expondo. Avalio, ademais, que a ausência de ação mais organizada dentro fábrica, isto é, de uma organização com base interna, facilitou a minha identificação pela direção da empresa.

No plano imediato, essa demissão da Fiat Allis não me causou muitos problemas pessoais. O pior ainda estava por vir. O acerto trabalhista gerou uma indenização financeira e me permitiu, além de quitar algumas dívidas, ter algum dinheiro para os meses seguintes, de sorte que, imediatamente, a procura por outro emprego não foi desesperada. Uma das consequências negativas, entretanto, foi que meu nome passou a fazer parte da chamada, à época, “lista negra”¹⁸, que eram nomes e alguns dados sobre trabalhadores. As informações alertavam a classe patronal sobre os indivíduos considerados agitadores, nocivos ao ambiente de paz no interior das empresas, portanto deveriam ficar longe do chão de fábrica.

¹⁸ Hoje, sabemos que o termo carrega uma associação racista. Aqui, o seu uso é para tratar o uso da época. Manifestamos o repúdio ao termo. O certo, talvez, fosse lista de perseguidos.

A dificuldade de arrumar emprego dizia respeito, também, ao processo por meio do qual se dava essa busca por emprego. As empresas maiores exigiam o preenchimento de uma ficha e comprovação da carteira assinada. Dessa forma, as empresas se informavam sobre a trajetória profissional de quem buscava emprego. Em meu entendimento, sabiam que um profissional qualificado, naquele contexto, só sairia do emprego por motivo maior. Quando o seu último emprego advinha de uma fábrica grande, a suspeita logo poderia dar lugar a uma pequena investigação. Creio que eles verificavam a data da demissão e a cruzavam com algum tipo de mobilização da categoria.

Nas empresas menores, a perseguição era menor, ou nem existia. Assim, por algumas empresas menores, passou uma leva de ativistas. O pequeno empresário tende a focar no atendimento da sua demanda e, se isso é garantido, em alguns casos, o pequeno empresário cuida, à sua medida, da preservação de alguns empregos para não desestruturar a sua empresa. Conheci muitos casos em que o pequeno empresário sabia que um determinado operário havia atingido um grau de domínio e solução de problemas específicos; logo, acabava tendo uma espécie de “estabilidade técnica”, ou “moral”, pois poderia ser fundamental para uma determinada atividade. Vi isso acontecer com fresadores, torneiros e mecânicos de manutenção. Interessante ressaltar que esse prestígio era obtido por intermédio da experiência, e não exatamente de uma formação escolar profissional. Por exemplo, um mecânico de manutenção, mesmo que tivesse menos formação escolar profissional, já sabia onde uma máquina quebrava, por isso a solução era rápida e certa. Essa curiosa situação revela e confirma que é o trabalhador que garante a produção, e indica os motivos de a organização do trabalho capitalista buscar a divisão do trabalho e uma maquinaria que diminua a interferência humana.

Hoje, nos termos do campo Trabalho e Educação, esses casos podem ser exemplos de como o princípio educativo do trabalho contribui para a manutenção do emprego. Saber mais do que a prescrição pede, resolver problemas com máquinas avariadas e conhecer detalhes do seu ofício exigem tempo, experiência e, nem sempre, essas demandas são resolvidas somente com a formação escolar. Nesses casos, a distinção de tratamento dado ao operário, entre as pequenas empresas e as médias e grandes, mostra que a organização do processo de trabalho possui fator político, e não apenas o técnico. Se, na pequena, o interesse por profissionais com o domínio global sobre o processo tende a ser regra, nas grandes empresas, a intensificação da divisão técnica favorece a substituição do trabalhador.

Mesmo com essa possibilidade de “arrumar” um emprego em empresas menores, havia outras questões que acabavam piorando a chance de emprego do operário militante. A

primeira era que, ao buscarem as pequenas empresas, acabavam produzindo uma concorrência entre eles, ou seja, muitos acabavam disputando os espaços de trabalho. A segunda questão que pesava sobre as possibilidades de conseguir emprego, ou de se manter empregado, era que a militância dividia a energia e o tempo do trabalhador. Entre tantas tarefas políticas, tanta necessidade de aprimoramento profissional, tanta recusa a horas extras, por exemplo, que não sobrava tempo para procurar outro emprego.

Os dilemas entre a necessidade de trabalhar e os riscos de militar estavam presentes na vida de outros trabalhadores. O companheiro Gilberto, metalúrgico desde 1976, mais conhecido por Giba, hoje com 63 anos, teve papel destacado naqueles anos de intensa militância e passou por inúmeros problemas relacionados à procura e à permanência no emprego. Conheci o Giba em 1980, quando já despontava como ativista da categoria em Contagem. Recordo-me bem dele como um peão discreto; falava pouco e media bem as palavras antes de falar. Trabalhava na Toshiba, uma fábrica de transformadores localizada na Cidade Industrial, em Contagem. Relatou que havia começado a se interessar pelo movimento dos trabalhadores em 1979, influenciado pelas greves de 1978 e pela greve da Mannesmann em maio de 1979.

Para o Gilberto, além da greve da Mannesmann, estourou também, no mês de maio, a greve da construção civil em Belo Horizonte, noticiada por toda a imprensa. A grande repercussão deveu-se tanto pelo método de enfrentamento policial, com repressão violenta contra os trabalhadores, mas também pela radicalização dos trabalhadores, que foi uma reação muito espontânea.

O presidente do sindicato, o Francisco Pizarro, fechou as portas do sindicato e abandonou a categoria toda sem direção, então, foi um negócio bem espontâneo e gestou o surgimento de grande camada de vanguarda na construção civil, né, surgindo depois dois agrupamentos: o Massa Forte, que depois se uniu à CUT; e o outro, o Marreta, que era ligado ao MR8 e depois veio fazer parte da Liga Operária. Dois grupos de oposição ao Francisco Pizarro, que, na verdade, surgiram depois daquela grande greve de 79.

Uma outra greve que, para mim, foi muito impactante e que minha irmã, a Sônia, inclusive participou dela, foi a greve dos professores da Rede Estadual de Ensino em Minas Gerais, que acabou destruindo a antiga direção conservadora que tinha o sindicato, a chamada Associação dos professores Públicos do Estado de Minas Gerais, APPMG, fundando a UTE, União dos Trabalhadores do Ensino. Minha irmã, a Sônia, teve uma participação efetiva, tanto nessa greve e na fundação da UTE, e também na fundação da APC, Associação dos Professores de Contagem. Na minha opinião, essas três greves, elas tiveram muito impacto na minha consciência. (Relato do ativista Giba, 2020).

Como se pôde observar, Giba iniciou sua militância praticamente no mesmo período em que comecei a minha. Viveu, portanto, experiências muito semelhantes às minhas e ingressou nas fileiras da Convergência Socialista um ano depois de mim. Participou, ainda, das mobilizações de 1979 dentro da Toshiba, empresa onde trabalhava. Giba dirigiu uma vitoriosa greve nessa empresa, conseguiu montar uma comissão de negociação com estabilidade no emprego, e conta, com orgulho, como foi o processo de preparação e os desdobramentos da greve:

A experiência de mobilização na Toshiba, para mim, foi uma das mais importantes. Primeiro porque partiu de um movimento espontâneo, né, e que deu toda uma formação, principalmente para mim. A partir dessa greve, teve um desenvolvimento organizativo e sindical bastante grande.

Essa greve durou oito dias, foi uma greve vitoriosa, nós conseguimos praticamente todas as reivindicações. Na época foi 7% de reajuste, conseguimos a insalubridade para o setor de solda e de montagem e também para o laboratório que era da parte eletrônica, conseguimos o salário igual para as mulheres e homens, a questão do restaurante, do transporte coletivo, ou seja, a mais importante na minha opinião, nós conseguimos seis meses de estabilidade para a comissão de negociação.

Depois a gente veio saber que todas as mobilizações que ocorreram na categoria, as várias que tiveram greve e mesmo as que não tiveram greve inclusive você na Fiat Allis que foi uma grande mobilização lá, mas não chegou a greve, acabou sendo demitido, todas as comissões de negociação e comissões de fábrica foram demitidas no final da greve.

A única comissão que conseguiu uma estabilidade pequena, de seis meses, mas conseguiu, foi a da Toshiba, e isso foi importante, porque isso vai ser a base para a mobilização da greve geral de setembro. (Idem).

O autoritarismo da ditadura refletia nas relações de trabalho e é provável que, ainda hoje, a participação do trabalhador na luta por direitos lhe custe o emprego. Giba, naquele contexto, tinha a consciência de que entraria na mira patronal.

Eu tinha consciência de que, quando acabasse o período de estabilidade, se não surgisse uma coisa muito nova, importante, uma grande mobilização, nós seríamos demitidos, a comissão, e principalmente eu, que era a ponta de lança da comissão.

Não tinha um presidente, mas eu estava como o organizador, um chefe, um organizador da comissão, um coordenador da comissão dos sete companheiros. E depois, um outro companheiro que apareceu, que depois junto comigo, se tornou diretor do sindicato, o Humberto Aredes, que trabalhava também na Toshiba. O que ocorreu em setembro na campanha salarial, o sindicato, o João Silveira resolveu antecipar a campanha salarial geral, né, e essa campanha foi totalmente diferente das campanhas anteriores. Havia uma camada de ativistas, dessas fábricas todas, que fizeram mobilizações, foi muito grande.

Eu me lembro que as reuniões do chamado Comando de Mobilização reuniam mais de cem pessoas, cem ativistas, ou seja, tinha uma turma que não era diretor do sindicato, não tinha estabilidade, que estava disposta a ser direção do processo, né, e

se organizava, fazia toda a atividade que era do sindicato, sindicato que era conservador, mas tinha uma coisa que era positiva, ele abriu as portas para a categoria. Então, a gente fazia o que a gente queria. Fazia faixas, o sindicato não era o impulsionador, por exemplo, os diretores do sindicato não participavam diretamente dessas coisas, mas também não impediam que a gente fizesse, davam material, davam tinta, davam pano, davam megafone pra gente e a gente fazia.

Na verdade, a grande maioria desses ativistas já eram ou depois vieram se conformar como oposição sindical. Assim como a gente previa a estabilidade terminando no dia 1º de janeiro de 1980, então, no dia 2 de janeiro, eu fui demitido da fábrica. (Idem).

Assim como ocorreu com o Giba, o desemprego, claro, causou problemas pessoais. Eu passei por um período difícil, mais de um ano desempregado, mas esse percalço serviu para me fortalecer enquanto militante, e aumentou minha convicção de que deveria seguir em frente nas atividades junto ao movimento operário. A demissão me causou muitas dificuldades financeiras e, para minimizar essa situação, trabalhei como frentista em um posto de venda de combustível e em algumas oficinas de tornearias pequenas, por períodos curtos, como era comum à época, com contratações apenas para cumprir demandas pontuais de produção.

Se, em função da militância, eu tive a vida prejudicada em alguns aspectos, a condição de ativista me inseriu em um contexto de relações pessoais, de acesso a bens culturais e de construção de uma consciência política que compensava aqueles momentos delicados. O ingresso recente na militância política, de certa forma, me deu ânimo para que enfrentasse os problemas materiais e os conflitos sociais de um desempregado.

O trabalho, além de protoforma da sociedade, influencia as organizações sociais mais amplas, como escola, família e meios de comunicação; é também produtor de subjetividade, chega naquilo que é do campo individual. Marx já afirmou que, por meio do trabalho, ao transformar a natureza, o homem transforma a si próprio. (MARX, 1985).

O trabalho, sendo um processo social, tem grande repercussão na formação da nossa identidade, ou seja, na forma como os indivíduos se veem, ou não se veem, como parte de uma cultura, de um grupo social (DUBAR apud WAUTIER, 2012). Essa dimensão do trabalho é histórica, ou seja, deve-se a uma forma de organização do processo de trabalho que, a partir da revolução industrial, é intensificada para atender a um tipo de trabalho que exigia disciplina e subordinação em níveis elevados (ENGUIITA, 1992). O trabalho, como defende Wautier, é central na identidade do homem moderno.

O trabalho “moderno” foi construído no jogo de força entre dominantes e dominados e manifestou-se sob três tendências: a racionalidade econômica; a procura de integração

normativa ao modo de produção capitalista mediante a instrumentalização dos trabalhadores; e o surgimento de uma identidade operária por via da ação coletiva. (WAUTIER, 2012, p. 1).

Para as pessoas oriundas das camadas populares, não é fácil se distanciar dos valores simbólicos do trabalho, a não ser pelo aspecto econômico. O desemprego provoca sofrimentos, rompe, interrompe essa identidade do sujeito responsável, provedor e correto, um aspecto importante da vida social e dos laços familiares. Não é uma questão da ordem individual, apenas, o sofrimento vem porque há uma cobrança externa, com adjetivos de toda ordem: arruaceiro, agitador, ruim de serviço, indisciplinado, irresponsável etc. Diga-se de passagem, nas décadas de 1970 e 1980, estar de posse, ou não, da carteira de trabalho, poderia aliviar, ou piorar as revistas em “batidas” policiais. O acesso a crédito, ao crediário, como se dizia na época, em comércios, passava muito por ter, ou não, a carteira assinada.

Quando o desemprego estava vinculado a uma prática política, refletia, e ainda reflete até hoje, o despotismo das empresas, o que não é uma exclusividade brasileira, é uma característica presente em diversos lugares do mundo e isso indica, em alguma medida, o nível de democratização das relações trabalhistas.

No caso brasileiro, o trabalho tem um histórico de autoritarismo, herança de séculos de trabalho escravo e da nossa formação social. Com os processos migratórios do campo para a cidade e/ou do norte e nordeste para o sudeste (FOOT HARDMAN; LEONARDI, 1980; NEGRO, 2004) em que sujeitos ambientados em relações de trabalho com pouco, ou nenhum direito normativo, formaram parte considerável do contingente de trabalhadores das fábricas, fazendo crer, para alguns, que seria possível formar os trabalhadores brasileiros em um bloco de conformação social (NEGRO, 2004). Possivelmente, esse ideário tenha correspondência histórica, mas também não faltam exemplos de que, desse perfil de trajetórias, surgiram sujeitos inconformados, contestadores e quadros sindicais importantes. O fato é que, mesmo com o trabalho assalariado, nunca foi fácil para os trabalhadores reivindicar direitos. No contexto em que iniciei a minha militância, até meados dos anos de 1980, o despotismo nas fábricas era resguardado por um governo ditatorial. Sendo assim, a conjuntura de autoritarismo, dentro e fora das fábricas, favoreceu os usos e abusos do “fator desemprego” para domar o caráter do operário brasileiro.

O meu caso de desemprego e de perseguição política não era o único. Naquela época, era comum encontrar vários companheiros com problemas parecidos com os meus. Quase sempre, após as mobilizações, o sindicato registrava um número grande de demissões, sem dúvida em função da participação desses trabalhadores nos movimentos nas fábricas. Isso fez com que os ativistas pagassem caro, inclusive com consequências para suas famílias, pelos

desdobramentos do desemprego. O desemprego, além de afetar o trabalhador pelo lado da sobrevivência financeira, atinge-o pelo lado moral, já que lhe retira a identidade de “homem responsável”, aquele que cuida de si e cumpre suas responsabilidades domésticas. Enfrentar o patrão, o gerente, ou a polícia, exigia astúcia e coragem, isso não faltou aos militantes operários com os quais convivi. Outrossim, enfrentar as necessidades e cobranças familiares e manter-se na militância exigiam uma disposição profunda e, comumente, deixavam marcas profundas nas relações familiares.

Ao trazer essa situação pelo fio da memória, recupero as várias dimensões de luta da classe trabalhadora brasileira, entre elas, aprender a sobreviver e aprender a garantir direitos em um mesmo movimento. Essa tentativa de equilíbrio entre família, vida financeira e busca de direitos foi interpretada por Thompson em sua compreensão sobre a formação da consciência de classe

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns – herdadas, ou partilhadas – sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem – e geralmente se opõem – dos seus [...]. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas. (THOMPSON, 1987, p. 10).

As pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como ideias, no âmbito do seu pensamento e de seus procedimentos, ou como supõem certos praticantes teóricos, com instintos proletários etc. Elas experimentam suas experiências como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares [...]. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (Idem, 1981, p. 189).

Se muitos militantes, por um lado, ao engrossar o cordão do desemprego, pagaram com a sua cota pessoal de sofrimento, por outro, podemos dizer que essa experiência cimentou a consciência de classe, contribuiu para identificar e combater coletivamente as injustiças sociais. O militante sofre como qualquer trabalhador, mas absorve o desemprego com algum nível de altivez. Em minha experiência, e de muitos companheiros, a militância, ao trazer a dimensão da luta social, trouxe outro entendimento do que é ser trabalhador e ampliou, enormemente, o entendimento sobre trabalho e trabalhador face o que era ofertado na escola, na tradição familiar e em outras relações sociais¹⁹.

¹⁹ Vejamos, por exemplo, que a ditadura trabalhou bem o estímulo ao ideal de trabalhador bem-comportado, inclusive, dando maior divulgação ao concurso de “Operário Padrão”, iniciado na década de 1950, com amplo apoio a partir de 1964. (CAMPOS, 2010).

O cantor e compositor Gonzaguinha, em diversas canções, retratava o cotidiano do trabalhador. Foi feliz ao criticar esse “bom mocismo” e suas compensações materiais, com a letra “Comportamento Geral” (1973)²⁰, com trecho reproduzido na sequência.

Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: “Muito obrigado”
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado.

Deve, pois, só fazer pelo bem da Nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um Fuscão no júízo final
E diploma de bem-comportado. (GONZAGA JR., 1973).

As atividades políticas contestatórias, em períodos arbitrários, trazem complicações de ordem jurídica, podendo resultar em guerras de nervos, enfrentamentos físicos, com surras, ou até em luta pela própria sobrevivência. Esses níveis de risco, por outro lado, reforçam os vínculos emocionais de quem milita, seja com a causa, seja com aqueles com quem partilha as convicções, os riscos e as esperanças. Recordo-me de que havia um sentimento romântico de compromisso com a classe trabalhadora brasileira e um vínculo emocional com outras lutas operárias no mundo. Partilhei um sentimento de compromisso, de que a classe trabalhadora tinha um destino que lhe cabia, o de mostrar o valor do trabalho, o de transformar o mundo em uma sociedade mais justa. Diante disso, o desemprego, mesmo com impactos negativos, foi propício como parte da luta de classes. Causava danos? Sim. Com o amparo coletivo e com a organização política, esse problema era, em parte, suavizado.

Vejamos mais um relato do metalúrgico Giba sobre sua demissão na Toshiba, uma fábrica de transformadores elétricos, em primeiro de janeiro de 1980.

A partir do momento que saí da Toshiba, minha carteira de trabalho estava suja. Em qualquer lugar que eu fosse entrar, era complicado. Depois chegamos a fazer uma denúncia através da Convergência Socialista, a nível nacional e local também.

Naquela época, eram muito conhecidas as listas negras, a gente achava que as empresas ligavam uma para outra, aquele negócio todo, mas agora a gente descobriu, depois desse processo da Comissão da Verdade, que não era isso. As empresas tinham uma relação direta com o DOPS²¹, passavam as fichas dos ativistas para o DOPS e as empresas consultavam isso lá quando iam admitir alguém. Então, o negócio era direto, era um negócio ligado direto com a polícia política da ditadura. Então, a gente já sabia que o nome ia ficar sujo, na época a gente só imaginava isso.

²⁰ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ESS_3jN0nKM&list=RDESS_3jN0nKM&start_radio=1>. Acesso em: 14 de Maio de 2020.

²¹ Departamento de Ordem Política e Social.

Então, eu tive que dar uma escapulida, e saí da Toshiba e, em 2 de janeiro, entrei na Montec para fazer um serviço temporário, mas a Montec não era uma fábrica metalúrgica, então, eu precisava estar dentro de uma fábrica metalúrgica, aí já era um trabalho militante também. A Montec, apesar do serviço ser metalúrgico, ela estava enquadrada na construção civil, então, era necessário deslocar logo, mas lá foi bom porque limpou a carteira, né²²?

Fui trabalhar na Kuttner também, trabalhei lá três meses, serviço temporário. Aí, depois, consegui entrar na Fiat Allis no dia 1º de abril de 1981. Aí sim era uma fábrica estratégica, apesar de que tive de me sacrificar e entrar de ajudante de produção lá para poder entrar na fábrica. Mas foi um negócio importante, porque era uma fábrica estratégica e vai ser a fábrica que eu vou transitar até 2006, né? E, depois, na justiça, até 2012, quando aposento. Mas tem todo um processo na Fiat Allis, que é toda a trajetória, agora como militante, né, da Convergência. Clandestino, tive que passar por todo o processo, né? Como nós não participamos da chapa de 81, eu fiz todo um processo de clandestinidade para poder me manter dentro da Fiat Allis até 2004, quando vem nova eleição no sindicato. (Relato do ativista Giba, 2020).

Da minha parte, depois desse período de desemprego, e em empregos temporários, assim como ocorreu com o Giba, consegui voltar à categoria metalúrgica em 1981. Fui contratado em uma empresa de nome Forja Minas, localizada na Cidade Industrial. Minha função era de torneiro mecânico. Nessa empresa, trabalhavam um pouco mais de 20 pessoas. Do que eu me lembro, existiam, na empresa, cerca de oito tornos mecânicos, de tamanhos diferentes; duas fresadoras; furadeiras radiais; e os equipamentos da forjaria. Recordo que parte das peças, antes de irem para os tornos para serem usinadas, passavam por um forno para serem bem aquecidas e, na sequência, por uma espécie de prensa, onde, por meio de pancadas, ganhavam seu formato primitivo, depois eram usinadas nos tornos mecânicos e em outras máquinas para ganharem as medidas finais. Lá havia um pequeno refeitório com cozinha, onde o almoço era feito, e também um vestiário. Como era uma fábrica pequena, éramos todos amigos e o ambiente interno era bom.

Nessa empresa, inicialmente, busquei ter muito cuidado com as questões políticas e sindicais, agindo de maneira discreta, pois havia me comprometido com o encarregado, que ajudou na minha contratação. Afirmei que não criaria nenhum problema que pudesse constrangê-lo. Preocupado com a manutenção do emprego, eu procurava não me expor muito. A marca do período de desemprego, vivendo de bicos, estava sempre presente no meu cotidiano. Precisava daquele trabalho, até conseguir um melhor, em uma empresa maior e, assim, voltar a ter uma participação também mais forte no processo de organização da categoria metalúrgica.

²² Os trabalhadores chamam de “limpar a carteira” o fato de, na última empresa, e às vezes na penúltima, não haver indícios de questões que pudessem comprometer a imagem de trabalhador disciplinado. Assim, ter uma passagem discreta nos últimos empregos dava uma nova apresentação para o trabalhador.

Durou pouco mais de um ano o meu emprego na Forja Minas. No meu entendimento, não podia deixar de cumprir o papel de ativista e levar as informações do Sindicato aos meus companheiros de fábrica. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, nesse período, não se preocupava muito em fazer chegar até a categoria o jornal *O Metalúrgico*, órgão oficial da entidade, tampouco os panfletos convocando os trabalhadores para as assembleias, ou comunicando alguma informação importante. Esse trabalho era, geralmente, feito por uma leva de ativistas que se organizavam em torno do Sindicato e que combatiam o imobilismo da direção.

Além disso, vivíamos discutindo, na hora do almoço, a necessidade de todo o pessoal da fábrica nas mobilizações da categoria. Quando, internamente, começamos uma briga pelo pagamento das horas extras em dia, aumentando a insatisfação do pessoal com o patrão, veio a minha demissão. Confesso que já esperava ser demitido, pois, dias antes, tive uma discussão pesada com o filho do dono da empresa. Para receber os direitos trabalhistas, também não foi fácil. O “Sr. Jorge”, o dono da empresa, antes de fazer o devido acerto, chegou até a me ameaçar com um revólver na mão, arma que era utilizada pelo vigia à noite, no seu turno. Achei que recorrer à justiça do trabalho para obter um direito que, legalmente, era meu, não cabia naquele momento. Depois de conversas acaloradas com o patrão, consegui receber o que me era devido.

Foi na Forja Minas que, no final da década de 1970, trabalhou uma mulher, uma grande referência da participação das mulheres nas lutas metalúrgicas nos momentos mais duros da ditadura militar. Efigênia era uma companheira extremamente forte e corajosa, que teve uma participação importante na greve de 1968 e militou na categoria até as grandes mobilizações no final dos anos 1970. Enfrentou com altivez as prisões do regime e nunca se rendeu às dificuldades, ou desistiu da luta operária. No livro que conta sua história de vida, denominado *Cor da Vida*, entre depoimentos de várias pessoas que a conheceram, destaco dois. O primeiro, o Sr. Joaquim de Oliveira, contemporâneo dela no movimento operário, relatou:

Conheci a Efigênia em 1965 mais ou menos, logo que entrei no sindicato, juntamente com o Benigno da Silveira, que era então o presidente; e Efigênia e seus irmãos conviveram lá no Bairro das Indústria com os filhos do Benigno. Ela foi uma pessoa que se destacou no movimento sindical; na organização de fábrica, era uma pessoa que sempre tinha contato com os trabalhadores fazendo o trabalho de sindicalização e conscientização da classe. [...] foi em 66, organizamos a primeira chapa de oposição à Onofre, presidente do sindicato. Concorria, o Ênio Seabra para presidente, eu vice e Imaculada, sua irmã, secretária geral. Efigênia muito nos ajudou na organização desta chapa como também fazendo campanha nas fábricas. (OLIVEIRA, 2018, p. 12).

O segundo depoimento foi de João Soares Silveira, presidente do sindicato pós intervenção em 1968 até 1983, que, apesar de sempre ter tido Efigênia como oposição, ressaltou suas qualidades e sua coragem:

Convivi com a Efigênia a partir das eleições sindicais de 1978. Apesar de ser uma adversária, respeito o seu trabalho porque, passado o momento eleitoral, ela veio para o sindicato para desenvolver a luta junto aos trabalhadores e, principalmente, à mulher metalúrgica. Em todos os seus atos, a firmeza do caráter, a personalidade e a conduta são assinaladas muito bem. [...] com intervenções claras, conclamava a categoria a lutar para conseguir as reivindicações exigidas nas campanhas. Trabalhava junto à diretoria, sem abrir mão das suas ideias. (Idem, p. 33).

O convívio com trabalhadores que acreditavam em um mundo melhor, que defendiam a abertura para a democracia, abriu-me certo conhecimento sobre o quadro político brasileiro e me permitiu analisar o desemprego, tanto como consequência do autoritarismo nas fábricas quanto pela falta de liberdade da sociedade brasileira. Assim, busquei compreender o capitalismo, mas também a história do Brasil.

2.2 Trabalho, Sindicato e Ideologia: Construção e Disputas na Direção dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem

No início dos anos 1980, tínhamos a tarefa de construir a organização de que fazíamos parte, a Convergência Socialista. Durante esse período, foi criada uma “corrente nacional” associada a essa organização e que tinha como objetivo um trabalho político com a juventude. Essa corrente denominava-se “Alicerce da Juventude Socialista”, e a mim foi dada a tarefa de coordená-la na região industrial de Contagem e na região do Barreiro, em Belo Horizonte.

Naquela época, a Convergência Socialista, por intermédio de sua direção, decidiu apostar na juventude. Via, no movimento estudantil universitário e principalmente secundarista a possibilidade de trazer uma leva importante de ativistas para a organização. Apesar de a prioridade ser o Alicerce, não abandonamos as outras frentes de militância, mas alguns quadros partidários tiveram de se desdobrar para dar conta da tarefa. Tínhamos um jornal que era vendido na porta das escolas e, com pouco tempo, o Alicerce ficou bastante conhecido, disputando espaço nas organizações do movimento estudantil.

O trabalho político com a juventude estudantil secundarista não foi uma tarefa fácil e, entre outras dificuldades, havia o fato de que essa incumbência fugia das minhas características, tanto relacionadas às de trabalhador operário quanto às de vivência social. Os militantes eram muito imaturos e viviam uma realidade diferente dos jovens da classe operária, mesmo sendo filhos de trabalhadores operários. Talvez pela própria fase da vida, viviam outra realidade, gostavam de muitas festas, bebiam muito, muitos usavam drogas, e, apesar de compreender a importância da construção da corrente, boa parte tinha comportamentos irreverentes com o trabalho político a ser feito. Pessoalmente, foi muito difícil coordenar esse tipo de militância, dado de que minha experiência era no meio operário. Precisava de muita paciência para acompanhá-los e observar aqueles que mais se destacavam. Por outro aspecto, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, dessa atividade surgiram jovens que se tornaram grandes ativistas, como o Adelmo, o Cacau e o Tonho. Estes três, posteriormente, tornaram-se dirigentes da organização, como também assumiram posições importantes no movimento sindical.

Imagem 11 – Cartaz da Convergência Socialista



Fonte: Arquivo pessoal.


No início do ano de 1983, consegui um novo emprego como metalúrgico. Paulo Moura, um militante da Convergência Socialista, havia conseguido entrar em uma empresa, situada no CINCO, e a partir daí indicou meu nome para a chefia. A empresa chamava-se Braço Mapri, e fabricava todo tipo de parafusos e porcas para a indústria automobilística e eletroeletrônica. Nessa empresa, antes de ir para produção, era necessário passar por uma escolinha onde aprendemos a programar as prensas que estampavam os parafusos.

Logo nos dois primeiros meses dentro da fábrica, ao entrosarmos com os outros companheiros, percebemos que eram bastante politizados e chegamos à conclusão de que estávamos no ambiente certo para executar o plano que tínhamos traçado. No ano seguinte, haveria eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e, desta vez, queríamos ter uma efetiva participação no processo eleitoral. Depois da incursão no movimento estudantil com o Alicerce, passamos a voltar toda a nossa atenção para a categoria metalúrgica. A tarefa era, para os militantes que estavam empregados, tentar garantir a todo

custo o emprego; para quem estivesse desempregado, intensificar a busca por uma vaga e, além disso, aumentar a nossa participação na vida sindical, para ganharmos mais visibilidade.

Por outro lado, a diretoria do sindicato, visando o processo eleitoral que se aproximava e pressionada pela vanguarda, para não ser atropelada pela base, deu uma guinada à esquerda e esboçava uma tímida reação, como mostra o boletim abaixo, dirigido aos operários da Belgo Mineira.

Imagem 12 – Boletim informando sobre reunião com a Belgo Mineira



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BELO HORIZONTE**

Sede própria: Rua da Bahia, 570 - 2º andar - Edifício "Alcazar" - Fone 201-8228 - Belo Horizonte

AOS COMPANHEIROS DA TREFILARIA, DO ESCRITÓRIO
CENTRAL E DIVISÃO VENDAS-MINAS.

BOLETIM INFORMATIVO

Companheiros,

Na última 5ª-feira, dia 24-03-83, a Diretoria do Sindicato manteve uma reunião com a Belgo-Mineira, oportunidade em que a empresa manifestou sua intenção de não pagar o INPC de Abril/83 - reajuste semestral -, ao argumento de que tem necessidade de reduzir o custo da mão de obra, para ter condições de competir no mercado consumidor, mas até hoje não provou esta necessidade para o Sindicato.

O Sindicato, pela sua Diretoria, manifestou-se frontalmente contra a pretensão empresarial, alegando que os operários da Trefilaria, já vem sofrendo enorme prejuízo com os últimos procedimentos da empresa e que os salários atuais foram conquistados com muito suor e muita luta. Argumentou ainda, que o reajuste semestral é impositivo legal, não sendo admissível abrir mão dele, sob pena de causar violenta REDUÇÃO SALARIAL.

Na reunião, a Diretoria do Sindicato denunciou a pressão que a empresa vem fazendo sobre os operários, valendo-se de seu poder econômico e da possibilidade de dispensa. Este fato foi negado, mas o Sindicato tem provas concretas de sua existência. Por isto, alerta aos operários para não se intimidarem com as pressões da empresa e para não assinarem qualquer documento a pedido de seus superiores, pois este assunto tem de ser resolvido com o Sindicato.

Hoje pela manhã, esteve na sede do Sindicato o Presidente e um Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Leonardo Diniz e Wilson Bastieri, os quais informaram que se reunirão hoje à tarde com a Belgo-Mineira, para tratar do mesmo assunto, adiantando que os operários de João Monlevade não estão de acordo com a pretensão da empresa e que aquele Sindicato se posiciona junto com o nosso Sindicato, para evitar que os operários sofram novo golpe, perdendo seu poder aquisitivo conquistado a duras penas.

Na 4ª-feira próxima, será a vez deste Sindicato se reunir com a Belgo-Mineira.

Companheiros, o momento é grave e exige a participação de todos. Não podemos deixar que o medo do desemprego nos domine e que permitamos à empresa financiar, com nossos salários, futuras dispensas, como já vem ocorrendo.

A Belgo quer cortar o INPC, mas como é que fica a situação dos empregados para pagar as prestações do BNH, o estudo dos filhos, o aluguel, o transporte, a alimentação e tantas outras despesas? Pense nisso, companheiros!

Concitemos todos os operários a se manterem unidos e atentos ao comando do Sindicato, pois a qualquer momento poderá ser convocada uma assembleia para tratar deste assunto, oportunidade em que todos devem estar preparados para a adoção de medidas concretas e efetivas para proteger os nossos direitos. Chega de terrorismo. Estamos cansados das violências que contra nós são praticadas. Não vamos fugir da luta. Temos que garantir AGORA, o nosso futuro.

B.H.E.28/3/83

A DIRETORIA.

BASE TERRITORIAL: BELO HORIZONTE E CONTAGEM

A Braço Mapri era uma empresa bem organizada e tinha bons salários, se comparada a outras empresas da região. Havia, nessa fábrica, cerca de 200 trabalhadores qualificados profissionalmente, torneiros mecânicos, fresadores e/ou mecânicos de manutenção, mesmo aqueles que trabalhavam no setor de operação de máquinas²³. Apesar do barulho infernal no chão da fábrica²⁴, o ambiente interno era bom. Além do uniforme, tínhamos todo tipo de equipamentos de segurança e também um restaurante de bom nível.

Nesse período inicial, foi possível captar para a nossa organização cerca de cinco companheiros, trabalhadores dessa fábrica. Havia um problema, no entanto, que muito nos preocupava, a possibilidade de sermos delatados por algum olheiro dos patrões e, conseqüentemente, perdermos o emprego. Se isso acontecesse, o trabalho político estaria perdido e o drama do desemprego voltaria. Dessa forma, buscamos agir com discrição, mas sem perder a ascendência sobre os trabalhadores.

A sorte parecia estar do nosso lado, uma vez que apareceu um processo de eleição para compor a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, CIPA, que, por força legal, garantia estabilidade a seus membros. Inscrevemo-nos como candidatos e, com amplo apoio, nosso grupo foi eleito. Essa eleição nos deu maior liberdade de expressão, pois garantiu o direito de estabilidade no emprego por todo o período do mandato e aumentou a relação com os trabalhadores, mesmo que não fossem militantes, mas igualmente importantes para uma representatividade de base do chão de fábrica.

O trabalho na Mapri deu-se por condições especiais, pois a empresa, recém-chegada à cidade de Contagem, tinha uma proposta de relações trabalhistas menos truculentas. Isso facilitou nosso trânsito entre os trabalhadores, antes de sermos “cipistas”, e depois, a partir da CIPA, tornamo-nos uma referência para o operariado. Embora a direção da fábrica não fosse resistente à proteção da saúde, o tipo de trabalho continha aspectos insalubres, especialmente o barulho. Nesse quesito, aos poucos fomos construindo uma postura exigente, que dava uma medida do poder que estávamos construindo, cujo pano de

²³ Durante o período em que trabalhei e militei em fábricas, era mais comum que, no setor de operação de máquinas, fossem empregadas pessoas com alguma experiência, algumas horas de treinamento, mas sem qualificação profissional específica. Foi muito difundido, e talvez ainda seja, o termo “auxiliar de produção”. É provável que isso decorra por uma falta de oferta de força de trabalho tida como mais qualificada para operar as máquinas de produção mais complexas, portanto, para a empresa, era interessante buscar algum profissional com conhecimento básico de mecânica, desenho, medidas e ambientado com a dinâmica de uma fábrica. Vale também ressaltar a hipótese de que, para muitos trabalhadores, ter a carteira assinada fora do seu ofício era um passo atrás, ou, como se dizia, era “rebaixar a carteira”, “queimar a carteira”.

²⁴ Qualquer máquina em movimento produz barulho. O processo de fabricação de parafusos e porcas em série, em grandes quantidades, exigia que um material fosse prensado em um ciclo muito rápido, ou seja, nessa empresa, havia muitas prensas dando vários “golpes” por minuto. O ruído era tão alto e a intermitência, tão rápida que o barulho se tornava constante.

fundo apontava para a possibilidade de disputar a direção sindical. Estando em uma fábrica de médio porte e com uma base razoável, um grande passo tinha sido dado rumo aos objetivos traçados.

Nesta época, tínhamos uma célula metalúrgica na Convergência Socialista, com cerca de quinze pessoas; alguns estavam desempregados, além de outros companheiros que vieram do ABC paulista, entre eles, o José Maria de Almeida, um destacado militante da organização, naquela época já com uma boa experiência no setor. Daí para frente, a tarefa era aumentar a participação dos filiados no cotidiano do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e, pouco a pouco, montar uma chapa para disputar as eleições.

A Brazaço Mapri foi se tornando o nosso quartel general. Estava sempre mobilizada e com quase a totalidade dos trabalhadores do nosso lado. Conseguíamos sempre levar um grupo grande de companheiros nas assembleias do sindicato. A empresa ficou famosa entre a vanguarda metalúrgica, por ser muito organizada. Mesmo quando chegamos à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, a fábrica não foi abandonada. Durante um bom tempo, contou com uma base ativa e com capacidade de contestação. Hoje, com o distanciamento do tempo, podemos dizer que essa empresa era de fato extratécnica, pois além de ser bastante politizada tinha outras vantagens que favorecia a uma atuação sindical, principalmente de base; era uma fábrica de médio porte, e sua localização estava próxima a várias outras fábricas.

Quando fui admitido na Mapri, já trabalhava lá, há algum tempo, o companheiro Israel Pinheiro. Era um cara que falava pouco, mas gozava de certo respeito dentro da fábrica. Algumas pessoas o chamavam de Judeu, em função de seu nome, mas ele era, mesmo, descendente de libaneses. Começou a trabalhar como metalúrgico muito cedo, ainda adolescente, na escola profissional da Mannesmann.

Eu comecei a trabalhar na Mannesmann, no Senai, né, com 14 anos de idade. Fiz tornearia mecânica, depois de terminar o curso, 3 anos, fiquei lá por mais de um ano, aí teve a greve de 1979 e eu fui demitido e fiquei um ano desempregado. Aí, arrumei emprego na Mapri, fui lá pra São Paulo para aprender a trabalhar nas máquinas deles, porque eles iam montar uma fábrica aqui em Contagem. Então, foi uma mudança grande, mudar para São Paulo e depois voltar para cá, foi até legal, porque foi mais ou menos uns 40 a 50 peões morando em São Paulo. E depois voltamos para montar a fábrica. (Relato do ativista Israel Pinheiro, 2020).

Israel contou que essa turma ficou em São Paulo todo o ano de 1981 e regressou para Contagem para montar uma nova fábrica no Centro Industrial de Contagem. Relatou que, durante um período, a empresa não demitiu, nem contratou ninguém. Somente em 1983 que,

com todas as máquinas montadas e a abertura de uma escolinha para treinamento de pessoal novo, trabalhadores foram contratados. Paulo Moura foi o primeiro a ser contratado, pouco depois eu fui admitido. Ainda nesse ano, houve as eleições para a CIPA e nós nos inscrevemos para a disputa. Israel foi o mais votado e eu consegui uma vaga de suplente. Depois da CIPA, iniciamos o processo de organização da fábrica, já pensando nas eleições para direção do sindicato, que iriam acontecer no ano seguinte, porém a direção da empresa começou a perceber nossos movimentos. Israel foi o primeiro a sofrer retaliações.

Nós garantimos a entrada na CIPA e, logo em seguida, eu fui demitido, porque eu era um ativista que xingava todo mundo, brigava por qualquer coisa e aí fui demitido, entrei na justiça e fui reintegrado em abril de 84 [...] Nós tínhamos uma organização no banheiro, né, inclusive uma das questões porque eu fui demitido, foi que eu fiz um abaixo-assinado pela volta da porta do banheiro, porque a porta silenciava né, lá dentro dava pra conversar ler jornal, porque o barulho dentro da fábrica era intenso e eles tiraram a porta pra ninguém ficar conversando lá dentro. Depois eles voltaram com a porta, mas me demitiram, um dos motivos foi o abaixo-assinado. (Idem).

Nas palavras de Israel, foram vários protestos que aconteciam no interior da empresa. Isso demonstra que os trabalhadores estavam confiantes na organização que começava a ganhar força. O que eram, antes, reclamações feitas de maneira isolada, tornaram-se um leque de reivindicações coletivas.

Um dia, ficamos sem almoçar, aí ninguém vai almoçar, o Jacaré ainda não tinha emprego, veio de São João del-Rei, não tinha emprego, foi levar sanduíche pra gente lá na porta, mas passou batido, porque eles não viram quem tinha levado, estava todo mundo fazendo boicote ao restaurante. Depois o Jacaré foi admitido na empresa e foi uma festa. O pessoal dizia: “Olha, é aquele cara que trouxe sanduíche para a gente!”. E eu dizia: “Cala a boca, senão ele é mandado embora!”. (Idem).

Claudio, mais conhecido como Jacaré, tinha vindo de São João del-Rei, tinha sido cabo do exército e trabalhado nas minas de estanho da região. Entrou para a Convergência Socialista no início da década de 1980, mas sempre manteve um jeitão de malandro, no modo de falar e de contar suas aventuras na cidade natal. Israel disse que, com sua admissão na Mapri, a organização dos trabalhadores ganhou um novo impulso.

Um dia lá mandaram o Profeta embora, ele era da faxina, tinha o “Sô Zé” da faxina, que era lá da prensa e trefilaria, e o Profeta lá da fenda, rosca e a parte mais de baixo, o almoxarifado. Aí, mandaram o profeta embora, nós paramos todo mundo, nós falamos “não”, porque não pode mandar o cara embora não, e o profeta voltou, ganhou estabilidade na marra. Mas a gente queria mesmo era a comissão de fábrica com estabilidade, eles falavam que iam dar, e não davam. Ficavam negociando comigo, com você, com o Paulo Moura, com todo mundo, mas nunca consentiam a

comissão de fábrica. Aí, acabou que nós transformamos a fábrica numa comissão de fábrica, se tivesse alguma demissão, parava todo mundo. (Idem).

As discussões sobre o processo eleitoral no Sindicato estavam na ordem do dia. Buscávamos uma unificação das forças políticas que militavam na categoria à época. O nosso grupo, de certa forma, era excluído das discussões mais estratégicas. Refletindo neste momento, considero que isso aconteceu, um pouco, por nossa culpa, pois tínhamos sempre uma postura sectária perante os outros, o que, quase sempre, reduzia nossa capacidade de agregar. Apesar disso, o que realmente determinava as relações entre as frentes que disputavam o Sindicato eram as diferenças ideológicas e históricas entre trotskistas e stalinistas.

Duas organizações mais estruturadas na categoria, pelo fato de estarem mais tempo na região industrial, o PC do B²⁵ e o MR8²⁶, tinham outros planos para a eleição sindical, e o nosso grupo não fazia parte deles. Somente mais tarde, percebemos que havia um acordo entre esses comandos e a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Era um acordo de aliança para dirigir a entidade, com uma justificativa superficial e sem sentido, dada a conjuntura política e econômica em que vivíamos. Na concepção do restante da oposição sindical e de suas organizações políticas, o momento político exigia unidade com a direção do Sindicato, a mesma que diziam, há pouco tempo, combater. Em nosso entendimento, a conjuntura apontava para outro caminho. Avaliávamos que o regime militar estava desgastado e que os trabalhadores sofriam com o desemprego, baixos salários e que existia muita revolta com o autoritarismo dentro das fábricas. Era o momento certo de propor mudanças profundas no país e no sindicalismo. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, era oportuna a saída da turma que estava na direção.

Entre aqueles que defendiam a aliança com a diretoria do sindicato, estavam dois companheiros, já conhecidos como militantes metalúrgicos e da oposição sindical, o Zé Vieira, que fazia parte do PC do B e o Albênio, militante do MR8, que tinha sido a principal liderança da greve de 1979 na Mannesmann. Essa diferença de avaliação do movimento sindical já havia aparecido na discussão de fundação da CUT, quando essas correntes políticas se colocaram contra o rompimento com os setores conservadores do sindicalismo brasileiro.

O Zé Vieira foi um militante operário importante na luta pela redemocratização do Brasil e pelos direitos dos trabalhadores. Também, do que sempre recordo, era um trabalhador com ótima formação intelectual. Em sua pesquisa, Scarpelli (2019), trouxe o ponto de vista de

²⁵ Partido Comunista do Brasil.

²⁶ Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

Zé Vieira sobre aquele momento e acerca de seu posicionamento frente àquela conjuntura, posicionamento que não era só seu, mas me parecia, também da organização política da qual participava.

1984 marca uma virada nisso aí, já era o clima das ‘diretas já’ e com uma particularidade que em [19]83 ocorre uma profunda crise econômica, profundíssima, o desemprego batendo picos e junto com isso também houve uma perseguição qualitativa, eu diria, sobre os ativistas sindicais durante o correr de [19]82, [19]83. A gente tem que lembrar que nesse período 1982 marcou a fundação do PT, [19]83 foi a fundação da CUT, embora a CUT tenha nascido divisionista, ela racha o movimento sindical, não é? Divide o movimento sindical, nós fomos contra a criação da CUT, os militantes comunistas da época eram todos contra a criação da CUT, ela divide o movimento sindical, mas estava nesse movimento. E a campanha das diretas que estava polarizando mais, na esteira do que já vinha ocorrendo em outros estados, isso aí foi uma linha nacional, uma boa parte da esquerda, em função da crise econômica e financeira que o país estava passando e do desemprego, há uma supervalorização da unidade no Brasil inteiro. Sindicatos que desde 1978 tinham tido, tinham formado oposições sindicais de esquerda, reveem essa linha e fazem uma unidade onde era possível, então ocorre unidade nos metalúrgicos do Rio, havia uma conexão também, isso é interessante de colocar, que havia uma conexão nas oposições sindicais, a gente se articulava com a oposição sindical do Rio de Janeiro e de São Paulo frequentemente, a gente tinha contatos, viajávamos para São Paulo, divulgávamos os boletins da oposição sindical paulista, fomos ao Rio de Janeiro várias vezes e coincidia que as eleições também eram no mesmo ano, então, no mesmo período que estava se formando as chapas de oposição em São Paulo e no Rio, estava formando aqui. (SCARPELLI, 2019, p. 422).

Zé Vieira se posicionou em relação à sua visão da nossa chapa, ficou surpreso com a nossa vitória e com os erros que, em seu ponto de vista, foram cometidos pelo João Silveira. É interessante observar que sua opinião sobre a debilidade da nossa chapa, embora um pouco exagerada, coincidiu com a avaliação que nós mesmos fazíamos dela.

João Silveira toma uma decisão pessoal, monocrática como presidente do sindicato e resolve aceitar um registro de chapa, de uma chapa de oposição sabendo que não teria nem condições legais de se registrar com tantas irregularidades. Ela não tinha nem o número mínimo de trabalhadores para constituir a chapa. Ela não tinha representatividade. O argumento dele era que era bom ter uma chapa de oposição para legitimar a vitória deles. E a gente falava: “olha nós compusemos para não ter uma chapa de oposição, em nome da unidade, uma chapa única e você vai aceitar, e ainda uma chapa irregular?”. O tamanho da idiotice foi que ele perdeu a eleição, houve esse verdadeiro fenômeno político eleitoral e um grupo sem nenhuma representatividade, ou muito pouca, nenhuma, é bobagem falar isso... era o grupo da Convergência Socialista que era uns três ou quatro militantes, eram uns gatos pingados de fábricas desimportantes e que não tinham uma tradição, a inserção deles no próprio movimento sindical eles eram uma força absolutamente minoritária. Ganham o sindicato que na época era o maior sindicato de Minas Gerais. (Idem, p. 423).

3. EXPERIÊNCIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: A QUESTÃO DA MEMÓRIA POR DENTRO DA ESTRUTURA SINDICAL

Entre fins dos anos 1970 e o início dos anos 1980, a sociedade brasileira ia, aos poucos, recuperando e construindo a institucionalidade democrática. Partidos políticos foram criados e/ou tiveram recuperada a sua legalidade, movimentos sociais surgiram, a liberdade de imprensa foi pautada e, simbolicamente, emergiu a maior expressão desse contexto, a construção do movimento por eleições diretas para presidente. Já se faziam sentir os efeitos da recessão econômica. Os sindicatos eram parte importante do jogo de forças políticas que despontavam.

Nesse contexto, a disputa sindical expressava as lutas sociais pela redemocratização do Brasil. Duas questões se apresentaram com muita força para a militância. Em primeiro lugar, era necessário derrubar o peleguismo na figura dos seus diversos interventores, em inúmeros sindicatos Brasil afora. Em segundo, era preciso vencer o peleguismo entrando na prática sindical assistencialista e vinculada ao Estado. Essa percepção fez surgir, no Brasil, um movimento conhecido como “oposição sindical”, que, nos primeiros anos, simbolizava a bandeira de um sindicato autônomo frente ao Estado, radicalmente contra a intervenção governamental e a contundente truculência dos patrões. Com a vitória de algumas oposições sindicais, o termo foi sendo disputado pelas organizações sindicais como representação de certa fidelidade com as categorias dos trabalhadores.

A vitória de alguns sindicatos de oposição, por vezes, alinhava-se às propostas e práticas com sindicatos da situação, mas que assumiam a necessidade de ter autonomia frente ao Estado. Essa situação, a de estar na estrutura sindical e buscar novas concepções e práticas autônomas, vai ser chamada de “Novo Sindicalismo”. (RODRIGUES, 1999).

Foi, sob esse intenso debate, que nosso grupo se organizou para montar uma chapa para concorrer às eleições em 1984. Em nosso caso, ser uma oposição mais radical significou, de certa forma, ter uma dificuldade a mais, pois dificultava o acesso aos trabalhadores, ou às lideranças moderadas, que poderiam fazer a ponte com uma base maior da categoria. Tivemos muitas dificuldades, a chapa estava incompleta, ou seja, a quantidade de membros era insuficiente para compor o quadro mínimo, e era concentrada em fábricas consideradas pequenas. De empresas, tidas como grandes, a nossa chapa só tinha a presença de dois companheiros da Belgo Mineira; um, da Mannesmann; um, da Fiat Allis; e uma, da Pohlig-Heckel.

Em função dessas debilidades, estávamos desacreditados, e quase todo o meio pensava que não teríamos chance de vitória. Boa parte do nosso pessoal estava fora das fábricas, desempregados e, por isso, não poderiam entrar na chapa. Restou-nos a opção de colocar cinco pessoas da mesma fábrica, a Brazaço Mapri. Assim foi feito e conseguimos o número mínimo de companheiros para garantir o direito de concorrer. Com muito esforço, conseguimos juntar dezenove pessoas em condições de entrar na disputa.

É importante registrar que havia vários trabalhadores simpatizantes de nossa causa, e que manifestavam apoio no dia a dia, todavia o medo de perder o emprego acabava impedindo-os de participar de maneira mais efetiva no processo.

No início de 1984, depois de uma grande batalha contra o velho sindicalismo, ainda obediente às regras impostas pelo regime militar, conquistamos a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Mediante voto da categoria metalúrgica, tornei-me presidente dessa entidade.

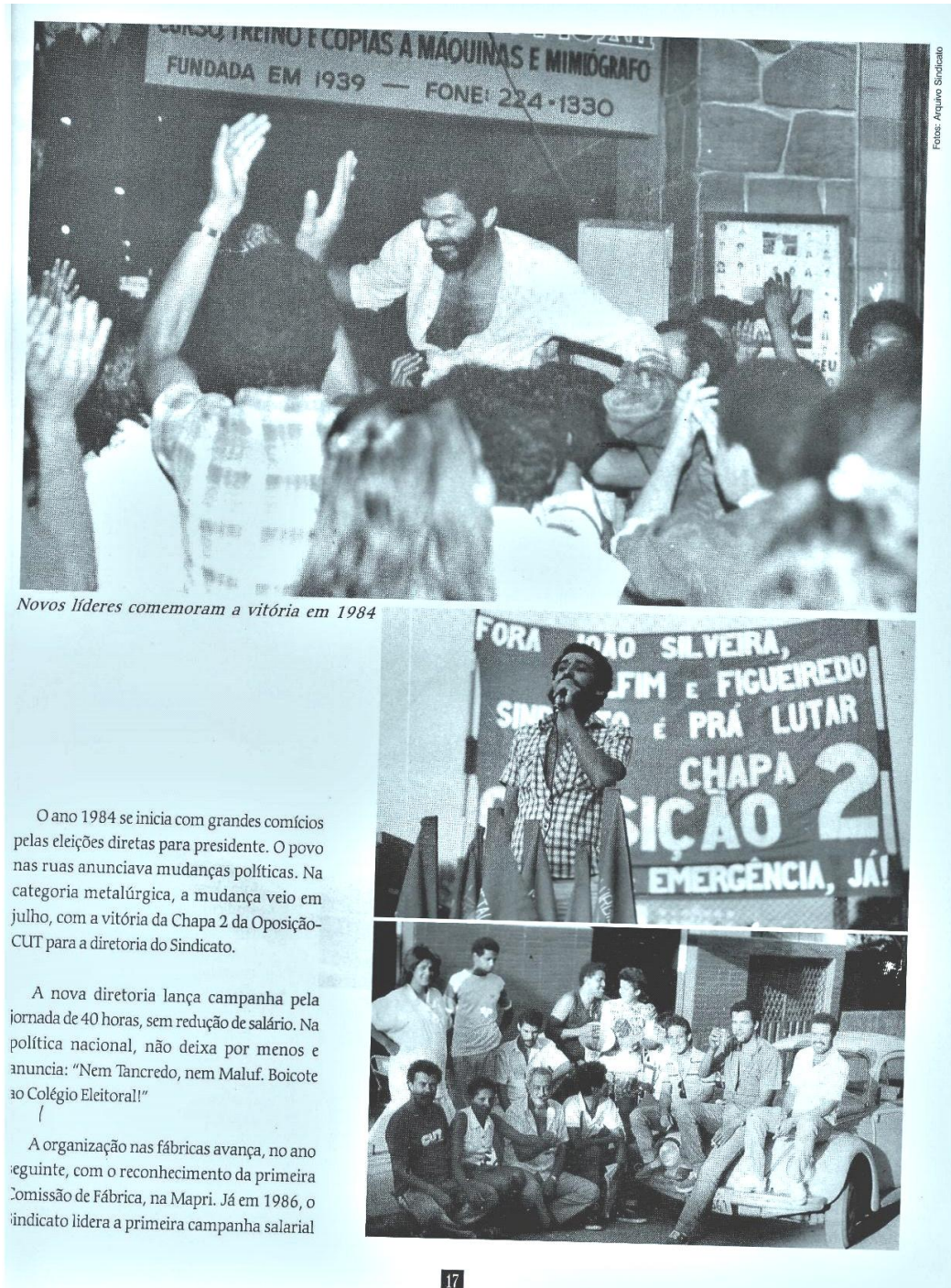
A vitória não foi fácil. Apesar da firmeza de nosso grupo político e da confiança em nossa avaliação da conjuntura sindical, isto é, que nadávamos a favor da correnteza, por outro lado, estávamos completamente isolados no que dizia respeito a apoios de outras forças políticas. A oposição tradicional havia se aliado ao grupo de João Silveira. Outras correntes, compromissadas com a criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, desacreditavam completamente na possibilidade de vencermos a disputa, portanto não se dispuseram a nos ajudar.

Somente após a vitória em primeiro turno, apareceram os primeiros apoios. Eu credito nossa conquista a uma leitura coerente daquela conjuntura, de que crescia no imaginário dos trabalhadores, a necessidade de em romper com o peleguismo. Como não nos aliamos ao grupo da situação, nossa chapa viu-se mais respaldada pela base metalúrgica. A ideia de unidade poderia significar a permanência com um passado de vínculos com o autoritarismo. Ao que tudo indica, essa era a interpretação de boa parte dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Por outro lado, tivemos a valiosa ajuda de militantes da Convergência Socialista de outras partes do Brasil, como de São Paulo, Santo André e São José dos Campos. Do Rio de Janeiro, vieram alguns bancários, todos militantes trotskistas, com muita disposição de luta. Era um grupo barulhento e disciplinado, que, durante todo o período eleitoral, não “arredou pé” das portarias das fábricas. A vitória veio coroar todo o árduo trabalho realizado pelo grupo e, ao mesmo tempo, punir os que, equivocadamente, apostaram em uma estratégia de composição com a decadente direção sindical que, até aquele momento, dirigia o sindicato.

Logo após nossa vitória, um movimento para impugnação das eleições começou a ser orquestrado, mas não ganhou força e foi completamente descartado, inclusive pelo João Silveira. Iniciava, assim, uma nova era para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Imagem 13 – Foto da comemoração da nossa chapa, no dia do resultado da eleição.



A nossa chegada à direção do Sindicato expressou, além da forte presença da corrente Convergência Socialista, o acolhimento de alguns militantes que não tinham espaço na direção anterior, provocando uma mudança em muitas práticas daquele sindicato e em alguns conceitos que nele vigoravam. Assim, por exemplo, aos poucos foi se intensificando a melhoria na comunicação com os trabalhadores, o acirramento nas relações com as entidades patronais e a defesa de questões estruturais, seja no apoio aos partidos de esquerda, naquele contexto, o Partido dos Trabalhadores, o PT, seja nos debates sobre os rumos da sociedade brasileira.

Imagem 14 – Ata confidencial de Reunião do Comitê Pró-Diretas de Belo Horizonte

CONFIDENCIAL	
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES	
AGÊNCIA BELO HORIZONTE	
INFORME Nº 708 / 30 / ABH / 84	
Data :	6 Set.
Assunto :	REUNIÃO DO COMITÊ PRÓ-DIRETAS DE BELO HORIZONTE/MG
Referência :	SS/1
Origem :	SE-3
Avaliação :	A-1
Difusão :	CHEFE DA ABH
Anexos :	
<p>Realizou-se dia 03 de Setembro do corrente no auditório do SINTEL, a reunião do Comitê Pró-Diretas de Belo Horizonte MG. O objetivo desta reunião foi para traçar a retomada do movimento a nível estadual para a aprovação das Diretas Já.</p> <p>Participaram da reunião: Dep. MANOEL COSTA -PMDB, Dep. LUIS SOARES DULCI -PT, ROBERTO MARTINS-PMDB, NILMÁRIO MIRANDA-PT, LOURIVAL DE ARAÚJO ANDRADE -PT, CARLOS CALAZANS-Sind. Marceneiros e JOÃO LUZIA -PDT, que compuzeram a mesa, na plenária estavam HELENA GRECO, GONÇALO DE TAL(SINTEL) e PAULO CÉSAR FUNGHI (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/MG/Contagem), além de representantes dos Sindicatos dos Desenhistas, Radialistas, Metalúrgicos de Betim, Sintel, Economistas, SENALBA, Petroleiros, Administração de Jornais e Revistas, Federação dos Bairros, Associação de Assistentes Sociais, Sociólogos, Professores de Contagem, Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho, UTE, UMES, DCE-UFMG, DCE-PUC, PRC-(Partido Revolucionário Comunista), ALICERCE, Convergência Socialista.</p> <p>Por não se ter chegado a nenhum acordo, sobre a campanha pelas Diretas, a reunião foi adiada para o dia 04 de Setembro nas dependências da UTE. A discussão se deu pelo fato do Partido dos Trabalhadores (PT) não aceitar que entidades de esquerda façam uso da palavra no Comércio pelas Diretas, dia 14 de Setembro próximo.</p>	
CONFIDENCIAL	

Essa nova postura coincidia, também, com algumas bandeiras de outros sindicatos, mesmo que dirigidos por correntes ideológicas distintas da Convergência, como por exemplo, a defesa das eleições diretas, a reforma agrária, a liberdade organização sindical e o contrato coletivo de trabalho. Essas questões não foram assumidas de uma só vez, ou já de início, mas servem para ilustrar a diferença de postura que nossa chegada imprimiu ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. É verdade que algumas de nossas intenções, desde o período de Oposição Sindical, não foram realizadas, como o contrato coletivo de trabalho, a construção de uma ampla base nas fábricas, o desatrelamento do Estado, entre outros objetivos relacionados às idéias defendidas pela Convergência.

Imagem 15 - Panfleto do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.



Fonte: Arquivo pessoal.

Mesmo naquela época, e mais ainda no decorrer do processo de condução do Sindicato, fomos percebendo que a recente conquista com a direção do sindicato se tratava de um feito extraordinário para o nome e a história dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, para as oposições sindicais Brasil afora, para as relações com as empresas, para a consolidação do PT em Minas Gerais, para as pautas mais amplas dos trabalhadores brasileiros – inclusive com repercussão na Constituinte de 1988 – e também para nossas vidas.

Nossa vitória apontou uma nova direção para os trabalhadores. Com novos companheiros, alguns com um pouco de experiência na luta política e com outros mais inexperientes, todos se dispuseram, com muita coragem, ao enfrentamento dos desafios que o movimento nos impunha.

Geraldo Heitor Baulino foi um dos companheiros que participou da primeira diretoria, eleita em 1984, como funcionário da Empresa Mannesmann. Baulino, como é chamado na categoria, ingressou nessa empresa em março de 1978. Ele morava nas imediações e estudava na Escola Técnica Isaac Newton, onde fazia o Curso Técnico em Metalurgia. Baulino relata, em suas lembranças, como tomou contato com a dimensão política no trabalho.

Em 1979, saí de casa para trabalhar pelas cinco da manhã e, chegando próximo à Mannesmann, vi muita polícia na região, achei que as portarias da empresa estavam abertas, entrei e vi que o pessoal tinha feito greve à noite. Tinha uns 20 anos de idade, tinha entrado na empresa com 18 anos. A Mannesmann estava parada. Não lembro quanto tempo durou a greve, trabalhei no primeiro dia de greve. Nesses dias, foi a primeira vez que compareci ao Sindicato para participar da assembleia que decretou o final da greve. (Relato do ativista Baulino, 2020).

Em conversa com Baulino, pude recuperar muitas memórias sobre os enfrentamentos dos metalúrgicos, entre fins da década de 1970 e início da década de 1980. A greve na Mannesmann, em 1979, esteve sob a liderança de um trabalhador chamado Albênzio, conhecido como “Boné”. Ele e outras lideranças foram demitidos antes da greve. Interessante observar que, mesmo o sindicato colocando a sua estrutura à disposição da greve, quem a dirigia de fato era o Albênzio, um trabalhador que não era do quadro da direção.

Eu me lembro bem do período, porque eu participava da greve. Houve uma vez que, na greve de 1979, uma greve geral da categoria, estávamos com muita dificuldade de parar a Mannesmann, não conseguíamos. Nós parávamos um pouco alguns trabalhadores do lado de fora da fábrica, mas os ônibus Transoto não paravam mais na porta, deixavam os trabalhadores dentro da fábrica, dificultando o contato dos ativistas e do Sindicato com a base sindical metalúrgica. Nesses dias, em uma noite no sindicato, eu, o Albênzio e o Paulo Moura

decidimos ir à empresa Transoto para estudar uma forma de colocar fogo nos ônibus. Paulo Moura estava com medo, Albênio era mais experiente e eu estava radicalizado, era muito jovem, e fazia poucos meses desde minha entrada na Convergência Socialista. Saímos para tentar fazer com que os ônibus não saíssem, queríamos elaborar uma ação que impedisse os ônibus de sair da garagem, mas, no meio do caminho, havia uma movimentação intensa de policiais, que visavam reprimir a mobilização. Naquele momento, ser encontrado nas imediações da empresa era muito arriscado e perigoso. A empresa não parava, de modo algum, por causa desses ônibus. Quando vimos os policiais, o Albênio retirou o boné, que tanto o caracterizava, e o colocou debaixo do braço. Por sorte, não fomos vistos, e não realizamos a ação.

As greves para os trabalhadores servem como, além das pautas que defendem, formação política, consolidação de quadros e fortalecimento das relações políticas. Mesmo em empresas pequenas, sem grande repercussão para a categoria, a greve reflete que algo incomoda os trabalhadores e, claro, tem importância para quem está envolvido, ou seja, toda greve tem a sua importância. As greves, de alguma maneira, criam oportunidades de aprendizagem sobre política, inclusive, economia, seja na dimensão prática, ou conceitual. As greves são singulares, específicas para cada situação, uma greve sempre é diferente da outra.

Em relação ao período em que participei mais ativamente como militante operário, é importante registrar as greves que trouxeram novos contornos para os trabalhadores. Destaco a greve da Scania, em 1978, em um momento político autoritário, que acabou instigando os trabalhadores, em diversas categorias, e reforçou os movimentos pró-democráticos, ao desafiar a ordem vigente, de cunho autoritário, e mobilizar um grande número de trabalhadores, dando uma visibilidade nacional para suas insatisfações e para uma rebeldia sem intenção de recuos, mesmo com os sinais de uma possível repressão. Do que me lembro, foi um marco para a articulação entre o movimento estudantil e o dos intelectuais com a pauta operária, portanto a greve da Scania ganhou um peso político extraordinário, despertando lutas em todo país.

É importante entender o contexto em que a greve da Scania se deu. No senso comum, inicia o chamado “novo sindicalismo” e ascende as lutas dos trabalhadores, que se revoltavam contra as condições de trabalho, dando início a um novo ciclo de mobilizações. A Scania era considerada uma fábrica de elite, montadora sueca que, na época, tinha um grau de liberdade interna maior e um bom grupo de ativistas no seu interior. Além disso, não só na Scania, mas também em todo ABC Paulista, havia uma concentração de trabalhadores em grandes empresas e um proletariado bastante jovem e muito radicalizado. Desde 1976, as campanhas

salariais já davam indícios de que a resposta ao arrocho salarial e às mazelas do regime político estava por vir.

Luís Inácio da Silva, o Lula, tomou posse na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em janeiro de 1975. Contou que, no mesmo ano e no ano seguinte, conseguiram avanços importantes para a categoria. Entre eles, destacam-se a estabilidade no emprego para as mulheres gestantes e a autonomia da entidade para realmente representar os interesses da categoria, destronando a direção conservadora da Federação dos Metalúrgicos. A direção, naquela época, negociava com a patronal em nome dos sindicatos.

Depois veio o grande momento do sindicato, que foi a campanha da reposição salarial dos famosos 34,1%. Era uma denúncia do Banco Mundial, se não me falha a memória, de que o governo federal tinha escondido de nós uma parte da inflação. Ali começou uma campanha muito importante; foi o primeiro indício de grande mobilização de massa em São Bernardo do Campo. A diretoria trabalhou muito, fizemos extraordinárias assembleias, mas não conseguimos conquistar os 34,1%. Mas ali estava pavimentado o caminho do que iria acontecer em 1978. (DIEESE, 2015, p. 164).

Foi, nesse período, que o DIEESE²⁷ descobriu que o governo, na figura de seu ministro da economia, Delfim Neto, falsificava os índices inflacionários, reduzindo os números e causando uma enorme perda salarial aos trabalhadores. Como havia uma política salarial da ditadura, de reajuste anual de salários de acordo com a inflação, a falsificação dos índices arrojava os vencimentos dos operários, causando empobrecimento. Ao mesmo tempo, aumentava gradativamente a revolta no chão das fábricas. Isso acabou sendo o combustível para o início das grandes greves que aconteceram a partir de maio de 1978.

Lula ainda relatou que a categoria estava em um processo acelerado de mobilização. Já havia muitos debates no sindicato, muitas reuniões de trabalhadores, por fábrica, que iam para lá, em grande número, com o intuito de discutir as questões em voga, quando saíam do trabalho

E porque aconteceu a greve na Scania? Porque os trabalhadores tinham a expectativa de que a Scania iria dar um determinado reajuste de salário. E a Scania não deu. Nós tínhamos começado a discutir as greves, sobretudo na Mercedes Benz, que estava mais organizada, na ferramentaria da Volkswagen, que estava em um processo de efervescência, na Ford, sobretudo no setor de ferramentaria e da manutenção. E ela aconteceu na Scania, porque a gente tinha mais organização. A gente tinha o Gilson Menezes, que era diretor e que estava lá dentro. A gente tinha o Severino, que era o secretário geral do sindicato, que também era da Scania. A gente tinha um companheiro militante, o Augusto, que tinha uma importância muito grande no debate interno do sindicato. E foi ali que, quando a peãozada percebeu que no dia do pagamento não veio aquilo que eles esperavam, eles resolveram parar. Eu diria que a

²⁷ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

greve foi surpresa para todo mundo que não estava dentro da Scania. A gente sabia que tinha perspectiva. Eu me lembro que o Gilson me ligou, se não me falha a memória, umas oito horas da manhã e disse: “Paramos a Scania”. (Idem, p. 165).

Também, foi a partir dessa greve da Scania, que se projetou a imagem política do Lula, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A “Era Lula” marca o início de uma nova fase nas lutas operárias no Brasil. Posteriormente, houve outras greves históricas, como as de 1979, na Mannesmann e na FIAT. A greve da Mannesmann foi importantíssima, sendo considerada vitoriosa, já que influenciou greves em Belo Horizonte, Contagem e Betim. As mobilizações dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem se somaram às dos metalúrgicos de João Monlevade, tendo João Paulo Pires à frente, o que reforçou a dimensão nacional de outras greves, como as que ocorreram na cidade de São Paulo, sob a direção da Oposição Sindical Metalúrgica, e no ABC paulista, sob a liderança de Lula.

No plano, estava uma possível articulação nacional dos trabalhadores, e o crescimento das greves entre 1978 e 1979 foi decisivo para a criação de um novo partido, que comungasse movimento popular e social, intelectuais e operários, o que mais tarde se materializou na criação do Partido dos Trabalhadores, o PT, e, mais adiante, na Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

A meu ver, essas lutas de fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 expressaram um salto de qualidade na organização dos trabalhadores brasileiros, por conta dos aspectos objetivos da luta por direitos, mas também pela dimensão subjetiva dos movimentos, promovendo orgulho entre os trabalhadores e melhorando sua autoestima, pois tinham o “seu” partido e uma “Central” autêntica, fora da tutela do Estado. Igualmente, é verdadeiro que, para algumas correntes sindicais, entre elas a própria CS, essa expectativa de institucionalizar a luta dos trabalhadores era bem mais contida, todavia respirávamos um ar com gosto de um “novo tempo”.

A letra da canção de Ivan Lins, “Novo Tempo”²⁸, traz certa nostalgia e expressa como alguns artistas brasileiros captaram esse momento:

No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos crescidos
Estamos atentos
Estamos mais vivos
[...]
No novo tempo
Apesar dos castigos

²⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jHEfuVacAeU>>. Acesso em: 10 outubro.

De toda fadiga
De toda injustiça
Estamos na briga
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer.

No novo tempo
Apesar dos perigos
[...]
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra sobreviver.

No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos em cena
Estamos nas ruas
Quebrando as algemas
[...]. (LINS, 1980).

A CUT surgiu em um momento de grave crise social e econômica no país, caracterizada por uma forte recessão e um significativo aumento da dívida externa. O governo, por orientação do FMI, buscava, por intermédio de decretos, impor uma política de manutenção dos reajustes salariais dos trabalhadores abaixo dos patamares da inflação. A ideia de criação da CUT surgiu no primeiro encontro nacional das classes trabalhadoras, a CONCLAT²⁹, realizado em Praia Grande, São Paulo, em agosto de 1981, que reuniu mais de 5.000 delegados representando 1.091 entidades sindicais. Nesse evento, foi criada a comissão Nacional Pró-CUT, com a finalidade de encaminhar, por todo o país, o plano de lutas aprovado e preparar o congresso de fundação da central sindical.

Só em 1983 a CUT de fato foi fundada, depois de um racha entre o chamado sindicalismo combativo e os setores mais conservadores, que apostavam apenas na estrutura sindical oficial e em uma transição democrática sem conflitos. A fundação da Central Única dos Trabalhadores aconteceu em São Bernardo do Campo, nos dias 26 e 27 de agosto de 1983, com a participação de 5.059 delegados representando 912 entidades sindicais. Já o outro bloco, representado por aqueles que buscavam uma certa conciliação com o governo, marcou um congresso para o mês de novembro. A recém-criada CUT definia-se, naquele momento, como um projeto sindical classista, democrático, de massa, com a proposta de representar e dirigir a luta dos trabalhadores da cidade e do campo.

Roberto Verás de Oliveira, em seu livro *Sindicalismo e democracia no Brasil*, publicado em 2011, analisou bem o que estava em jogo no país, naquele momento, quando

²⁹ Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

dissertou que a explosão de greves operárias e lutas populares ocorridas entre 1978 a 1980 criou condições para o surgimento de novos sujeitos políticos. Estes se afirmaram como autônomos e independentes, destoando do projeto de autorreforma do regime, denominado “distensão” e depois de “abertura”, mas também do projeto de democratização das oposições liberais e reformistas.

A própria democracia, como prática histórica e como noção, precisava ser reinventada. As lutas de 1978 a 1980 não só tinham trazido a questão social para o centro do debate político do país e, em particular, para a agenda da “transição”, como estavam esboçando uma formulação própria, um projeto alternativo, fundando um outro referencial, colocando outras prioridades [...] ensaiava-se um novo olhar não apenas sobre o novo momento político vivido pela sociedade brasileira, como também sobre o seu passado. Era preciso demarcar também no campo da interpretação histórica da realidade brasileira. (OLIVEIRA, 2011, p. 356).

A greve, conforme foi posto antes, provoca reflexões e evidencia aspectos políticos na vida do trabalhador. De acordo com Baulino, o ingresso no ativismo político veio após a sua saída do interior: “Por ter vindo do interior, não sabia nada sobre o Sindicato, os direitos dos trabalhadores e as lutas sociais” (Trecho de relato do ativista Baulino, 2020). Sendo assim, para esse companheiro, as lutas sindicais foram um percurso de formação política. Segundo sua leitura, a greve de 1979 abriu um olhar político para as coisas do dia a dia e para as situações presentes na fábrica. Lembramos, também, que a formação política não se encerra nos embates do cotidiano, ela pode acompanhar o trabalhador para outros momentos de sua vida, como por exemplo, ocorreu com o companheiro Cesário, que esteve nas lutas metalúrgicas e, mais adiante, atuou no Sindicato dos Trabalhadores da COPASA³⁰.

Na greve de maio, na Mannesmann, Baulino lembrou que houve conquistas importantes, como o direito de jornada de trabalho menos extenuante.

Até então, os operários, na Mannesmann, trabalhávamos em escala de 7 letras, o que significava trabalhar 7 dias e folgar um, portanto você tinha uma folga a cada 60 dias. O que era? A cada 80 dias, você tinha a possibilidade de sair no sábado pela manhã do turno e somente voltava à noite na segunda, trabalhávamos 56 horas semanais. A grande conquista dessa greve foi o fim da Escala de 7 Letras, que era uma grande reivindicação dos operários. A empresa instituiu, então, a Escala de 4 Letras, que era de trabalhar seis dias e folgava dois. (Relato do ativista Baulino, 2020).

Essa indignação dos operários da Mannesmann mostra que, no trabalho, estão presentes outras questões, além do salário. O ritmo de trabalho e os horários de turno nas fábricas, muitas vezes, retiram do trabalhador a energia e o tempo social para estudar, cuidar

³⁰ Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Atualmente, é uma empresa estatal, de capital misto.

da saúde, namorar e conviver com amigos e familiares. Foi contra isso que os trabalhadores da Mannesmann se indignaram. Esse sistema de revezamento, a semana de 7 letras, privava os trabalhadores de muito tempo para convivências que não fossem no trabalho. Baulino narrou:

Quando passei para o Terceiro Ano do Curso Técnico em Metalurgia, era impossível ficar nesse revezamento de turnos. Eu tive que mudar de escola, fui para uma escola chamada U.T.³¹, pois o Padre De Man criou essa escola, onde hoje é a Universidade Católica [PUC-Minas, Unidade Contagem]. Lá eu me matriculei no Curso Técnico de Mecânica. (Idem).

Pelo fato de estar fazendo o Curso Técnico de mecânica, Baulino chegou a ocupar um cargo de supervisor durante quase um ano, entretanto, apesar de estar cumprindo a tarefa de supervisor, nunca recebeu salário correspondente às atribuições.

Eu assumi essa tarefa de chefia porque era um dos poucos trabalhadores à época, na empresa, que estava fazendo Curso Técnico. Trabalhava, antes de cumprir o cargo de supervisor, no Departamento de Energia, era Operador de Máquinas 1 e, depois, Operador de Máquinas 2. Na época, tinha trabalhadores que há vinte anos eram operadores de máquinas e eu não queria isso para mim. Por isso, mantinha os estudos. Não apresentava falhas, sempre buscava ser um bom profissional, era exigente comigo próprio e a empresa não tinha como me punir. Nessa época, já percebia o clima de mudanças no país e acabei entrando na Chapa da Oposição, como o único Diretor da Mannesmann. (Idem).

Baulino lembra-se que, “à época, conseguimos, com muito custo, reunir 19 trabalhadores nessa chapa. O Baracat entrou no último minuto, era técnico de computadores”. (Idem). As dificuldades, além da composição e da organização da Chapa, deram-se, também, na recordação de Baulino, pela própria campanha eleitoral:

Fomos na onda da mudança. Ninguém acreditava, nem nós. João Silveira não questionou nada em nossa chapa e fomos pra luta. Fomos em busca de recursos. Tinha dois vereadores na Câmara, René Trindade e Helena Grego, eleitos em 82, primeiros vereadores eleitos em BH pelo Partido dos Trabalhadores. E tinha um Deputado Estadual que era o João Batista dos Mares Guia. Nós fomos na Câmara que funcionava na Rua Tamoios.

Nós, eu e Paulo Moura, nos apresentamos como oposição metalúrgica e que precisávamos de apoio de todo tipo material, recurso... e os assessores ficaram olhando pra nós, um deles pegou um pacote de papel Chamex de 500 folhas e nos deu como apoio. Nós já nos reivindicávamos como oposição da CUT, a CUT nascendo. Antes da CUT nascer, a gente já era CUT. O João Paulo, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, e o Carlinhos Calazans, que era do Sindicato dos Marceneiros.

E também tinha o Sinttel, Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, e o Gonçalo, que era Presidente desse sindicato nessa época. E tinha o Sindipetro, [Sindicato dos Petroleiros,] do Sr. João. Nossa base era 50 mil trabalhadores

³¹ Colégio Técnico de Contagem, U.T. (Universidade do Trabalho), foi criado pelo padre José Maria De Man na região do CINCO.

metalúrgicos e o assessor do vereador nos deu 500 folhas de papel ofício para auxiliar nossa campanha. Fomos ao Gabinete da Vereadora Dona Helena Greco. Ela recebeu a gente muito bem, era ligada ao Jornal Em Tempo, da Democracia Socialista, corrente trotskista no interior do Partido dos Trabalhadores. Ela nos disse que o gabinete tinha verba para os Movimentos Sociais, mas não tinham como ajudar a Oposição Metalúrgica... ela nos deu uma verba via Sindicato dos Marceneiros e essa verba nunca chegou, porque o Carlinhos resolveu comprar cadeiras para o Sindicato com o dinheiro.

Nós fomos à Assembleia procurar o Mares Guia, os meninos lá do DCE da Engenharia rodaram um material, de graça. Precisávamos cortar os panfletos, 5 mil panfletos, duas caixas cheias de Chamex, passamos no Sinttel, ajuda, de jeito nenhum, então pedimos que cortassem o papel pra nós, e não permitiram. Na outra semana, fomos conversar com o Mares Guia, ele não podia atender a gente, porque estava no Plenário, esperamos umas três horas, e ele foi embora do Plenário e não nos recebeu. Lembro que Virgílio Guimarães era Presidente do Partido dos Trabalhadores. O Sr. Joaquim foi intermediário, pedindo ajuda para nossa chapa e o PT negou, não apenas ajuda, como apoio. (Idem).

Apesar do pouco apoio de material e de logística, o ânimo dos membros da chapa vinha, também, da percepção de que havia espaço para mudanças no país, inclusive na estrutural sindical. Baulino, nessa linha de raciocínio disse que

A gente, sem recurso, sem nada, a categoria pedindo oposição, nós éramos saudados na porta das fábricas e nosso grupo, sem ajuda alguma e apoio algum de quem poderia ajudar. Desacreditados. Você se lembra do Pernambuco? Ele tinha uma Kombi caindo aos pedaços, e colocou à nossa disposição. Ninguém tinha carro, o Paulo Moura tinha um Fiat 147 velho, que não andava nada, andávamos de ônibus e a pé. (Idem).

Baulino ainda relembra de como se aproximou da Chapa. À época, de acordo com sua narrativa, houve uma recessão e vários setores da Mannesmann foram fechados, com muitos sendo demitidos, ou aposentados.

Surgiu uma vaga, ocupei a vaga, por um ano, de supervisor, e não me deram salário correspondente. Fiquei muito revoltado por não receber o valor correspondente, era uma proporção de três vezes mais. Nessa época conheci a Sônia na Escola, que me chamou para uma reunião lá na Avenida João César e, nessa reunião, conheci Robério, Gilberto, José João e falaram de você, que vocês estavam construindo uma célula operária... a Sônia vendia um jornalzinho, *Alicerce da Juventude Socialista*. (Idem).

Tão logo nossa chapa tomou posse como nova diretoria da entidade, iniciamos nova forma de condução dos trabalhos. Tiramos o foco das nossas ações do viés assistencialista e, por meio da presença nas portarias das empresas e de comunicação bastante agressiva, procuramos mostrar para a categoria metalúrgica que o Sindicato tinha mudado e se tornado, de fato, uma ferramenta de luta dos trabalhadores. Assim, iniciamos, ainda naquele ano de 1984, uma ampla campanha por reajuste salarial e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Imagem 16 – Boletim Informativo *O metalúrgico*, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, ano 50, n. 0, nov. 1984.

NOSSA 1ª VITÓRIA

Companheiros,
Em nada mais do que 28 dias, a campanha salarial conseguiu representar um passo importante na luta dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Embora o acordo firmado com os patrões esteja abaixo do reivindicado para repor as perdas da categoria, foi o melhor já assinado nos últimos anos. Na prática, por exemplo, o 2065 foi derrubado. As antecipações de janeiro e julho de 85, o abono de emergência abrem espaços para que — com muita luta — depois sejam conquistados o reajuste trimestral e a reposição salarial.

Isto foi possível porque, desde a posse, a nova diretoria procurou desenvolver o trabalho visando a organização dos metalúrgicos no interior das fábricas, realizando reuniões, discutindo as reivindicações junto a todos os companheiros nas portas das empresas. Foi só iniciar esta mobilização e os patrões começaram a ceder. Nas primeiras reuniões com o sindicato, nada de novo propunham. No entanto, pressionados pela categoria acabaram cedendo, resultando neste acordo.

Se em menos de 1 mês estas primeiras vitórias foram alcançadas aqui pra frente as possibilidades para conquistar tudo aquilo que não foi conseguido em outubro serão muito maiores. A luta continua e passa, sem dúvida, pelo fortalecimento do sindicato, pela organização no interior das fábricas, em todas as seções. Ao lado disto, a possibilidade de uma unificação, real, com os metalúrgicos de Betim e João Monlevade será muito mais concreta, a partir de agora. O trabalho já começou e este é o único caminho capaz de conduzir a vitórias maiores contra o arrocho e os patrões.

Paulo Cesar Funghi



Nem Tancredo, nem Maluf

Nem Tancredo, Nem Maluf! Boicote ao Colégio Eleitoral! Esta foi a principal resolução política aprovada pelos delegados presentes no I Congresso da CUT. Este também é o principal ponto político do programa da atual diretoria do Sindicato.

Tanto a direção nacional da CUT como a direção do nosso Sindicato entendem que Tancredo como Maluf não servem aos trabalhadores. Dois são os motivos principais:

1 — São, antes de mais nada, candidatos dos patrões. Tancredo e Maluf representam os interesses dos banqueiros, dos donos das fábricas, dos latifundiários, dos generais e não dos trabalhadores;

2 — São candidatos pela via indireta, ou seja, um deles será feito presidente pelo Colégio Eleitoral, órgão criado pela ditadura, negando assim o direito do trabalhador escolher o seu presidente por eleição direta.

Maluf é o candidato que representa os setores mais corruptos e reacionários que a ditadura militar criou nestes anos. É por isso que a maioria absoluta da população o odeia e não aceita a idéia de vê-lo na Presidência da República. A sua eleição é uma provocação.

É exatamente por Maluf não ter a simpatia do povo que o grosso dos patrões prefere apoiar o ex-governador do Estado, Tancredo Neves.

Na verdade Tancredo nada mais é, hoje, do que o melhor homem entre os patrões para manter a exploração sobre os trabalhadores e a entrega das nossas riquezas ao Fundo Monetário Internacional (FMI). É o melhor homem justamente porque é mais fácil fazer o povo acreditar em Tancredo do que em Maluf.

Porém, quem não se lembra do governo de Tancredo aqui em Minas. Da sua política de arrocho no salário do funcionalismo, da repressão policial às lutas dos trabalhadores (como na invasão, pela polícia, da FMB em Betim). É isso que Tancredo vai fazer em todo o país. Aliás, ele já começou: aprovou a nova lei salarial que mantém o mesmo arrocho do 2065, já garantiu aos banqueiros internacionais que vai continuar pagando a dívida externa.

Por isso tudo é que não apoiemos nem um nem outro.

Por um governo da maioria do povo: um Governo dos Trabalhadores

Trabalhadores frente a toda essa situação é necessário que os trabalhadores busquem o seu próprio caminho. A libertação da classe trabalhadora só será conseguida pela própria classe trabalhadora.

Chega de brigar contra o patrão o ano todo dentro da fábrica e na eleição votar no patrão. A nossa luta é por um governo da nossa classe, que não pague a dívida externa, que acabe com a exploração e a repressão: um governo assim só um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais.

Fonte: Projeto Memória “50 anos das oposições sindicais”. IIEP, 2008.

Sob nossa direção, passou a ser constante a presença de Diretores nas portarias das fábricas, dessa maneira, os Boletins Informativos chegavam com regularidade aos trabalhadores.

Imagem 17 – Eu, Paulo Funghi, ao lado de Paulo Moura, sobre o caminhão do nosso sindicato, na porta de uma fábrica.



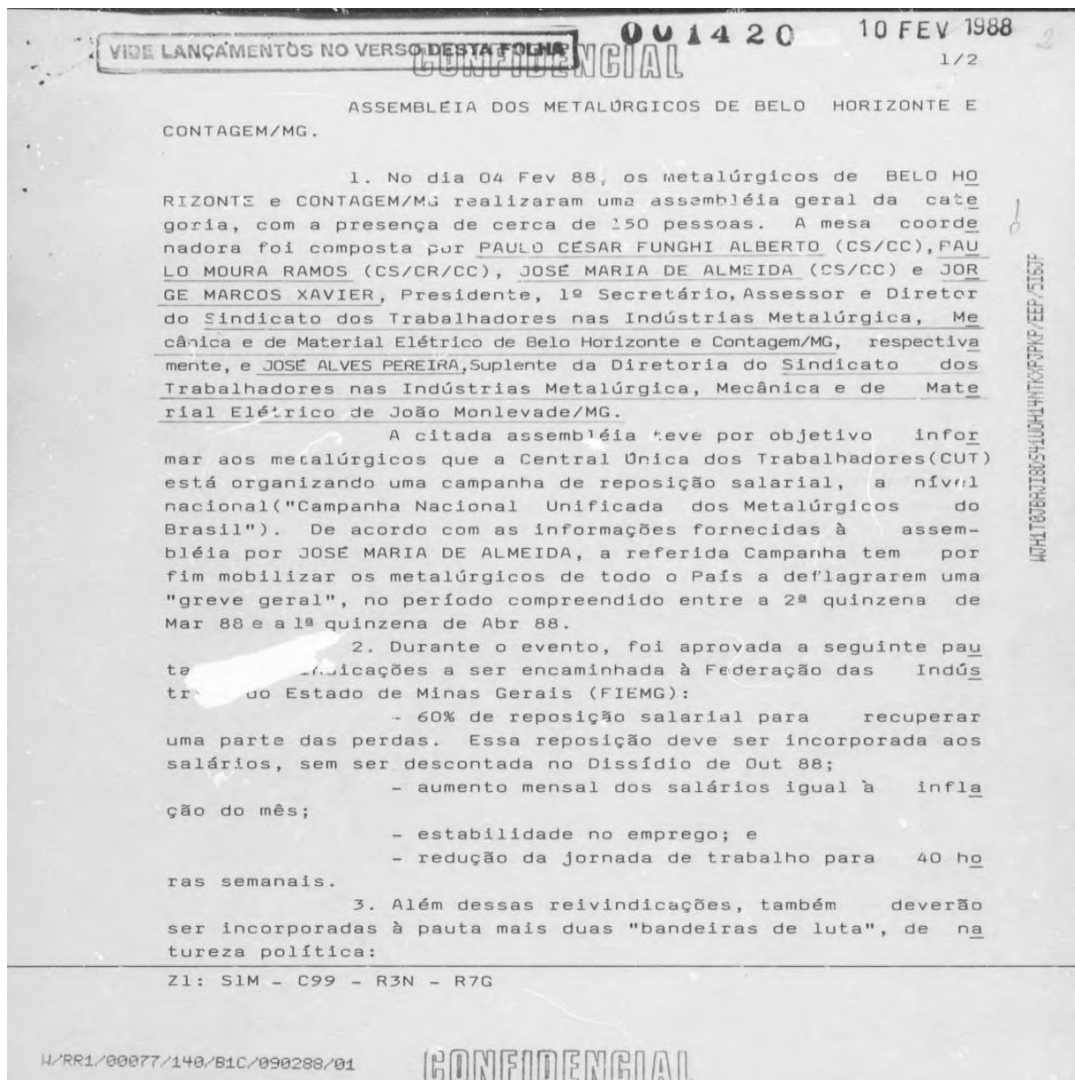
Fonte: Arquivo pessoal.

Durante algum tempo, como é de costume para quem começa a dirigir uma entidade, ficamos um bom período fazendo críticas à direção passada, contudo, pouco a pouco, a tarefa de mobilização da categoria, que a conjuntura política e social nos impunha, passou a ser o nosso foco. No plano político nacional, entramos na luta pelo boicote ao “Colégio Eleitoral” e mantivemos nossa bandeira de eleições diretas, reforçando as “Diretas Já”, sendo essa, também, uma atividade monitorada pelo Serviço de Inteligência do Estado.

As assembleias, no Sindicato e nas portas de entrada e saída das fábricas, ou mesmo no horário do almoço, eram constantes. Ademais, realizávamos reuniões por fábrica, tentando detectar uma vanguarda de operários que, em nossa opinião, possibilitaria uma estrutura de organização no chão da fábrica. Iniciamos também uma ampla campanha de sindicalização na categoria e lançamos a campanha pela redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário.

Fruto desse trabalho foi o grande avanço em nossa organização de base. A participação da categoria no sindicato aumentou e passamos a incomodar cada vez mais a patronal. Essa nova movimentação do sindicato propiciou o reconhecimento da primeira comissão de fábrica na empresa Braço Mapri, empresa em que eu trabalhava, e a comissão desempenhou um papel decisivo na nossa vitória eleitoral no sindicato. Ainda no primeiro mandato, lideramos uma campanha salarial unificada no estado de Minas Gerais, com 33 sindicatos de metalúrgicos, em 1986.

Imagem 18 – Ata de Assembleia dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, realizada em 4 de fevereiro de 1988.



A unificação serviu de base para, posteriormente, criarmos a Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, contrapondo a velha federação conservadora e imobilista que já existia.

Do ponto de vista político, a conquista da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem deu grande visibilidade para a Convergência Socialista e rendeu muita repercussão entre as correntes da esquerda brasileira, inclusive o PT, que, na época, tinha pouco tempo de fundação. Vejamos que, já no segundo turno das eleições, ao contrário do que havia acontecido no primeiro, o apoio logo chegou, tanto material quanto político, incitando uma reviravolta na opinião de pessoas e entidades que, no primeiro momento, tinham tratado nossa direção com total indiferença.

Foi, a partir da vitória em BH/Contagem, que a CS liderou um processo de mudança nas direções de sindicatos, em várias regiões do país. Em Minas Gerais, passamos a dirigir outras entidades importantes, como o Sindicato dos Gráficos de BH, dos Trabalhadores em Hospitais, dos Mineiros de Nova Lima, dos Metalúrgicos de Vespasiano, dos Metalúrgicos de Pouso Alegre, e com participação em vários outros.

A Convergência Socialista tinha ramificações em vários países, tanto da América Latina quanto da Europa. A sua maior organização estava na Argentina. Forjado na luta pela ocupação de espaço com o peronismo, e na mobilização com várias outras correntes da esquerda argentina, o PST, Partido Socialista dos Trabalhadores, vivia um momento de fortalecimento e despontava como o maior partido trotskista da época. Tinha como maior liderança um intelectual de nome Nahuel Moreno, dirigente muito respeitado, que tive o prazer de conhecer quando estive em Buenos Aires. A sua competência e formação, junto com outros quadros da época, exigia dele a difícil tarefa de construção do trotskismo em todo mundo, além da direção do PST.

Em 1985, fiz a primeira viagem internacional. No final desse ano, fui convidado a participar de um congresso do PST, em Buenos Aires. Estava ainda impactado com as novas responsabilidades que o cargo de presidente do nosso Sindicato exigia e era importante ter uma experiência internacional e participar de um evento tão importante de uma organização que era a referência da Convergência Socialista.

Imagem 19 – Fotografia de um evento na Argentina com o MAS, Movimento al Socialismo, em 1984. Eu, Paulo Funghi, Geraldo e Tónico estamos na imagem.



Fonte: Arquivo pessoal.

Acredito que, desde o início da construção da oposição sindical que nos levou à vitória, os aportes políticos dos companheiros argentinos estavam presentes na elaboração de nossos planos em Contagem. Era normal a visita de alguns quadros do PST no Brasil e em Belo Horizonte.

Em meados da década de 1980, a Argentina ainda vivia seus anos dourados e, ao contrário do Brasil, o padrão de vida de seu povo se aproximava, relativamente, dos padrões europeus. Ao desembarcar em Buenos Aires e atravessar a cidade rumo ao endereço que guardava no bolso, pude constatar essa realidade, observando as largas avenidas, as quadras de tênis nas margens, o trânsito organizado, a bela arquitetura e o povo bem vestido e orgulhoso. Nos dias que lá passei, percebi a grande diferença, em termos de qualidade de vida, entre os dois países. Chegando ao local do Congresso, tive uma das experiências mais emocionantes de todo o tempo de militância. Era um ginásio coberto, em uma universidade, e estava completamente lotado de pessoas. Entrei no recinto e fui ovacionado pela multidão no estilo que é tradicional dos argentinos. Cantavam um refrão, mais ou menos assim: “Já está vindo, já vindo, o socialismo no Brasil!” Ainda hoje, a lembrança desse momento me provoca arrepios. Voltei de lá mais trotskista que nunca.

A nossa postura, enquanto direção da categoria, era bastante radical, uma vez que buscávamos uma mudança da estrutura econômica em nível nacional. Em meio às discussões

salariais, sempre introduzíamos também a luta política, a necessidade da derrubada do regime militar, ainda vigente à época, e a implantação do socialismo no país. Pensávamos que a classe operária tinha um papel preponderante nessa mudança. Em nossas discussões com os trabalhadores e em nosso material impresso, defendíamos que nenhuma confiança fosse dada à classe patronal, e a seus representantes. Dizíamos que somente um governo dos trabalhadores poderia mudar a situação de penúria que toda a classe vivia naquele momento.

Estando na direção de um sindicato importante, participei, nos anos de 1980, da reorganização do movimento sindical brasileiro, a partir da criação da Central Única dos trabalhadores – CUT. Fui membro da direção Executiva Nacional, na época presidida pelo metalúrgico Jair Meneguelli, do sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sindicato vanguardista do movimento operário. Acumulava, naqueles anos, a tarefa de presidir o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e participar das reuniões e discussões sobre o movimento que a CUT fazia nacionalmente.

Imagem 20 – Assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. (1985) Com o microfone, Ênio Seabra, dirigente metalúrgico na década de 1960. Na mesa, Geraldo Baulino, eu, Paulo Funghi, e Paulo Moura.



Fonte: Arquivo de Geraldo Baulino.

A importância do nosso Sindicato no cenário nacional assegurava nossa participação na Direção da CUT. Da mesma forma, no Rio de Janeiro, o Sindicato dos Bancários, também ligado à Convergência Socialista, participava da Direção Executiva com seu presidente, militante de nossa organização, Ciro Garcia. Tínhamos sempre uma postura mais à esquerda do conjunto da direção. Quase sempre, votávamos de forma diferenciada, o que nos trazia

certo isolamento dos demais. A corrente majoritária dentro da CUT se chamava Articulação e tinha maioria absoluta, por isso impunha suas posições.

Unindo o apoio de três grandes sindicatos, Metalúrgicos de BH, Bancários do Rio de Janeiro e Metalúrgicos de São José dos Campos, nosso grupo, embora com minoria, disputava a direção da CUT. Essa disputa passava pela criação de oposições sindicais em São Bernardo do Campo, em Santo André e em diversas outras regiões onde tínhamos algum tipo de trabalho político organizado. Pela nossa agressividade política, havia um cuidado constante das forças majoritárias para evitar o nosso crescimento, assumindo a condução política da esquerda naquele momento. Embora minoritários, nossa participação nos fóruns da CUT, em fundamental nos Congressos, figurava com disputas acirradas, algumas vezes com grupos minoritários, em discordância com a direção majoritária.

As votações, nos Congressos estaduais e nacional, aconteciam, geralmente, pela manifestação por voto com crachás, dessa forma, era possível visualizar a correlação de forças entre os delegados daquele evento. A corrente majoritária, a Articulação, além do peso em vários sindicatos operários, tinha hegemonia também no movimento sindical do campo, e havia centralização dos delegados que já chegavam prontos para votar o que suas direções locais propunham. Era muito difícil convencê-los a mudarem seu voto.

Além da reivindicação por melhores salários, três questões despontavam nos fóruns da CUT, e eram, de certa forma, consensuais: a Reforma Agrária, a Redução da Jornada de Trabalho e a Organização por Local de Trabalho – OLTs.

Em contrapartida, as maiores divergências estavam ligadas ao método para concretizar essas bandeiras. Um exemplo claro dessas divergências se dava na proposta para as lutas dos trabalhadores rurais. Como forma de tentar forçar que a CUT tivesse posições mais à esquerda, propúnhamos armar os trabalhadores no campo, colocando as direções da Articulação em uma situação complicada, pois armar os trabalhadores era uma bandeira que extrapolava os limites permitidos pela conjuntura política. Ao mesmo tempo, no fundo, havia alguma simpatia de setores camponeses, que viviam uma realidade de violência em suas regiões no interior do país. Com isso, criávamos embaraços para a direção majoritária da Central. Ainda que houvesse discrepâncias, mantínhamos uma relação cordial com os demais membros da direção e procurávamos, após as disputas, tirar um calendário comum de atividades e ações sindicais e políticas país afora.

Durante esse tempo, fiz bons amigos, entre eles, estava o Avelino Ganzer. Vinha de Altamira, no estado do Pará. Era dirigente sindical rural, de uma paciência muito grande, sempre com uma postura serena, com tom de voz calmo e espaçado. Nas horas de discussões

mais acaloradas na “Executiva da CUT”, sempre tinha tom conciliador, mesmo que mantivesse posições bem definidas como membro da corrente Articulação. Também me relacionava bem com Jair Meneguelli, Presidente da Central na época e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Uma vez, brigamos em um palanque, em um Congresso da CUT. Havíamos parado o Congresso para buscar uma posição unificada e, no calor da discussão, os ânimos ficaram acalorados e foi preciso a mediação de outros companheiros. Passados esses momentos de tensão, tivemos uma relação amistosa e confidenciamos problemas que eram comuns em Contagem e São Bernardo.

Outro companheiro de organização, membro da Executiva Nacional da CUT, era o Cyro Garcia, Presidente dos Sindicatos dos Bancários do Rio de Janeiro. Apesar de firme em suas posições políticas, era um sujeito carismático, e, juntos, com muita habilidade, conseguíamos defender nossas posições, ou seja, fazer a disputa política sem perder de vista que fazíamos parte de uma organização de trabalhadores. Com raras exceções, todos tinham um objetivo comum, ou seja, a defesa da classe trabalhadora.

Nossa posição política, da CS, além do mais, refletia-se no apoio a outros sindicatos, ou a oposições sindicais, e a movimentos sociais em Minas Gerais. Nosso sindicato ganhou espaço dentro da CUT Nacional e da CUT-MG, dentro do PT e, não raro, era chamado a se posicionar sobre várias questões políticas e sociais. Jogamos o peso de nossa base política e de nossa influência na estrutura sindical para avançar em pautas nacionais, como as eleições diretas para a presidência do Brasil e a Constituinte de 1988. Essas posições eram acompanhadas pelo Serviço de Inteligência do Estado.

Imagem 21 – Relato do serviço de inteligência do Estado.

CONFIDENCIAL

2/3

3

Segundo o presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS (SINTEL) (B1723017), GONÇALO DE ABREU BARBOSA (B0028988) a aprovação reflete a força desmobilizadora do "CENTRÃO". A decisão foi retrógrada e só contribuiu para atrapalhar a nossa luta.

Para o vice presidente do SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE MINAS GERAIS (B1587687) JOSÉ GERALDO DE ARAÚJO o "CENTRÃO" e o grupo de MÁRIO COVAS demonstraram ser inimigos da classe trabalhadora e pretendem enfraquecer o movimento sindical.

4. O aumento do valor da hora-extra e a remuneração adicional de férias, também aprovadas pela Constituinte foram recebidas com pessimismo pelo empresariado mineiro.

Para RENATO ROSSI (B1024929) presidente da FEDEERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (B1520192) muitas empresas terão de reduzir seu quadro de funcionários até que novas medidas trabalhistas sejam incorporadas à realidade econômica do País.

As novas concessões vão sobrecarregar as empresas que terão de repassar o custo ao mercado consumidor. As empresas que puderem arcar com tais encargos não precisarão promover aumentos. Mas as outras devem demitir parte de seu quadro ou vão à falência.

Para PAULO CÉSAR FUNGHI ALBERTO (B1108700) presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM/MG (B1576252) "a aprovação desses itens minimiza a situação do trabalhador, entretanto tivemos nossas principais reivindicações negadas, que são, a estabilidade e a jornada de 40 horas.

5. Outro empresário que se manifestou, em BELO HORIZONTE/MG, contra as decisões dos constituintes foi ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS (B0284920) presidente do GRUPO VOTORANTIM, conforme documento referenciado, estimando que a aprova-

CONFIDENCIAL

3.1 Sindicalismo e Consciência de Classe: Dilemas e Contradições da Prática Sindical

As práticas sindicais são expressão de uma concepção política, ou, no sentido mais amplo, partidária e social. Assim, nunca se constituem em um caminho único e, normalmente, são atravessadas por disputas acirradas, algumas vezes, inclusive, por enfrentamentos físicos.

A nossa direção, naquele momento, colocava-se de maneira radical, de um lado, porque víamos que o problema central era a contradição entre capital e trabalho, portanto o essencial era atuar para o fim dessa contradição; de outro, tínhamos a leitura de que a conjuntura abria possibilidades para uma atuação mais ampliada, liderando outras categorias de trabalhadores.

Se, por um lado, essa postura radical trazia certo respeito da categoria, na maioria das vezes, representava seus sentimentos de revolta com relação aos patrões e ao governo; por outro lado, no decorrer do tempo, também criava um fosso entre a direção sindical e as ações da própria direção sindical, o que, na opinião individual de cada trabalhador, era possível se fazer na correlação de forças entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. Traduzindo isso, significava que a direção se distanciava da base porque o que era proposto pela direção não era possível de ser reproduzido no chão da fábrica. Em termos reais, o receio de perder o emprego fazia com que a ação concreta fosse substituída por admiração e reconhecimento da coragem dos diretores sindicais.

Uma direção sindical atuante e, em tese, dando os rumos para a sua base e para o conjunto dos trabalhadores, tornou-se uma questão que é dilema antigo no movimento operário. A Convergência Socialista, por sua referência em Trotsky, assumia uma perspectiva que chamamos de “vanguardismo”.

Precisamente porque nosso objetivo nos sindicatos é lutar para ganhar influência política sobre as massas e construir o partido que a participação na luta econômica, sindical, não pode resumir, nem ser o centro da atividade dos revolucionários. Os revolucionários devem ter como **centro da sua ação nos sindicatos** – como em qualquer outra frente de atuação nesta sociedade – a **agitação e a propaganda revolucionária**, ou seja, a partir das lutas e da situação concreta da vida da classe operária, fazer agitação e propaganda para ganhar a classe para a saída estratégica, socialista e revolucionária que o partido propõe ao país e ao mundo. A consciência política de classe, socialista, não surge espontaneamente da luta de classes dos trabalhadores contra os patrões e seus governos. Daí surge apenas a consciência sindical, ou seja, a compreensão da importância de se unirem nos sindicatos para lutar por seus interesses imediatos. A luta econômica e sindical, a ação espontânea da classe, não leva por si só os operários a adquirirem consciência de classe socialista, ou seja, a compreenderem a absoluta incompatibilidade entre seus interesses mais básicos e a existência do sistema capitalista; da necessidade de destruir esse sistema e da construção de uma sociedade socialista. Por isso o leninismo nega e combate o espontaneísmo, que é a apologia do espontâneo contra o

trabalho político planejado e sistemático que o partido deve fazer sobre as massas, para destruir sua consciência atrasada e ganhá-la para as ideias do socialismo e da revolução. O dirigente sindical, dizia Lenin, “ajuda constantemente os operários a conduzir a luta econômica, organiza denúncias sobre a vida na fábrica, explica a injustiça das leis [...]. Em uma palavra, todo dirigente sindical conduz e ajuda a conduzir a luta econômica contra os patrões e o governo. Não seria demais insistir que isso ainda não é um trabalho revolucionário”. O desenvolvimento espontâneo do movimento operário leva justamente à subordinação à ideologia burguesa, dizia ele. (TROTSKY, 2019, p. 03).

A compreensão, e/ou superação do vanguardismo, de um modo geral, atravessa a prática e a cultura da estrutura sindical de uma forma muito tensa, pois pode colocar em confronto os pontos de vistas da direção e os da base. A nossa direção do Sindicato, também, foi muito marcada por esse dilema. José Maria de Almeida, um destacado diretor de nossa gestão à frente dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, trouxe uma importante avaliação sobre a relação do nosso Sindicato com os trabalhadores

Quais foram as razões pelas quais a gente não avançou? Eu acho que tem uma série de fatores, Paulo. Há fatores objetivos e há fatores subjetivos, que tem a ver conosco, que são erros nossos.

O fator objetivo mais importante, que eu comecei a falar dele no bloco anterior, tem a ver com esta tradição que se conformou na consciência da classe trabalhadora brasileira depois de quase 100 anos. Na época que a gente assumiu a direção do sindicato, já tinha quase 60 anos de estrutura sindical getulista no país, isso moldou a consciência da classe trabalhador de uma forma muito profunda. O trabalhador deixou de compreender, de conceber uma organização sindical em que ele fosse sujeito, em que ele tivesse que participar, controlar.

Ele está acostumado a ver o sindicato como uma coisa externa a ele. Não é parte da sua realidade, é uma coisa externa que é composta por aquelas pessoas que foram eleitas lá e que estão naquela sede e que tem que resolver o problema e, portanto, você tem que convencer o trabalhador, mesmo os setores mais avançados, que é preciso que ele dedique um tempo à preparação, à organização, ao impulsionamento de suas lutas na busca de solução dos seus problemas, ou seja, fazer com que o trabalhador se assume sujeito da sua própria vida e da solução dos problemas que lhe afetam, que afetam seus problemas no seu local de trabalho, é uma tarefa muito difícil.

Então, eu sei porque nós fizemos, e você se lembra disso, fizemos várias iniciativas de chamar os trabalhadores, para se organizar, vamos construir comissões de empresas, às vezes em um momento de luta, de mobilização... aí se juntavam, conseguiam reunir uma quantidade bastante importante de ativistas nas fábricas. (Relato do ativista Zé Maria, 2020).

Embora concorde com a avaliação do Zé Maria, eu acrescentaria que há uma diferença do grau de envolvimento com as lutas trabalhistas entre um militante, especialmente se estiver na estrutura sindical, e o trabalhador comum. Essa diferença pode conduzir para uma relação em que o trabalhador acabe na posição de demandar para o sindicato, inclusive, digamos, as

ações mais arriscadas. A postura do trabalhador militante, e dos dirigentes, o vanguardismo de que tanto falamos, pode reforçar essa visão, e o trabalhador acaba raciocinando, mais ou menos assim, “aqueles caras do sindicato são doidos mesmo, deixa com eles, deixa que eles encaram, deixa que eles resolvem esses problemas”. Essa é uma coisa que o sindicato tem de avaliar sob pena de repetir os erros do passado.

Tendo em vista o quadro anterior, vejo com certa normalidade que uma parte dos trabalhadores se envolvam mais nos momentos de acirramento, e que ocorra um refluxo algum tempo depois. Creio que é importante que o sindicato tenha a sensibilidade de buscar preencher essa lacuna de ação política, nesses momentos de refluxo, com questões que mantenham a memória e a consciência dos trabalhadores que participaram das lutas e, ao mesmo tempo, busque o envolvimento com o cotidiano dos trabalhadores. Buscar saber o que passa na cabeça dos trabalhadores. Se não fizer isso, o sindicato vai sempre voltar a estaca zero, usando apenas fragmentos da memória dos trabalhadores de ações passadas. De outro modo, essa situação pode ocorrer quando as empresas estão com muitas demandas por serviço e necessitando aumentar a produção. O dirigente tem de ser capaz de fazer uma análise de conjuntura, considerando as questões econômicas e o ambiente político.

A direção do sindicato, em nossa época, focava muito na mobilização dos diretores, na presença nas portarias das fábricas, nos debates trabalhistas levados ao operariado e nas questões estruturais do capitalismo. De certa forma, em muitos momentos, tínhamos a sensação de que estávamos contribuindo para um ambiente de contestação, entretanto, já naquela época, havia sinais de que, no cotidiano dos trabalhadores, havia outros fatores que jogavam a favor das mobilizações pontuais e que, nem sempre, continuavam em um período subsequente maior. Na entrevista com José Maria, recebemos a seguinte consideração:

Você deve se lembrar da quantidade de grupos de fábricas que surgiram naquela empolgação que estava a categoria, naquela luta. Eu sempre me lembro daquele grupo de companheiros da TOSHIBA, era um grupo de leitura da Bíblia, de estudo da Bíblia na hora do almoço e virou o melhor piquete de greve que nós tínhamos. E que garantiu a paralisação de outras empresas, obviamente que não podiam fazer o piquete na TOSHIBA, e, assim, várias outras fábricas tinham. E a gente teve oportunidade, naquele momento, de chamar esses camaradas, de defender que a organização seguisse em frente, mas o que ocorria normalmente é que a ampla maioria desses trabalhadores refluía na luta. Quando terminava a luta, essas pessoas deixavam de dar importância a continuar se reunindo, em discutir a situação dos trabalhadores, ver que medidas, que iniciativas poderiam ser tomadas para resolver esses problemas. Então, essa falta de compreensão de consciência da classe era um obstáculo. (Idem).

Muitos fatores influenciaram a nossa relação com os metalúrgicos e os avanços, ou não, com o trabalho de base. A construção de apoios locais, a chamada organização por local de trabalho, foi um dos nossos principais objetivos. Para Zé Maria,

ocorre não consegue montar uma organização por local de trabalho se não houver trabalhadores a participar delas. Então, esse obstáculo, eu não quero subestimar, porque ele é muito importante, porque, quando eu digo que é fundamental e importante a organização por local de trabalho, eu não quero dizer que é fácil, é difícil. Difícil porque, em primeiro lugar, há esse obstáculo contra o objetivo, que é a incompreensão que existe, a falta de consciência que existe na nossa própria classe. É resultado destes 60, hoje são quase 100 anos de estrutura getulista no nosso país, dessa estrutura e representação de organização sindical que nós temos hoje no Brasil. Então, esse fator é um primeiro fator que eu acho muito importante e está na base desta dificuldade que nós tivemos. (Idem).

Rememorando a nossa vivência na direção do Sindicato, recuperamos questões complexas sobre a relação entre a “direção” e a “base”. Em nosso caso, temos que considerar que, por ser uma gestão oriunda da Oposição Sindical, havia o peso de superar o imobilismo da gestão anterior e, como já dissemos, em função da nossa referência ideológica, de haver uma posição favorável ao acirramento das lutas de classe. Talvez, na avaliação de hoje, fôssemos relativamente jovens, assim, nossas posições e práticas partiam da consideração de que sempre haveria possibilidades de uma mobilização vitoriosa da classe trabalhadora, sobretudo, dos metalúrgicos. Vejamos mais um diálogo com Zé Maria:

Agora, eu acho que existem mais dois fatores, que, esses sim, são mais políticos, mais subjetivos e são de nossa responsabilidade. O primeiro deles, Paulo, é que eu acho que houve, no período de nossa gestão no sindicato, um erro muito grande que nós cometemos, que tem a ver com a incompreensão do que é a natureza das organizações nas quais a gente militava, o partido e o sindicato, qual que era a relação que deveria haver entre uma e outra.

Nós, muitas vezes, misturamos isso, transformamos isso à nossa vontade, ou fomos levados, na verdade, a ver aquilo que a gente queria que acontecesse, como uma possibilidade real que acontecesse; e nós imprimimos à atividade do sindicato, via de regra, Paulo, um ritmo e uma intensidade que não estavam sintonizados com a categoria, com a disposição que os trabalhadores que o sindicato representava tinham de levar adiante. Então, a gente estava sempre um pouco mais acelerado que os trabalhadores, sempre propondo mais coisas do que eles estavam dispostos a fazer, e isso, evidentemente, gerou uma dificuldade grande para que a nossa atividade e a nossa vida na direção do sindicato estivessem mais sintonizadas, mais entrelaçadas com a vida dos trabalhadores dentro das fábricas. Isso gerava necessariamente um distanciamento. Já não era o distanciamento imposto pelo Getúlio Vargas, mas um distanciamento imposto por expectativas políticas. (Idem).

As condições de vida da maioria dos trabalhadores, incluídas as de trabalho e deslocamento, acabam impondo certo ritmo de vida; o tempo que lhe sobra fica por conta da família e por conta de um, ou outro, momento de divertimento. Isso pode jogar um peso para

os trabalhadores na participação política e nas convocações sindicais. A formação política e mesmo os aspectos subjetivos dos trabalhadores podem determinar a sintonia entre uma direção sindical e a sua base. Não se trata de uma questão moral, se o sindicalista se afasta, ou não, de sua base, embora isso possa acontecer. Quando ocorre, traz enormes prejuízos para a representatividade da direção sindical. A questão é que as condições de vida dos trabalhadores, se bem compreendidas pela direção sindical, tornam-se parte integrante e saudável das relações políticas. Analisemos outro relato de Zé Maria:

A gente queria, com as melhores intenções do mundo, que os trabalhadores lutassem mais, se mobilizassem mais, fizessem mais coisas, e nós tratávamos, ao estar assentados no sindicato, num aparato muito grande, de tentar fazer aquelas coisas. E fazíamos, muitas vezes, à revelia dos trabalhadores. O que acontece é que os trabalhadores nos acompanhavam até certo ponto, depois eles deixavam a gente ir, porque não havia disposição de fazer tudo aquilo que a gente propunha, ou na intensidade que a gente propunha, ou na rapidez que a gente propunha, não é? Porque estou dizendo que este erro interferiu no problema da organização de base, porque esse comportamento, essa relação que a gente estabeleceu com a categoria, desde a direção do sindicato, gerou uma dificuldade extra para que a gente tivesse paciência e acompanhasse esses ativistas melhores que surgiram nos processos de luta, na tentativa de transformar isto numa organização de base. Implica o quê? (Idem).

A compreensão do que é ser classe trabalhadora pode influir sobre a prática sindical. Como trabalhadores, sempre soubemos que algumas coisas são muito presentes na nossa vida, futebol e boteco, por exemplo. Não é verdade que nós, como militantes revolucionários, não gostávamos dessas coisas também. Não éramos máquinas, mas não sabíamos conciliar as ações políticas e sindicais com as questões sociais, culturais e esportivas. A nossas atividades sociais, quase sempre se davam entre nós mesmos. E me recordo bem de que vinham da direção do partido críticas sobre determinados comportamentos de militantes que se afastavam do ambiente interno ideológico. Era dito que esse militante estava com um “desvio sindicalista”. O termo era usado para lembrar aos companheiros que a questão partidária estava acima das atividades sindicais e cotidianas da categoria Metalúrgica.

Depois da greve, vem o refluxo da massa, os ativistas não estão dispostos a fazer tudo aquilo, uma reunião por semana, vamos fazer aqui reunião todo mês, vamos fazer aqui um boletim... os ativistas não estavam dispostos a fazer tudo aquilo, o que é que eles estavam dispostos a fazer? E nós tínhamos que ter nos adaptado a isso, de fazer menos coisas, talvez menos boletins de fábrica, talvez menos reuniões. Fazer alguma atividade social, organizar um campeonato de futebol, organizar um campeonato de truco, fazer uma coisa mais social. E ter mais paciência para ir consolidando a nossa relação com esses ativistas e a relação entre eles próprios, de forma a dar perenidade àquele grupo que, muitas vezes, exercia mais uma atividade social do que uma atividade sindical, uma atividade política. Essa atividade social, que eles desenvolvem rotineiramente, depois, pode dar um salto para uma atividade

política, como deu, por exemplo, daquilo que eu falei agora há pouco, daquele grupo que se reunia para estudar a Bíblia, e que virou um piquete. Então, essa paciência, nós nunca tivemos. (Idem).

Talvez, por querer marcar uma prática politizada, não tenhamos verificado, ou valorizado, outras formas de contato com a classe trabalhadora. Hoje, é possível, a partir da memória pessoal e coletiva, verificar a tese de Thompson (1981), de que a formação da consciência de classe é, também, produzida pela experiência de ser classe, pois os trabalhadores vivem situações fora da fábrica, e isso deve ser considerado.

A militância dos trabalhadores, o movimento operário, tem, no sindicato, uma de suas referências, todavia a prática sindical é parte de uma estrutura política. Há uma complexidade de correlação de forças dentro da própria estrutura sindical e na relação com outras forças políticas, como por exemplo, Estado e partido. A compreensão da prática sindical é difícil. Certamente, a memória de quem esteve à frente da luta sindical tenha contribuições a dar. Para Zé Maria,

esses ativistas, ao deixarem de nos acompanhar naquilo tudo que nós propúnhamos, fizeram com que a gente também, um pouco, fosse deixando de lado, porque nós queríamos manter aquele ritmo de nossa atividade, quer dizer, essa falta de compreensão da natureza da tarefa do sindicato e a diferença que isso tem da natureza da tarefa do partido. É a incompreensão de que a atividade do sindicato é uma atividade que tem que ser feita junto com a categoria. Nunca sem ela, ou no lugar dela, a gente, muitas vezes, fez as coisas no lugar dela. Ao fazer no lugar dela, por mais que nossas intenções fossem as melhores possíveis, isso não constrói, não acumula, porque nós vivemos em uma sociedade que está completamente decadente, não existe possibilidade de uma melhora duradoura, significativa das condições de vida das pessoas no país, nestas circunstâncias em que nossa sociedade está. (Idem).

A organização da classe trabalhadora é um trabalho lento. A meu ver, fazendo uma avaliação dessa situação do momento em que vivo hoje, é muito importante que a direção do sindicato compreenda os modos de agir da classe trabalhadora, do trabalhador que não é militante. Isso quer dizer que o trabalhador comum se envolve pontualmente e o sindicato é constante, mas este pode estar presente nas questões do cotidiano do trabalhador. Recordando e refletindo sobre o que passou, penso que foi um exagero focar nas questões estruturais e não atentar para as questões mais simples.

Então, o que podemos acumular, na nossa luta no sindicato, é organização e consciência. Ao fazemos as coisas no lugar da categoria, apoiados no sindicato, que tem seu peso, como eu disse, a legislação dá um peso próprio ao sindicato que é muito importante, nós não estamos acumulando nada, porque a gente nem consegue melhorar a vida dos trabalhadores, nem consegue acumular consciência e, principalmente, em organização. O que é a organização? É a materialização da consciência. Ela é a expressão concreta material de que avançou a consciência,

avançou a organização. Ter grupos de trabalhadores organizados dentro de cada fábrica seria uma expressão de que houve um avanço na consciência dos trabalhadores de que eles têm que tomar mais nas suas mãos a condução de que eles têm que tomar mais a luta para resolver seus problemas. Nós tivemos muitas oportunidades de fazer isto avançar e consolidar. Isso que nos faltou, consciência para consolidar o processo. O que houve foi que o processo retrocedeu em relação aos ativistas. Esse foi um tipo de erro que eu acho que nós cometemos, Paulo. E aí a responsabilidade mais uma vez, eu insisto, não é dos camaradas, é, principalmente, minha, que era o dirigente com muita responsabilidade lá. (Idem).

Além das questões da própria estrutura sindical, das disputas internas e dos limites de suas orientações ideológicas, a prática sindical tem, ainda, de lidar com o enfrentamento com a patronal. Em uma sociedade de tradição autoritária, como a brasileira, esse problema é grande. Em nossa experiência, por diversas vezes, verificamos a falta de liberdade sindical no interior das fábricas, mesmo nos limites da Lei, perseguições e intimidações aos trabalhadores, diretores, ativistas e apoiadores. Zé Maria considera essa questão como um limite objetivo para o avanço da prática sindical.

O outro problema, Paulo, ele tem um aspecto objetivo e subjetivo, mas tem a ver com a coisa que é o seguinte. Há um problema que é objetivo para além daquele que eu falei, da consciência dos trabalhadores, que é, em última instância, a ação que a própria patronal desenvolve no controle das relações de trabalho, e que tem como um dos objetivos mais importantes impedir a organização dos trabalhadores. Ou seja, o problema da demissão dos ativistas, seja no processo de mobilização, ou fora deles. É um fator objetivo, que também está nas bases das dificuldades que nós tivemos de avançar nesse processo de organização de base. Então, eu quero ressaltar a importância disso, que também é um obstáculo objetivo e que, evidentemente, gerou prejuízos. Muitas vezes, nós conseguimos constituir iniciativas importantes de organização por local de trabalho, mas que foram descobertas pela empresa. Foram demitidos os companheiros. Depois, a demissão gera medo nos outros e fica mais difícil fazer [iniciativas]. Então, esse fator objetivo é um fator muito importante, que nós temos que considerar. (Idem).

A partir da memória, para Zé Maria, houve uma avaliação de que esse limite objetivo não foi politicamente bem avaliado na época. Erros foram cometidos, com desdobramentos catastróficos no nosso projeto de organização da categoria.

Agora, junto a isso, se mistura, se confunde, um outro aspecto, que já é erro nosso, [...] aquele problema que eu disse no áudio anterior, da gente não compreender, às vezes, de forma correta, a relação que deve ter o partido com o sindicato, e muitas vezes confundir aquilo que a gente acha que é necessário fazer a nossa vontade de transformar, de mudar a situação com aquilo que é possível fazer, ou seja, que a realidade permite. E tentar impor com o peso do aparato do sindicato a força que o sindicato como instituição tinha, um determinado ritmo com a luta da categoria. Muitas vezes, nós levamos isso a um ponto que ultrapassou as condições que eram permitidas pelas relações de força concreta que havia no momento. Então, às vezes, encadeamos uma luta num momento errado e expusemos os trabalhadores, especialmente a vanguarda, às demissões, à retaliação das empresas. Às vezes, nós levamos a luta até um ponto onde não deveríamos ter levado. Deixamos todos os

setores mais avançados expostos para serem demitidos depois, ao invés de recuar antes, com todo mundo junto. Isso, em muitos momentos, nós cometemos erros assim, e erros assim tem custo, porque expõem a vanguarda e facilitam esse trabalho de demissão dos melhores ativistas. As empresas buscam fazer isso o tempo todo, para impedir qualquer processo de organização da classe trabalhadora. Então, esse tema é um tema importante, Paulo. (Idem).

Apesar das falhas na gestão do sindicato, não podemos ofuscar os acertos que tivemos enquanto organização de esquerda por conta dos erros cometidos. Nossa participação na luta política no país, principalmente na construção e consolidação do PT e depois na construção da CUT, teve papel no avanço da luta dos trabalhadores. Da mesma forma, incentivamos a criação das oposições sindicais com a proposta de rompimento com o sindicalismo pelego, travando um duelo permanente pela conquista da direção das entidades, além do reconhecimento do direito a participação dessas oposições nos fóruns oficiais do movimento sindical.

Como o olhar geral deste texto é de crítica à forma como o partido se relaciona com os sindicatos onde atua, é prudente sistematizar, brevemente, o que consideramos como acertos em nossa atuação, evitando uma leitura unilateral do que foi feito. Nosso partido teve acertos importantes, teóricos e políticos, desde que começamos a atuar no movimento sindical no Brasil, em meados da década dos anos 1970, início dos anos 1980. Tivemos um papel importante nos passos iniciais para a construção da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Foi o partido que lançou, pela primeira vez, a proposta de construção de uma Central Única, que unisse todos os setores do movimento sindical em uma mesma organização. Da mesma forma, foi acertada a decisão de, consumada a divisão do movimento sindical em 1983, acompanharmos o setor de massas mais avançado na fundação da CUT. Todo o stalinismo fez o oposto naquele momento. Reivindicamos a batalha política que demos em todo esse processo, na defesa de uma Central Sindical apoiada nos princípios da independência de classes e na democracia operária.

Foi correta a luta que travamos com o objetivo de deslocar “para baixo” o centro de poder do movimento sindical, valorizando as comissões de fábrica, organizações de base e oposições sindicais. Assim como foi correta nossa localização teórica e política no embate que se deu no interior da esquerda que se organizava no campo da CUT, no início dos anos 80, em torno da polêmica sobre a fundação de “sindicatos livres”.

Também foi correto direcionarmos aos sindicatos o nosso trabalho “dentro” do PT. Seguindo conselho de Moreno, centramos nossa atuação nos sindicatos, apoiados no amplo processo de lutas, greves e de reorganização em curso no país, que se expressava não só na construção do PT, mas também numa onda de oposições sindicais que varreu a burocracia da maioria dos sindicatos mais importantes do país. (Idem).

A relação da Convergência com o PT era tida como importante para abrir diálogo e ocupar espaço nos sindicatos e, através deles, nos movimentos das massas. Segundo Zé Maria,

o sindicato só poderá abraçar o conjunto do programa e da política do partido em uma situação muito avançada da luta de classes; e se o partido tratar de ganhar influência política sobre os trabalhadores que ele representa. Fora dessas condições, trata-se de pura artificialidade, além de burocrático, impor ao sindicato as posições do partido. Devemos, sim, levar ao sindicato e defender junto à classe as nossas ideias sobre a melhor forma de conduzir a luta pelas demandas da classe. Mas não podemos impor nossas opiniões. Quem decide o que o sindicato vai fazer, e como vai fazer, devem ser as massas nele organizadas. Não o partido. (Idem).

3.2 Greves: A Mobilização Operária e o Autoritarismo Antisindical em Fins dos Anos 1980 e Início dos Anos 1990

A relação capital e trabalho, desde sempre, inscreveu-se em um jogo de forças antagônicas, no âmbito econômico, político, social e cultural. Nunca foi fácil para os trabalhadores medir força com os patrões, já que, antes de se colocar em disputa por direitos, precisam sobreviver. Por outro lado, a sobrevivência dos patrões, em parte da economia, passa pelo andamento razoável do processo produtivo. É nessa fenda que a greve se constitui como uma estratégia para os trabalhadores. Viana (2017), recuperou vários sentidos da palavra “greve”, e suas variações em alguns idiomas.

Em Paris, nos velhos tempos, aconteceu certa vez que o Rio Sena – de tanto jogar para fora as coisas que não queria – acabou construindo uma praça. Essa praça foi batizada com o nome de Grève – palavra que significa “terreno plano, coberto de graveto e de areia, ao longo do mar, ou de um curso de água”. Na I Revolução Industrial, era ali que os trabalhadores se reuniam para contar suas lorotas, xingar os patrões, esperar pelos gatos ou praticar suas greves. Assim, com o passar do tempo, estar em (=na praça de) Grève passou a significar estar em (=fazendo) greve. É curioso notar como é que as traduções dessa palavra em algumas línguas podem revelar os significados da própria greve. Em Inglês, greve é *strike* – que se traduz pelo substantivo “ataque” e pelos verbos “golpear”, “bater”, “chocar-se”. Em Espanhol, é *huelga* – que entre outras coisas significa “folga, férias, descanso, folguedo”; e tem a mesma raiz de *huelgo*, que se traduz por “fôlego, alento”. Em Italiano, greve é *sciopero* – que tem o mesmo prefixo de *sciolto*, “livre de ligações, de vínculos”. Na verdade, e para dizer pouco, a greve é tudo isso ao mesmo tempo. (VIANA, 2017, p. 245-246.)

Desde que assumimos a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, as demandas da categoria, quase sempre, traziam uma ameaça de greve e, de fato, muitas vezes, elas aconteceram. Uma greve nunca é igual a outra, e depende de uma série de variáveis, da capacidade de mobilização interna em uma determinada fábrica à uma determinada conjuntura e/ou o apoio, ou não, da direção sindical e, ainda, da política de relações trabalhistas de cada empresa. Posso afirmar que um grande número de fábricas médias e grandes paralisaram a produção durante os anos em que estive à frente do Sindicato. Destacaremos algumas greves, mais para efeito de problematizar a questão de suas especificidades, e não exatamente por serem mais, ou menos importantes.

Uma greve que podemos considerar diferente ocorreu no escritório da Usiminas, em Belo horizonte. Cerca de 1.200 pessoas trabalhavam em um prédio considerado luxuoso, na região da Pampulha. Lá funcionava a sede administrativa da empresa. Trazemos abaixo um relato do companheiro Paulo Brescia, que, à época, era funcionário da Usiminas e que,

posteriormente, em 1999, veio a participar da Direção do Sindicato dos Metalúrgicos conosco:

Em 1988 o Brasil passava por um processo de mudanças políticas, econômicas e sociais, deixando para trás os anos de ditadura militar [...]. O cenário era marcado por muito debate político, mobilização social e sindical em busca de um processo político que favorecesse mudanças e avanços sociais, abrindo caminho para uma sociedade mais igualitária e democrática com distribuição de renda, em contraposição aos anos de ditadura que promoveram uma brutal concentração de renda.

Para mim, 1988 foi um ano que deixou muitas marcas, a começar pela promulgação de uma nova constituição, a chamada constituição cidadã, coroando um processo de mobilização e lutas sociais ocorridas desde o final da década de 1970 do século XX e que se estendeu por toda a década de 1980. Neste ano eu trabalhava no escritório da USIMINAS, em Belo Horizonte, desde 1985, uma empresa considerada estatal, com uma participação acionária mínima de sócios privados japoneses. Ou seja, era uma *Joint-venture*. Mas, apesar da pequena participação acionária dos japoneses, por meio da NIPPON, a influência deles na gestão da empresa era notória.

A empresa cultivava um conjunto de princípios e valores na sua relação com os empregados, cunhando um bordão no qual afirmava que as pessoas constituíam o seu maior patrimônio e, portanto, havia que cuidar das pessoas por meio de um conjunto de benefícios ligados aos cuidados com a saúde, a prevenção a acidentes no trabalho e à formação continuada e permanente em serviço. O movimento sindical, principalmente do segmento metalúrgico, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), era um dos mais combativos e travava lutas importantes pela recuperação do poder aquisitivo dos salários frente às altas taxas de inflação daquele período.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem estava sob uma nova direção, após uma acirrada disputa, em meados da década de 1980, com setores conservadores, alcunhados de pelegos, os quais vinham dirigindo a entidade desde a época do regime militar. Neste mesmo ano, a presidência da USIMINAS foi ocupada por Paulino Cícero de Vasconcellos, nomeado pelo Presidente José Sarney. De acordo com o próprio Paulino Cícero, em entrevista ao DIÁRIO DO AÇO³², o objetivo de sua gestão era trabalhar para aumentar a produtividade e os resultados da empresa para que o valor projetado para a privatização da empresa subisse e fosse mais justo. (BRESCIA, 2020).

Paulo Brescia recordou que o enfrentamento contra as novas propostas da empresa evidenciou um dilema sindical dos trabalhadores da Usiminas, divididos entre duas cidades e, respectivamente, entre duas abrangências de sindicatos.

A campanha salarial dos empregados da USIMINAS, em Belo Horizonte, neste ano de 1988, liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi marcada por todo esse processo de mudanças pelo qual passava o Brasil e a USIMINAS. Contudo, havia uma dificuldade a ser superada, relacionada ao fato da direção do Sindicatos dos Metalúrgicos de Ipatinga, onde se concentrava a área de produção e mais de 90% dos trabalhadores da empresa, ser conduzido por uma

³² Como parte desse processo de gestão, também era seu objetivo reajustar os salários dos empregados da Usiminas de modo a recuperar o poder aquisitivo corroído pela inflação, que estava na casa de 60% ao mês. Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0049684-expresidente-da-usiminas-preocupado-com-rumos-da-empresa-e-do-pais>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2020.

direção filiada à CGT³³. As duas entidades sindicais atuavam isoladamente. Da mesma forma, a USIMINAS era conduzida em Ipatinga pelo chefe da Usina, Rinaldo Campos Soares, gestor de carreira na empresa, o qual apresentava reservas e discordâncias com a condução proposta por Paulino Cícero.

O fato é que, devido à falta de consenso no interior da gestão da USIMINAS, a empresa não apresentou, em tempo hábil, à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e aos cerca de 1.200 (mil e duzentos) empregados da USIMINAS em Belo Horizonte, uma proposta de reajuste salarial e de resposta ao conjunto da pauta de reivindicações que procuravam consolidar, após o processo de privatização, algumas garantias de manutenção de vantagens adquiridas ao longo do tempo, como plano de assistência à saúde, gratificações e outras vantagens pecuniárias.

Neste contexto de campanha salarial, as mobilizações promovidas anualmente, em época de dissídio coletivo, vinham obtendo o interesse e a participação crescente dos trabalhadores do escritório da Sede da empresa, notadamente devido à combatividade da direção sindical. Outro fator importante está relacionado aos crescentes índices de produtividade e da lucratividade da empresa, o que contribuiu para ampliar a sua competitividade no mercado interno e externo. Em 1988 a produção da empresa atingiu a marca de 4.200 mil toneladas de aço, comparada com a produção de 3.500 mil toneladas no ano anterior. (Idem).

A mobilização dos trabalhadores da Usiminas estava em sintonia com as grandes mobilizações daquele ano, acrescidas, obviamente, das especificidades das relações de trabalho e do perfil dos trabalhadores da Usiminas. Nas palavras de Paulo Brescia,

havia muita disposição dos trabalhadores em participar das assembleias da campanha salarial e a frustração causada pela não apresentação de uma proposta às reivindicações dos trabalhadores foi um importante ingrediente que levou a uma paralisação inédita no escritório em BH. Contudo, o que, de fato, criou o clima de disposição à paralisação de um dia foi que o Sindicato de BH e Contagem tomou a iniciativa de instaurar o dissídio coletivo junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), devido à ausência de resposta da direção da empresa ao conjunto das reivindicações dos trabalhadores da Sede e devido a evidências de que a direção da Usina, em Ipatinga, apresentara uma contraproposta ao Sindicato do Metalúrgicos de lá.

Como resultado da atuação do TRT, dias depois da paralisação foi divulgada a decisão judicial que determinava a aplicação do reajuste salarial de 160%, apresentado em Ipatinga, bem como a manutenção de vantagens e benefícios praticados em anos anteriores. Ineditamente, também determinou a criação e manutenção de uma Comissão de representantes de trabalhadores da empresa, eleitos por seus pares no âmbito da Sede da empresa, com estabilidade garantida no emprego. Esta última estava relacionada a uma reivindicação sindical muito cara às direções sindicais, pois constituíam comissões de base formadas por trabalhadores da empresa com atuação respaldada na legislação.

Contudo, podemos concluir que a mobilização dos trabalhadores da Sede da USIMINAS foi resultado de um processo longo de maturação da organização dos trabalhadores, por meio da atuação de uma comissão de empregados na mesa de negociação entre o Sindicato e a direção da Empresa. Essa foi uma importante prática da direção sindical que fortaleceu a organização e a conscientização interna dos trabalhadores, criando condições de enfrentamento das pressões e

³³ Comando Geral dos Trabalhadores, organização intersindical brasileira.

contrapressões e dos limites impostos aos trabalhadores pelo do corpo dirigente da empresa. (Idem).

A peculiaridade dessa greve deve-se ao fato de que a Empresa Usiminas tinha uma política extremamente antissindical e, como característica, uma agressividade à subjetividade dos trabalhadores por meio de um assistencialismo bem estruturado. Essa prática produziu um distanciamento dos trabalhadores face a qualquer tipo de mobilização. Recordo-me que chegavam relatos ao nosso sindicato de que muitas pessoas, depois dessa greve, passaram mal e choraram muito. Isso dava a medida de que havia muito mais barreiras para fazer outras mobilizações na Usiminas. Essa tentativa de subordinar moralmente a subjetividade do trabalhador foi praticada por outras empresas.

Entre 1984 e 1988, as greves ocorreram em uma tradição de parar a produção, de cruzar os braços, ou de, sequer, entrar para dentro das fábricas. A partir de 1988, e de forma mais intensa em 1989, nosso Sindicato viu-se com um novo tipo de greve, a greve de “ocupação”, resultado tanto de um aumento na ousadia dos militantes quanto de uma evolução na organização dos trabalhadores. Também pesou, sobre esse tipo de greve, uma conjuntura de acirramento das disputas políticas. Lembramos que, nesse contexto, tivemos o início da crise no leste europeu; o crescimento da exposição de movimentos sociais de massa, como o MST; a disputa nas ruas e na mídia pela perspectiva das eleições presidenciais de 1989; a eleição de prefeituras importantes; e a expansão de vereadores pelo PT³⁴. Face essa conjuntura, teremos, entre 1988 e 1989, greves de grande impacto. Em Belo Horizonte e Contagem, fizemos várias greves de ocupação.

Enquanto, no Brasil, vivíamos um momento de ascenso das lutas dos trabalhadores, no planeta, o foco das discussões girava em torno da crise do bloco soviético que, em 1991, teve seu colapso. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu polarizado. De um lado, a URSS, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com um modelo de sociedade baseado no marxismo-leninismo, e do outro, liderado pelos Estados Unidos, o bloco capitalista. Foi exatamente na década de 80 que o regime soviético começou a ruir, depois de ter influenciado e servido de referência em diversos processos revolucionários em várias regiões do mundo, por meio de seu poderio militar e político. Em 1989, a queda do muro de Berlim anunciava o

³⁴ O PT elegeu candidatos, em 1988, para as prefeituras de São Paulo, Campinas, Diadema, Santo André, Porto Alegre, Vitória, dentre outras. Em Minas Gerais, o PT fez sete prefeituras, sendo que, em duas delas, os metalúrgicos fizeram a diferença, as de Ipatinga e João Monlevade. Em Belo Horizonte, o PT elegeu nove vereadores; o PCB, um vereador; e o PC do B, um vereador. Em Contagem, o PT elegeu cinco vereadores, entre eles, Paulo Moura, um dos diretores de nosso Sindicato.

fim da polarização entre comunistas e capitalistas, o fim da Guerra Fria, e uma aparente vitória do capitalismo.

Esses acontecimentos tiveram muita repercussão nas esquerdas, em nível mundial, e, de forma mais efetiva, nos partidos comunistas caracterizados como stalinistas. Nossa organização política, a CS, era de orientação trotskista e, portanto, tinha, na sua doutrina, a crítica contundente aos PCs por causa das formas de condução das lutas revolucionárias, desde a vitória na Revolução Russa até o processo de burocratização stalinista na URSS. Nesse contexto, enquanto militantes socialistas e trotskistas, vivíamos um paradoxo. Por um lado, havia satisfação de saber que estávamos certos com relação às divergências com o modo operante aplicado pela direção comunista no leste europeu, na condução do processo de construção do socialismo. Por outro lado, esses acontecimentos causaram um impacto bastante negativo no movimento operário, na esquerda de modo geral e, nos anos seguintes, significaram uma ducha de água fria na construção das correntes socialistas revolucionárias. No Brasil, a ascensão do PT ofuscou, bastante e durante um bom tempo, a escalada global da propaganda anticomunista, que só conseguiu consolidar-se muitos anos depois.

A greve de ocupação requer um nível de organização avançado e pode gerar uma radicalidade, uma vez que ocupar é uma ação física, não apenas discursiva. Em Minas Gerais, o caso mais divulgado pela mídia, e, certamente, o mais impactante, foi a ocupação da Mannesmann, em 1989. A invasão da CSN³⁵ por tropas do exército em 1988, provocando a morte de três trabalhadores, produziu, em nosso agrupamento, grande comoção, o que nos levou a elaborar uma estratégia de ocupação que nos oferecesse segurança, evitando que a situação da CSN se repetisse.

No confronto com a polícia e o exército dentro da CSN, três jovens operários foram mortos, Carlos Augusto Barroso, de 19 anos, Walmir Costa Monteiro, de 27 anos, e Willian Fernandes Leite, de 22 anos. Além disso, nove companheiros ficaram feridos e até hoje, não houve nenhuma punição para quem comandou o massacre, apesar das duras críticas feitas pela oposição e pela mídia nacional.

³⁵ Companhia Siderúrgica Nacional.

Imagem 22 – Imprensa noticia mortes na invasão da CSN.



Fonte: Projeto Memória “50 anos das oposições sindicais”. IIEP, 2008.

Sabíamos que era necessário utilizar métodos que melhorassem nossa ação, aumentassem a pressão sobre os patrões o que, consequentemente, melhoraria nossas chances de ver atendidas as nossas reivindicações. Dessa forma, escolhemos, na Mannesmann, ocupar o setor dos altos-fornos³⁶ e, explicitamos que, em caso de invasão, danificaríamos os equipamentos. De fato, havia em nosso grupo uma disposição de cumprir a ameaça, caso a invasão e consequente repressão acabassem por acontecer. A estratégia de ocupar e de indicar uma possível interferência nos meios de trabalho demorou alguns dias, mas acabou suscitando uma postura de negociação, por parte da empresa, e uma preocupação ampliada, envolvendo o poder público, estadual e federal.

Era impossível, naquele momento, tirar da cabeça o episódio da CSN. Foi em novembro de 1988, uma ação de extrema violência, desencadeada pela união de duas forças de repressão, o exército, a mando do governo federal, e um batalhão da polícia militar, invadindo a empresa onde os trabalhadores estavam em greve, exigindo reposição salarial de

³⁶ O Alto-forno é um equipamento que, uma vez funcionando, exige todo um procedimento para ser desligado. Quando o desligamento é feito fora de certas normas, perdem-se componentes importantes, cuja manutenção seria cara e lenta. Tempos depois, soubemos que os estrago ao alto-forno, nas condições daquela época, não teria a dimensão que pensávamos.

26%. O índice de reajuste do salário mínimo havia sido arrojado pelo cálculo oficial da inflação no Plano Bresser.

Acho que o negócio da Mannesmann de fato importante é porque foi uma greve muito importante pra a região, foi uma greve muito importante nacionalmente, foi uma greve que repercutiu em todo o país depois daquela ocupação que teve da usina em Volta Redonda, no final de 1988, e que teve aquele desfecho trágico, com o exército que invadiu e matou três companheiros.

A ocupação da Mannesmann acabou polarizando as atenções no país, repercutiu, e repercutiu muito na categoria, e, como eu te disse, já antes, no áudio anterior, que eu mandei sobre o problema de organização de base, ela permitiu, ela gerou um processo de vanguarda muito importante, porque foi uma luta que surgiu em meio a uma mobilização mais geral da categoria, aquela greve geral que nós fizemos em 1989.

Tanto a Mannesmann como a Belgo Mineira né, são as duas grandes siderúrgicas, houve uma ocupação da fábrica pelos trabalhadores por uma política da direção do sindicato. Essa ocupação na Belgo resolveu meio que rapidamente, porque, como a força do movimento era muito grande e a repressão, também, e já tinha havido aquela tragédia de 1988 em Volta Redonda, a repressão também tratou o movimento com mais cuidado.

O Governador do Estado, Newton Cardoso, sendo quem ele era, ou seja, essa coisa aí que era o PMDB, a corrupção, essa coisa toda, ele não era tonto, não é como diz o outro, não rasgava dinheiro, não estava a favor de se jogar dentro numa fogueira. Então, a repressão tratou com certo cuidado. O acordo da Belgo saiu assim, você se lembra como é que foi, o comandante da polícia do 18º batalhão nos chamou lá pro batalhão, chegamos lá, estava a direção da Belgo dentro numa sala, ele enfiou a gente dentro da sala e falou: “Resolva essa merda aí, que eu não vou botar soldado para brigar com trabalhador não, ficou o dia inteiro em reunião!” Acabou a Belgo cedendo, saiu aquele acordo lá dos 28%, que resolveu o problema da ocupação na fábrica.

Eu até achei, depois daquilo, que a solução do problema da Mannesmann era fácil, até voltei pra dentro da Mannesmann animado, falei: “Bom, gente, agora é só estender o acordo da Belgo pra cá e está resolvido o problema!” Bom, mas não resolveu, a direção da empresa radicalizou, ela não aceitou sequer conversar com o comandante do choque. No caso lá, de Belo Horizonte, era o 5º Batalhão, que era o batalhão do choque para quem foi encaminhada a ordem de desocupação da fábrica que a justiça deu. Ele tentou falar com a empresa, a empresa não quis falar com ele, porque não quis cair na mesma esparrela que o pessoal da Belgo caiu e ele tentou falar conosco, né, com a Ellen. Naquela época, a Ellen falou: “Olha, não dá pra conversar, tem que ter uma solução pra isso aí. Os meninos tão lá dentro, tão radicalizados, os trabalhadores tão radicalizados!” O movimento, de fato, estava muito forte. (Relato do ativista Zé Maria, 2020).

A Ellen, a quem o Zé Maria se referiu na sua narrativa, era a Dra. Ellen Hazan, que, na época, coordenava o departamento jurídico do nosso sindicato. Ela participava das negociações com a patronal. Por muitas vezes, principalmente quando o movimento chegava a um impasse, tinha papel importante nas tentativas de abrir algum canal de diálogo.

Zé Maria trouxe, ainda, importantes recordações do ambiente de trabalho dentro da Mannesmann.

No princípio daquela ocupação, nós chegamos a ter cerca de 2.000 trabalhadores por turno dentro da fábrica, de gente com muita disposição, foi uma coisa muito bonita.

Quando começou a ocupação, eu acabei entrando pra dentro da fábrica, porque havia dificuldade com os camaradas que estavam lá de garantir as coisas e nós fomos chamando o pessoal pro alto-forno, juntamos uma parte dos trabalhadores no alto-forno e fizemos uma assembleia com todo mundo, pra decidir começar a greve, ocupar a empresa e, aí, parar o resto da fábrica.

E foi interessante que, já no começo, era uma coisa tão radicalizada que a empresa mandou os guardas lá falar comigo, porque eu tinha que sair da fábrica, eu não era da fábrica, não podia estar lá dentro. Aí, o coitado do guarda chegou com todo cuidado perto de mim e falou: “Seu Zé Maria, eu... eu... a direção da empresa falou que o senhor tem que sair.” A peãozada quase bateu nele, coitado, eu tive que defender o cara, porque os peões queriam bater nele, porque ele estava lá enchendo o saco. (Idem).

A greve de ocupação exige cuidados específicos para a sua condução, uma vez que não basta paralisar a produção, mas, em algum nível, é preciso um comando sobre o território ocupado, com atenção para que as coisas não transcorram com riscos para quem está dentro da ocupação. O relato de Zé Maria a esse respeito é muito interessante e pontua alguns fatos que ocorriam no calor das mobilizações.

Fizemos uma assembleia e foi muito legal. Votou a greve e nós fizemos um chamado, que era o seguinte: “Bom, gente, quem topa aqui sair agora, nós estamos procurando organizar grupos para fazer uma varredura na empresa, passar em todos os setores e parar tudo e trazer todo mundo pra cá, não pode ninguém continuar trabalhando, nem no escritório, em canto nenhum.”

Cara, surgiu um monte de gente e se organizaram, eu nem sei exatamente quantos eu organizei. Cinco grupos que saíram e depois um monte de gente se juntando, “vamos lá em tal setor”. A turma mesmo se juntou e saíram dando volta na fábrica, parando todo mundo. Eu me lembro que, quando começaram a voltar os grupos, algumas horas depois, voltou um pessoal já com a camisa toda enrolada na cabeça, que a turma não é tonta, né, tomava esse cuidado. Como eles vão sair fazendo piquete, eles pegavam, enrolavam uma camisa na cara, pra chefia não ver quem é, essas coisas todas.

Aí, voltam uns caras rindo, mas morrendo de rir, contando que eles entraram no escritório, o escritório que tinha ali perto da portaria 4, lá embaixo. Entraram, dando com um pedaço de cano, né, batendo em cima das mesas e botaram todo mundo pra correr, mandaram todo mundo embora, e saiu gente pela janela e aquela coisa. E o cara contando e rindo. E falou: “Tem uma dona lá que deu um piripaque, caiu lá, e tiveram que chamar ambulância para levar a mulher embora.” E o cara rindo.

Aquilo me deu um frio na espinha, eu falei: “Putá que pariu! Se essa mulher morrer, nós estamos fodidos e o cara rindo, rapaz!” A turma não estava nem aí. De fato, a mulher foi levada para o hospital, felizmente ela não morreu. Ela levou um susto, passou mal com o piquete, que entrou dentro do setor que ela trabalhava, mas parou a fábrica toda. Então, a turma estava com uma força, um negócio impressionante, e aí se organizaram, é plantão para tomar conta da portaria dos trabalhadores, quem tomava conta da portaria, quem entra, quem não entra e quem sai. (Idem).

Naquela ocupação, houve um nível de ingerência dos trabalhadores na gestão da fábrica.

Até a chefia, pra sair, tinha que ter autorização do comando de greve. e então, era uma coisa assim, muito, muito legal, sabe, um processo de auto-organização imensa. Daí surgiram esses ativistas, né, depois, nos perdemos lá na frente. Por falar nisso... bom, aí começam a aparecer os problemas na medida que a coisa... e começa a estender no tempo. (Idem).

José Maria de Almeida, o Zé Maria, teve papel destacado na ocupação da Mannesmann em 1989. Esteve, em todos os momentos, à frente do movimento, permanecendo dentro da fábrica, até o final da greve. Embora bastante jovem, tinha já muita experiência. Iniciou sua militância no final da década de 1970, em Santo André, no ABC paulista. Era fresador ferramenteiro e militante da Convergência Socialista. Veio para Contagem no início de 1984 e teve relevante papel em nossa vitória nas eleições do sindicato. Por não haver uma organização de base anterior, quem estava conduzindo o processo com mais responsabilidade era o Zé Maria, que conhecia muito pouco, ou quase nada, das dependências da empresa. O pessoal nosso, ligado ao sindicato, também não tinha visão de conjunto do funcionamento da fábrica.

Nós acampamos todos e concentramos o pessoal no alto-forno, mas a turma do alto-forno, mesmo, foi toda embora pra casa, não ficou na ocupação. Era um setor mais atrasado dos trabalhadores, como sempre, muito fodido, explorado e foi embora, não ficou lá. E nós fomos ficando e, na medida que a direção da empresa não quis fazer uma negociação de imediato, foi passando o tempo. Diferente daquela greve de 88, que pegou ela de surpresa, parou a fábrica com o forno cheio e ela teve que fazer uma negociação rápida com a gente, e você se lembra da campanha salarial, nós conseguimos quase tudo que pedimos. Já na ocupação de 89, a empresa estava esperando que a gente fizesse a greve, então, ela havia esvaziado e abafado o forno. Então, a pressão sobre ela, a possibilidade de estragar o forno, não existia naquele momento. (Idem).

Essa greve teve grande repercussão nos meios de comunicação, talvez pela recente ocupação da CSN e de seu desfecho desumano, ou mesmo por se tratar de um ano eleitoral. O *Jornal do Brasil* trouxe, inclusive, aspectos peculiares da vida social em torno da greve.

Imagem 23 – Matéria “O carinho da família”, do *Jornal do Brasil*, de 20 de março de 1989.

O carinho da família

Mulher de grevista tranqüiliza marido e apóia movimento

Os metalúrgicos em greve que estão ocupando há outro dias a trefilaria da Belgo Mineira, na cidade industrial e a Siderúrgica Mannesmann, no Barreiro, em Belo Horizonte, receberam ontem, através das cercas e muros o carinho de suas famílias. “Vim ver se ele precisa de alguma coisa e dar uma força, para ele não precisar sair. Em casa, eu seguro as pontas”, disse a mulher de um operador de máquinas que trabalha há 13 anos na Belgo.

“Sabemos que a polícia vai nos tirar daqui e não demora. Sabemos que vamos carregar essa greve para o resto da vida. Mas, nosso maior orgulho é ter parado isso aqui”, disse o metalúrgico, que ganha NCz\$ 270,00 por mês, emocionado com a visita da mulher e dos três filhos menores. A visita das famílias foi incen-

tivada pelo sindicato, que colocou carros de som pelas ruas de Contagem. A intenção era dar força aos ocupantes das indústrias.

Consciente de seu papel de veterano, o operador de máquinas disse que está empenhado em dar apoio aos grevistas mais jovens, que nunca passaram por greves. “A luta é isso, tenho de dar o meu exemplo. Não podemos arriar. Vamos levar o barco até o fim”, disse ele. Revelou que os grevistas mais “velhos de casa” ficam próximos às saídas, nos finais de turno, conscientizando os mais jovens.

“Acho que o salário é baixo para o que faço e só temos tido aumentos oficiais”, disse ele, exibindo marcas no braço de queimaduras provocadas por arame quente. Ele se queixa que “não tem vigilante aqui. Tem é um batalhão de carrascos. Até o convênio médico faz o jogo da companhia. Os doentes têm que tomar um analgésico e ir trabalhar”. Conversando com a família através das frestas do muro, ele promete aos filhos recompensar a ausência: “Depois nos recuperamos”, fala com carinho.

Marcel Paluti - Agência Extra



Grevista da Mannesmann: maior orgulho de ter parado

Fonte: Arquivo de Geraldo Baulino.

Imagem 24 – Matéria “Metalúrgicos mantêm atividades”, do *Jornal do Brasil*, de 20 de março de 1989.



Na rua, em frente à aciaria, show divertiu operários em greve

Metalúrgicos mantêm atividades

Maurício Tara

CONTAGEM, MG — Na manhã do sétimo dia de greve e de ocupação da trefilaria da Belgo-Mineira, os metalúrgicos organizaram, no pátio, uma pelada, como vêm fazendo todos os dias. No resto da manhã, a rotina foi quebrada: o Sirdiçato organizou um *show* para alegrar e manter o ânimo dos grevistas. Era necessário, segundo um diretor do Sirdiçato, atravessar o domingo sem esvaziamento da greve e da ocupação, porque para hoje, dia útil, espera-se que o movimento cresça.

Na troca de turno da manhã, entre 6h20 e 7h, entraram cerca de 15 operários para fazer o revolvimento dos que estavam lá dentro. Foi pouco, na avaliação do líder dentro da trefilaria, o diretor do sindicato Normando Damasceno, uma das três cabeças exigidas pela Belgo para continuar as negociações. Damasceno admitiu que o número de ocupantes da indústria ontem era de 200 homens. Na véspera ele afirmou: “400 pessoas é o número ideal para reagir à altura num enfrentamento com a polícia”.

Experiência — Damasceno garantiu que o ânimo do pessoal, segundo os mais antigos, superava em muito o da greve de 1968, a última que paralisou a trefilaria da Belgo-Mineira. Ele admitiu que “o medo é muito grande” com a expectativa de invasão pela polícia, mas todos estão na “preparação para uma guerra. Há o medo, mas também a confiança de todos no movimento”. Damasceno tem 25 anos e con-

fessou nunca ter participado de uma greve “pesada” como esta.

Um dos grevistas trabalha há 21 anos na trefilaria e participou da greve de 1968. “Essa greve está mais organizada. Em 68 perdemos, depois de uma semana, porque o pessoal cedeu”. Ele contou que os operários foram saindo, primeiro pulando o muro e depois pelos portões mesmo. Ele mesmo foi um dos que saíram. “Aí, começaram a buscar o pessoal em casa. Depois de alguns dias a indústria já estava funcionando e eu também vim trabalhar”, disse. Ele tem falado da greve de 68, principalmente para os mais jovens. “Falo que temos que agüentar, desta vez temos que ganhar”.

Dignidade — Para o deputado Célio de Castro (PSDB-MG), eleito com apoio do PC do B, essa greve “transcende o econômico, é a própria dignidade do movimento sindical. A empresa quer que os trabalhadores se curvem humilhados à demissão dos três dirigentes sindicais”. Célio de Castro esteve na porta da trefilaria da Belgo-Mineira, para “ratificar o apoio” aos grevistas.

Ele afirmou que os metalúrgicos estão “defendendo o direito de representação, que é um direito elementar da democracia”. Acusou as empresas de mostrarem-se incompetentes para trabalhar pela democratização do país. “Quem está lá dentro é que está lutando pelo projeto democrático no Brasil. Há uma incapacidade histórica das burguesias brasileiras de avançar com o projeto democrático.

Contagem, MG - Agência Extra



Deputado temia invasão pela PM

Empregado (licenciado) há 21 anos da aciaria da siderúrgica Belgo-Mineira, em João Monlevade, e tido como principal líder sindicalista no Vale do Aço, o deputado federal João Paulo Pires de Vasconcelos (PT/MG) esteve toda a madrugada de sábado em frente à trefilaria e se declarou convicto de que a empresa iria autorizar a invasão das tropas da Polícia Militar. “A Belgo vai tentar usar todos os meios, inclusive a polícia”, disse o deputado, que, em 1986, ano de sua eleição, comandou uma greve de 23 dias, sendo 18 de ocupação, na aciaria.

João Paulo, 57 anos, disse que, na greve de 1986, os metalúrgicos de Monlevade assumiram o

Fonte: Arquivo de Geraldo Baulino.

Zé Maria relatou os momentos de tensão no interior da fábrica e a busca de mecanismos que pudessem fazer com que os patrões fossem mais flexíveis e negociassem com os trabalhadores. O clima era de muito receio, primeiro, de que a polícia invadisse a

fábrica e, segundo, de que o enfrentamento ocorrido entre operários e a polícia na CSN em Volta Redonda se repetisse.

No segundo ou no terceiro dia que a gente estava lá, a gente dormia ali mesmo, embaixo do alto-forno, mas, um dia, disparou um alarme lá à noite, a gente não sabia o que fazer, uma confusão. A gente não sabia o que estava acontecendo e só conseguimos sossegar depois que localizamos a campainha, fomos lá, cortamos o fio e parou, não sabíamos porque aconteceu aquilo. Ou então, depois, já no sexto ou sétimo dia de ocupação, sei lá, que a gente resolveu fazer uma operação pra pressionar a empresa.

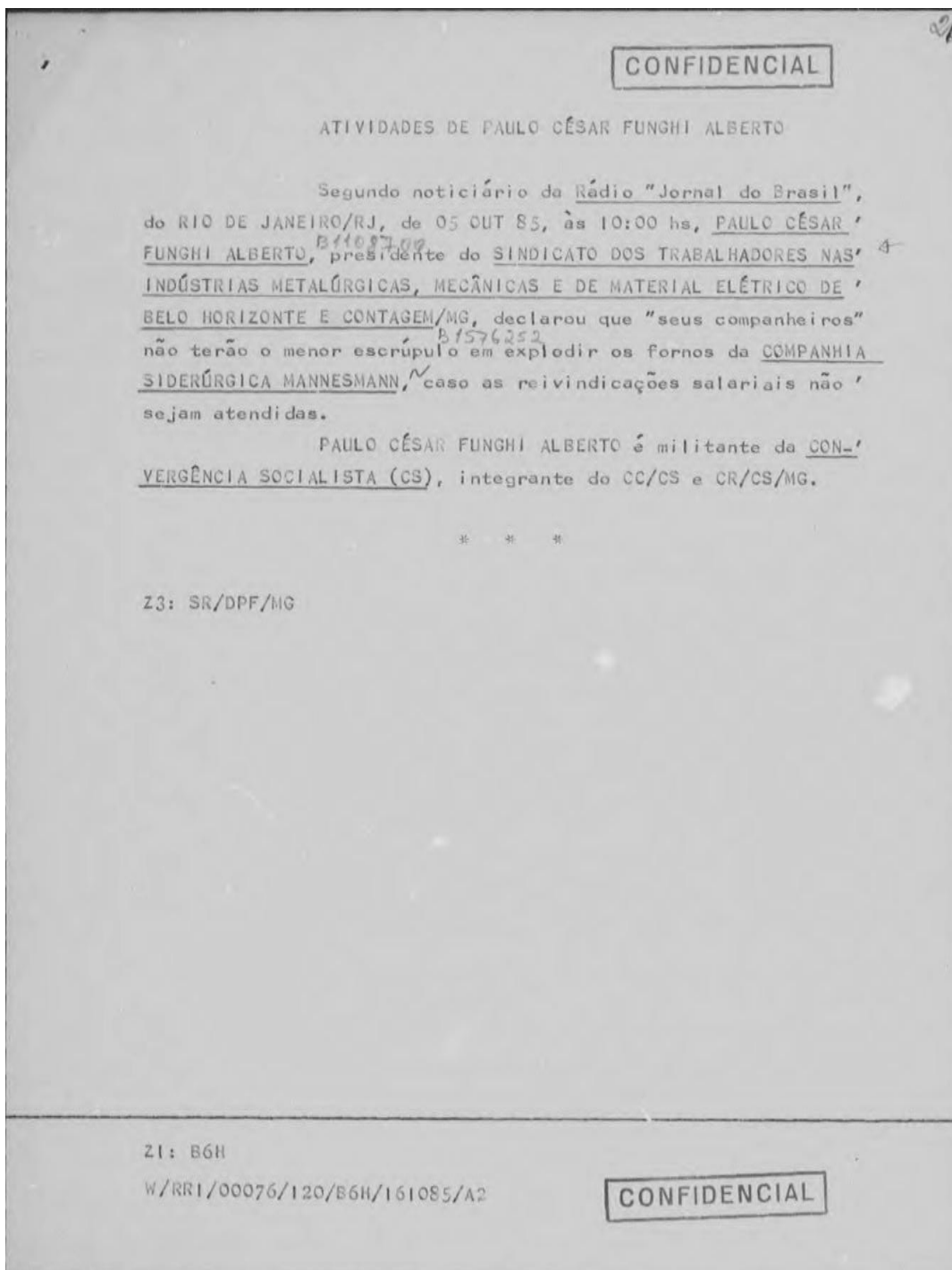
Não sei se você se lembra disso, eu morro de vergonha dessas coisas, depois que a coisa passa, que você vai ver a merda, nós tentamos, lembra, conseguir apoio do pessoal de Timóteo, que tinha gente que conhecia melhor os altos-fornos pra poder dar opinião pra gente. Tentamos com o sindicato dos engenheiros, e ninguém quis dar opinião pra gente, porque a turma tinha medo do que estava acontecendo.

Para poder ameaçar a empresa, nós resolvemos cortar uma água que ficava caindo em torno do alto-forno o tempo todo, como se fosse pra resfriar e nós achamos que aquilo ali tinha uma certa importância. Achamos o lugar de fechar o registro da água e falamos pra imprensa que a gente estava fechando aquilo lá, se estragasse o forno, a culpa era da empresa que não queria negociar com a gente. Bom... e fechamos.

Depois que acabou a greve, a Ellen foi conversar com um cara do sindicato dos engenheiros, e o cara disse pra ela que aquilo que fizeram lá, na verdade, ajudou a empresa, porque aquilo ali permitia que o forno ficasse mais tempo abafado sem esfriar por dentro, e dava mais sobrevida àquela situação. Pra você ver a quantidade de bobagem que a gente fez por não conhecer direito o processo de produção da fábrica. (Idem).

Os documentos do SIAN indicam que os aparelhos repressivos da época tratavam de acompanhar as tensões de uma greve de ocupação e se valeram da narrativa de alguns meios de comunicação sobre as posições da direção do nosso Sindicato.

Imagem 25 – Relato do serviço de inteligência do Estado.



Fonte: SIAN. Processo nº 11302/85.

Toda greve, em determinado momento, perde força. A negociação é parte da greve e reflete as condições conjunturais, a capacidade do sindicato em debater com a patronal e, claro, a mobilização da base. Da greve na Mannesmann, em 1989, no plano imediato, obtivemos um acordo razoável.

Imagem 26 – Matéria sobre a Greve de 1989 na empresa Belgo Mineira.



Apesar das retaliações, empregados continuam a ocupar a fábrica da Belgo-Mineira

Metalúrgicos continuam parados

CONTAGEM, MG — Cerca de 27 mil metalúrgicos deste município e de Belo Horizonte, segundo o sindicato da categoria, continuam em greve ontem. Na treliçaria da siderúrgica Belgo-Mineira e na usina da Mannesmann, a produção continuava, pelo terceiro dia, totalmente paralisada e os empregados, como nas demais indústrias, reivindicando reposição salarial de 83,64%. A tarde, a Belgo informou que ingressou na Justiça do Trabalho com ação de reintegração de posse, para retirar os metalúrgicos que mantêm a fábrica ocupada desde as 15h de segunda-feira.

"A disposição de continuar aqui dentro e a nossa resistência não tem limites", declarou, do lado de fora da treliçaria, o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, o vereador Paulo Moura (PT), durante a assembleia para cerca de 400 metalúrgicos no interior da treliçaria. Em resposta à medida, adotada pela manhã, de suspender o transporte dos 2.800 metalúrgicos da treliçaria e, à tarde, de cortar a alimentação, a partir do jantar, o dirigente afirmou: "Não vai ser na base da fome que a empresa vai quebrar a nossa resistência, porque já nos paga um salário de fome".

Tensão — Na madrugada de ontem, o clima foi tenso em frente à treliçaria da Belgo, diante das notícias que circulariam no começo da noite, de que haveria uma "invasão" por soldados do batalhão de choque da Polícia Militar, com sede na capital. "A coisa parece que vai caminhar para uma volta redonda (invasão da Cia. Siderúrgica Nacional, em novembro, por tropas do Exército e que resultou na morte de três metalúrgicos) a partir das 21h45, quando chegaram cerca de 45 soldados do batalhão de choque e outras dezenas em cinco ônibus especiais", disse Paulo Moura. Mas, graças à disposição do prefeito de Contagem, Ademar Lucas (PSDB), de ir para a portaria da Belgo, a situação caminhou para a ne-

gociação de uma proposta da empresa de antecipação salarial de 25% (já havia garantido, antes da greve, 15%). A proposta foi rejeitada na assembleia realizada às 7h, na troca de turno. O prazo dado pela Belgo expirou às 8h.

Diante da suspensão do transporte, o sindicato passou a apelar aos empregados da Belgo que se dirijam à fábrica usando os coletivos comuns, para fazerem o revezamento da ocupação. A alimentação dos que não puderem ir em casa e voltar com marmitas será garantida pelo sindicato, anunciou Paulo Moura.

Na Mannesmann, onde trabalham 9.800 pessoas e que está com a produção paralisada desde as 14h de terça-feira, o gerente de comunicação social, Antônio Carlos Ratton, disse que "a ocupação da fábrica é pacífica e os trabalhadores mantêm em funcionamento as atividades essenciais".

O presidente do sindicato, Paulo Cesar Funghi, disse que o movimento está crescendo e que ontem eram em torno de 27 mil os metalúrgicos em greve, contra 24.500 na véspera.

□ O ministro da Justiça, Oscar Dias Correa, disse ontem que ficou "espantado", quando soube da avaliação do presidente da CUT, Jair Meneguelli, sobre as perdas acarretadas pelo movimento grevista, de US\$ 1,6 bilhão. Sem mencionar o nome de Meneguelli, o ministro observou que estava "profundamente entristecido" ao ver "um elegante líder sindical se vangloriar" do prejuízo que a greve trouxe ao país. Dias Correa condenou os prefeitos petistas que aderiram ao movimento. Disse que eles foram eleitos pela população para trabalhar e não para "atender a interesses grevistas". Segundo ele, a paralisação foi geral para aqueles que tinham interesse em ver o movimento desta forma.

Operários mantêm greve em Blumenau

FLORIANÓPOLIS — Em clima tenso, quase 40 mil operários do principal parque têxtil da América Latina permanecem em greve em Blumenau, no Vale do Itajaí (150 quilômetros da capital). A paralisação já dura uma semana. "O movimento prossegue até os patrões abrirem negociações", garantiu o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, Omar Zimmermann, que diz que a adesão é de 90% da categoria. Ulrich Kuhn, presidente do sindicato patronal, passou um dia tenso ontem, em contato com autoridades policiais, para tentar assegurar o retorno de parcela dos operários às fábricas. Vários ônibus foram apedrejados e tiveram pneus furados, obrigando o proprietário da empresa Glória a redobrá-los, tumultuando ainda mais a situação na cidade.

Apesar de existir desde 1941, o sindicato dos trabalhadores nunca esteve à frente de uma greve. "As antigas diretorias, em combinação com os patrões, fechavam acordos salariais em gabinetes e nunca levaram as decisões às assembleias", denunciou Zimmermann, que assumiu a entidade há pouco mais de um mês, através de uma chapa de oposição. "Foi uma mudança radical", disse ele. Com quase 40 mil filiados, o sindicato é um dos mais fortes do Brasil, já que a admissão nas empresas representa filiação automática à entidade, exceção aos cargos a partir de gerência. Neste movimento, os trabalhadores exigem 87,6% de recuperação de perdas salariais, além de garantia de emprego e pagamento dos dias parados.

Em Criciúma, no Sul do estado, cerca de 10 mil mineiros de carvão das empresas privadas também permanecem em greve desde a última segunda-feira, reivindicando o cumprimento do ganho de causa que lhes deu o TRT, concedendo 103% de reajuste, entre perdas salariais, produtividade e IPC integral.

Fonte: Jornal do Brasil, 17/03/1989

A partir da memória, é possível debater alguns equívocos de nossa direção à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. A distância do tempo e o recurso da memória permitem uma avaliação que, em um contexto de acirramento, não é favorecida. Houve uma situação de enfrentamento do nosso Sindicato com a empresa Mannesmann, cujo acúmulo de lutas acabou se constituindo como uma referência para os metalúrgicos, mineiros e brasileiros, teve grande repercussão, evidenciando que, nem sempre, os ganhos econômicos andam junto com os ganhos políticos e que, para o Sindicato, essa linha é tênue. Para Zé Maria, esse caso ilustra um erro de avaliação do sindicato.

Eu queria falar de um exemplo que, na minha opinião, é trágico e de novo é um problema de responsabilidade minha, que é o processo da Mannesmann, eu já falei num outro áudio para você, da importância do processo, da quantidade de ativistas que aquilo ali gerou, foi um processo muito importante. Mas, veja, nós saímos daquela greve e conseguimos organizar e garantir estabilidade para 25 ativistas, cara. 25, que era o que havia de melhor na fábrica. Desses 25 caras, 7, 8, 9 caras, pelo menos, se a gente tivesse dado um pouco de atenção, nós os transformaríamos em excelentes dirigentes para o sindicato e muitos deles dirigentes políticos, dirigentes partidários, dirigentes socialistas, porque eram uns operários com grau de esclarecimento, de inteligência, de vivacidade, era uma coisa impressionante. E a gente conseguiu, justamente sabendo que a empresa iria demitir o melhor da vanguarda, nós tratamos de preservar esses companheiros, aproveitando aquele período de estabilidade que conquistamos com a greve, colocamos 10 no sindicato e colocamos 15 na direção da Federação, não sei se você se lembra desses detalhes todos. Isso foi depois daquela greve de 1989. (Idem).

Esse caso da Mannesmann, a que Zé Maria se refere, mostra os desafios de um sindicato, que se traduzem em agir para proteger empregos e ter a inteligência suficiente para conduzir as ações e as negociações. Vejamos outra fala de Zé Maria:

O que acontece? Vem 1990, posse do Collor. O Collor ganha as eleições no final do ano. E nós tínhamos uma avaliação do governo Collor, do ponto de vista estrutural do governo, que era correto, era um governo frágil, que tinha uma base social constituída no interior da burguesia e que tinha sido uma improvisação. E ele, tampouco, tinha uma base social embaixo, não é? E estava certa esta caracterização. Estruturalmente, era um governo frágil, tanto assim que caiu dois anos depois.

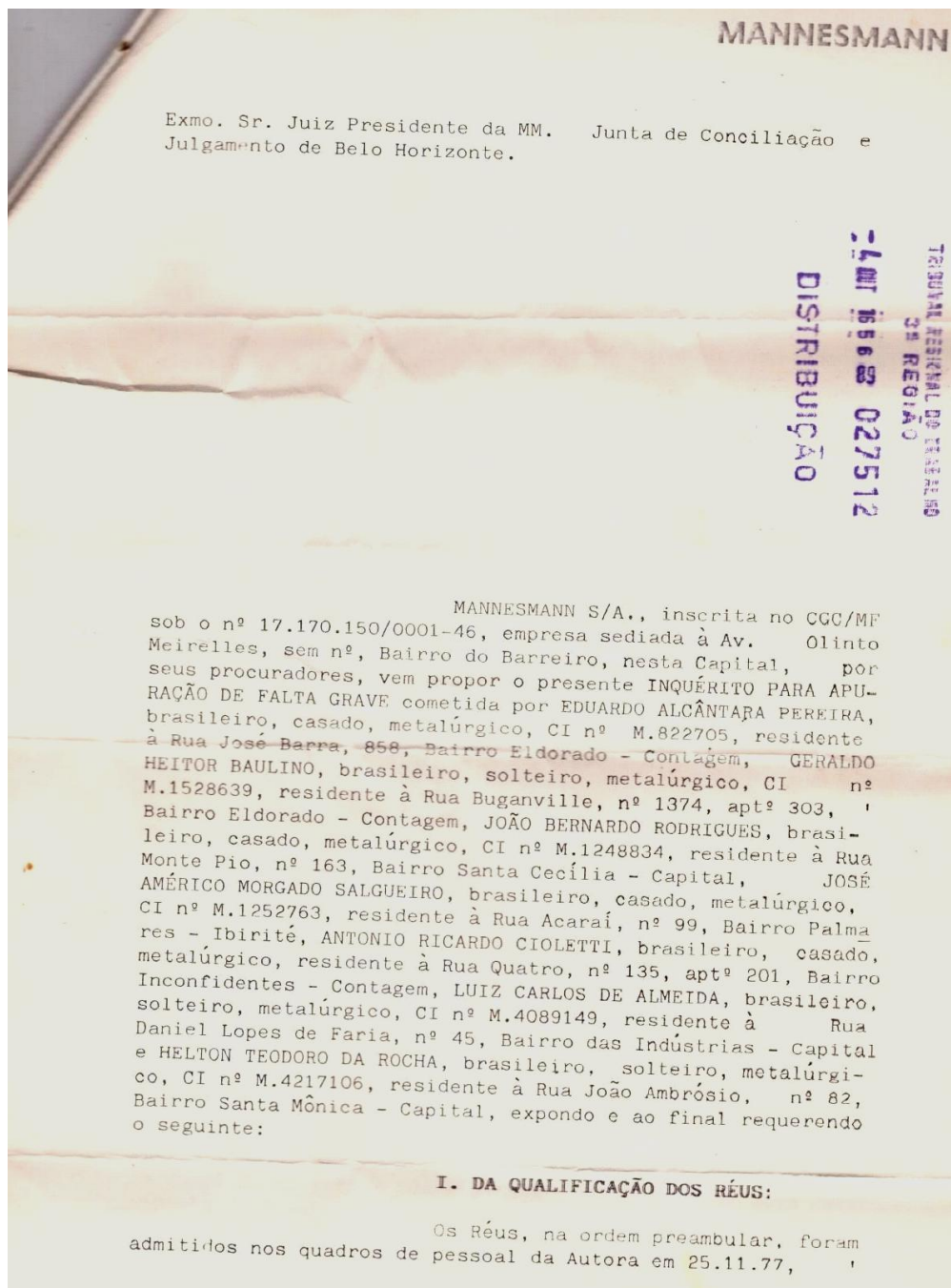
O problema é que, na conjuntura, ele assume como primeiro Presidente eleito depois da Ditadura Militar e toma uma série de medidas de mudança na economia que geram uma retração da economia, uma recessão grande. Com recessão, demissão pra todo lado, aquele governo tinha muito mais força, até porque era o primeiro governo eleito depois da Ditadura que nós subestimamos completamente. A gente partiu de uma ideia geral que era correta, que o governo era fraco, dizíamos que o governo tinha pés de barro, então, vamos tocar as coisas tal como vínhamos antes. E tivemos uma série de orientações ultrasquerdistas em muitas lutas que nós impulsionamos naquele momento.

E olha o que vem, começa como parte da situação econômica do país um processo de demissão na Mannesmann. A gente busca a negociação com a empresa. A empresa segue demitindo e simplesmente não se importa com aquilo que queremos

fazer. Fomos na portaria da empresa e tentamos parar os trabalhadores, fazer assembleia e não havia disposição de luta por parte dos trabalhadores que pudesse aumentar, digamos assim, a pressão da empresa para parar as demissões. E o que nós fizemos, Paulo, fomos para o sindicato, fizemos um cartaz e colocamos a foto dos diretores da Mannesmann, da diretoria administrativa da empresa, que eram quase todos alemães, comparando com Hitler, com os nazistas. Um cartaz com aquela suástica bem grandona, e pregamos no Barreiro inteiro. Dia seguinte, a empresa demitiu por justa causa os 25 ativistas que nós tínhamos posto, 10 no sindicato e 15 na Federação. Não sobrou nada. (Idem).

Realmente foi um grande erro, uma atitude extremada que, sem dúvida, comprometeu todo um trabalho de organização que havíamos construído no chão da fábrica. Não se trata aqui de tentar achar culpados para justificar o erro. Acredito que, pelo menos, duas questões contribuíram para nos induzir ao erro: a primeira foi não medir a reação dos diretores da Mannesmann, em maioria alemães, na medida em que os acusamos de nazistas, sabendo que a pecha de nazista mexia profundamente no emocional dessas pessoas; em segundo lugar, não dimensionamos bem a correlação de forças entre trabalhadores e patrões no interior da empresa. Para nós, a vitória da greve de ocupação havia modificado as relações internas a tal ponto que seria possível impedir qualquer reação da empresa contra os trabalhadores, por receio de inflamar novamente o pessoal, criando condições de nova paralisação.

Imagem 27 – Telegrama da Mannesmann para o Ministério Público do Trabalho.



Fonte: Arquivo de Geraldo Baulino.

Podemos avaliar a greve na Mannesmann como uma derrota política para o nosso sindicato, como uma derrota pessoal e como uma derrota para muitos trabalhadores, que ficaram desempregados, o que não deixa de ser uma derrota política, pois cria uma repercussão negativa, de medo, entre o conjunto dos trabalhadores.

Veja, porque nós tomamos para nós e transformamos a luta que deveria ser dos trabalhadores contra a exploração que eles estavam sofrendo, contra o abuso dos patrões que estavam demitindo os trabalhadores numa luta nossa, do sindicato contra a empresa. Só que quem levou a bucha não fomos nós, porque a direção do sindicato estava resguardada, tinha o poder legal, quem se ferrou foram os trabalhadores que estavam embaixo.

Nós fomos para a justiça, mas você sabe o resultado disto. A consequência, Paulo, disso, porque que é trágico, era a maior empresa da categoria, nós tínhamos um grupo de ativistas que era uma coisa maravilhosa e não sobrou pedra sobre pedra. E nunca mais, Paulo, se conseguiu retomar o trabalho de organização da fábrica, até hoje, quantos anos se passaram disso, foi em 90, trinta anos. Olha, a situação da Mannesmann hoje, deve ter entre 100, 130 filiados no sindicato, em uma empresa daquele tamanho. Foi uma tragédia, foi um erro ultraesquerdista nosso, que gerou uma provocação e a provocação resultou na demissão dos companheiros. Se nós não tivéssemos feito nada, esses 25 trabalhadores estariam garantidos lá dentro. Pode ser que não, pode ser que viesse pancada lá na frente, nós sabemos que os empresários não são justos, agora isso não diminui o tamanho de erro que nós cometemos, porque nós provocamos uma situação que facilitou eles fazerem o trabalho sujo que queriam fazer, e nós não conseguimos manter aqueles camaradas e, muito menos, organizar o interior da fábrica.

Esse tipo de erro, é muito importante lembrar, esse tipo de erro, nós cometemos várias vezes, de fazer a substituição, de levar a luta até um ponto que não deveríamos ter levado, de fazer prevalecer muito mais a nossa vontade do que as condições concretas dos trabalhadores de sustentar aquela luta. Nós não podemos propor uma luta agora sem pensar no dia de amanhã, nós temos de saber que as coisas não dependem só de nós. Nós temos que ter a nossa vontade. Neste mundo que a gente vive, não ganha os conflitos, não ganha a luta quem tem razão, ganha quem tem força, sempre foi assim na história da humanidade. (Idem).

De fato, uma avaliação malfeita pode levar um sindicato a cometer erros grosseiros, talvez irreparáveis. Esse foi o caso citado pelo Zé Maria, na nossa gestão, após a greve de 1989, em que perdemos uma “nata” de metalúrgicos dentro de uma empresa importante. Hoje em dia, relendo alguns escritos daquela época e recordando de alguns debates, reflito sobre as falas dos companheiros metalúrgicos do ABC. Muitas vezes, faziam críticas aos trotskistas, o que era direcionado à Convergência Socialista, em 1978, por ocasião da greve da Scania e das greves posteriores, por exemplo, a de 1989. Os trotskistas faziam uma avaliação de que vivíamos uma situação pré-revolucionária. Os sindicalistas do ABC diziam que essa situação revolucionária só existia na nossa cabeça, na cabeça dos trotskistas, e que éramos um bando de sonhadores. Falavam que a verdadeira revolução era fazer avançar o grau de mobilização e o nível de organização da classe trabalhadora. Discordavam da avaliação de que o capitalismo estava em crise, de que era possível, por meio de uma mobilização permanente dos trabalhadores, derrubar o sistema.

Eu me lembro de quando militava na CS; a gente sempre estava avaliando se a situação era revolucionária ou pré-revolucionária. Isso era uma concepção, uma forma de ver as lutas de classe. Por vezes, a gente se confundia em nossos ideais, porque, na década de

1980, as lutas eram intensas e houve grande avanço na consciência de classe, mas isso não queria dizer que essas mobilizações, que as greves, ameaçavam o sistema capitalista. Essa postura diferenciava a CS, na estrutura sindical, na CUT e na crítica a outros sindicatos, de outras forças políticas, que, à época, considerávamos conservadoras.

Avalio, refletindo com o olhar que tenho hoje, que, na época, ouvíamos pouco a categoria, os trabalhadores. Possivelmente, por isso, muitos trabalhadores tentaram se aproximar do sindicato e se sentiam intimidados diante daquele ambiente onde reinava uma certa disputa de quem era mais à esquerda e quem era mais revolucionário. Tenho a impressão de que setores de vanguardas, em certas fábricas, buscaram se aproximar de nós, mas não sentiam a coragem de se colocar contra a visão da direção e, às vezes, acabavam se calando. Provavelmente, percebiam equívocos da direção, mas não tinham coragem de explicitar suas diferenças de ponto de vista.

A dificuldade para o dirigente sindical é que a contradição entre capital e trabalho nunca cessa. Entre erros e acertos, a reação é, quase sempre, cotidiana. No caso brasileiro, nunca tivemos trégua. As conquistas que tivemos em uma determinada negociação eram abafadas nos meses seguintes, com o peso da desigualdade social histórica. Sempre tentamos criar condições para aumentar a participação dos trabalhadores e tirar proveito das lutas anteriores. Sempre buscamos apoiar outras lutas comprometidas com a conquista de direitos para a classe trabalhadora.

Imagem 28 – Eu, Paulo Funghi, ao lado de Lula, Nilmário Miranda e Carlão.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Imagem 29 – Boletim Geral O Metalúrgico, n. 61, de 06 de maio de 1991.



Boletim Geral nº 61

O METALÚRGICO

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE RH/CONTAGEM 06/05/91



É GREVE GERAL!

Dirigentes das Centrais Sindicais, CUT e CGTs, decidiram convocar todos os trabalhadores para uma Greve Geral, nos dias 22 e 23 de maio. O objetivo da greve é derrubar a política econômica do governo Collor de Melo e por fim ao massacre da classe trabalhadora.

NÃO À RECESSÃO E À FOME

Basta Collor de governo, basta Collor de fome e sofrimento, de fome quem é. Este agonia da recessão levou milhões de pessoas à miséria e ao desemprego. No ano passado, o número de pessoas famintas foi o menor dos últimos 10 anos, no Brasil.

Desde que assumiu, Collor sequelou as míseras economias dos assalariados, com o corte da poupança, e congelou os salários. Collor conseguiu, em pouco tempo, colocar milhões de pais de família na rua.

busca de um pedaço de terra para poder plantar. Mas assistimos o grande rufão de hectares estão nas mãos de poucos latifundiários, protegidos pelo governo, e servindo somente para especulação. Para dar um basta a estas crimes impunes, e fazer a terra chegar mais barata à mesa dos trabalhadores, lutamos pela Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, e uma política agrícola para o país.

A luta dos trabalhadores tem travado os planos do governo, na nossa luta continua, contra as privatizações, em defesa das estatais.

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

- SALÁRIO:** Desde 1946, quando foi criado o Salário Mínimo, que o poder de compra do trabalhador não chegou a níveis tão baixos. Por isto, lutamos pela reposição das perdas e aumento real de salários.
- ESTABILIDADE:** O desemprego está em recorde de dia. Hoje, os trabalhadores vivem atrás da sobrevivência nas filas do seguro-desemprego, na fome e no frio. Em São Paulo, há mais de 1 milhão de desempregados. Por isto, lutamos pela estabilidade no emprego.
- REFORMA AGRÁRIA:** Centenas de assentados e dirigentes sindicais sofreram nos últimos anos. Os trabalhadores rurais não estão em

O plebiscito continua

Para fazer Greve Geral, é necessária organização em cada fábrica.

O Sindicato vai continuar a fazer a consulta à mesma categoria, através de plebiscitos. Nas fábricas onde a consulta já aconteceu, 90% dos trabalhadores são favoráveis à Greve Geral. Isto demonstra a grande disposição de luta, para enfrentar os ataques de Collor.

Também no dia 7 de maio aconteceu, no Sindicato dos Bancários, as

19 horas, a Plenária do Fórum Mineiro Contra a Recessão. Lá, estarão presentes várias categorias de trabalhadores, para discutir a preparação da Greve Geral.



1989: A HISTÓRIA DE UMA LUTA

No Brasil, na década de 80, os trabalhadores fizeram duas Greves Gerais. A primeira foi para o produtivo do país e a outra foi a defesa dos trabalhadores.

Em 88 quando os operários de várias empresas pararam em luta, foi a primeira experiência. O movimento serviu para que os patrões e governo sentissem na pele, a força que os trabalhadores têm, quando estão unidos na luta. Foi uma luta que foi suficiente para acabar a política econômica do governo Sarney.

Em 89, a luta foi totalmente diferente. Quando não se lembra da greve de dois dias, marcamos em março de 89, na região de Belo Horizonte e Contagem

os metalúrgicos aderiram ao movimento em grande disposição de luta, e fizeram uma das maiores mobilizações de sua história. Grandes e pequenas fábricas ficaram paradas, a greve foi em outros estados, a Greve Geral ter sido finalizada.



Os trabalhadores do Belgo, Mannesmann, Mafersa, SBB, SID, Inbrac e inúmeras outras, cruzaram os braços e enfrentaram de frente, os patrões, e governo e a polícia. O movimento ganhou as páginas de jornais do Brasil e estrangeiro. Inúmeras fábricas foram paralisadas, com milhares de trabalhadores em greve. E, enfim, não houve como derrotar os naquele movimento.

Este é o momento de todas as categorias de trabalhadores e os movimentos sociais do país, marcharem juntos contra a política de arrocho de Collor.

Vamos derrubá-lo!

3.3 Metalúrgicas e Militantes: A Participação das Mulheres

Na história das lutas operárias, sempre apareceu a figura da mulher conseguindo vencer as dificuldades em ambientes de imensa maioria masculina. Deixaram seu legado, e algumas são personagens presentes em várias pesquisas, estudos, teses acadêmicas, enfim, fazem parte da história de luta da classe trabalhadora. Conheci várias dessas mulheres e gostaria de citar algumas. A Conceição Imaculada, que teve papel destacado no sindicato dos metalúrgicos em Contagem, na década de 1960, foi peça fundamental na condução da greve de 1968. A Maria Antonieta e a Regina, duas guerreiras, militaram na categoria entre os anos de 1978 e 1984. Lembro também da Efigênia, que buscava integrar sempre as mulheres na vida sindical; também participou da oposição metalúrgica nas eleições de 1978 e 1981 e trabalhou na Forja Minas, empresa em que trabalhei pouco depois de sua saída.

Apesar do crescente aumento da participação das mulheres como operárias nas indústrias, persistem as dificuldades, relacionadas com direitos, machismo e salários diferenciados, geralmente menores em comparação aos dos homens. Além disso, existe ainda a questão das atividades domésticas que recaem sobre elas, caracterizando uma dupla jornada de trabalho. Um exemplo dessas dificuldades foi a pequena participação de mulheres nas diretorias do sindicato, nos três mandatos em que fui presidente da entidade. No primeiro mandato, entre os anos de 1984 e 1987, apenas uma mulher participou da direção, a Inês Pongelupe, funcionária da Pohlig-Heckel. Já no segundo mandato, mais duas companheiras ingressaram na direção, a Selma Ferreira e a Vânia Vaz; e, no terceiro, passou para quatro o número de mulheres participando da diretoria. Além da Vânia, que vinha da direção passada, chegaram a Maria Aparecida, a Luzia Otoni e a Helena de Souza.

Para Magda Neves, as tarefas domésticas da mulher trabalhadora, aliadas ao trabalho assalariado, já significam uma carga pesada. Se forem somadas à participação na vida sindical, a jornada triplica.

Mas, possivelmente, a questão mais difícil para as mulheres seja a sua própria atuação e inserção nos sindicatos. Todo um imaginário político e cultural foi construído, definindo o espaço político como predominantemente masculino. Para as mulheres, ocupar cargos de direção, envolver-se nos jogos das negociações e alianças, dirigir uma assembleia significa não só estabelecer práticas neste sentido como modificar todo um conjunto de símbolos e representações sobre si mesmas. (NEVES, 1994, p. 251).

Relendo o livro de Moema Viezzer, *Se me deixam falar*, um trabalho de pesquisa feito por intermédio de depoimentos e de uma narrativa rica em detalhes e emoções, de uma

mineira Boliviana, percebemos um exemplo vivo de luta feminina na década de 1970. Uma mulher forte e determinada, Domitila era seu nome, ganhou fama internacional ao narrar sua história de vida, com sofrimentos, lutas, prisões e condições desumanas a que os trabalhadores mineiros eram submetidos nas minas de estanho da Bolívia. Mãe de sete filhos, Domitila começou a ficar conhecida a partir do momento em que participou de um evento organizado pelas Nações Unidas, a Tribuna do Ano Internacional da Mulher, em 1975, no México. Seu posicionamento sempre muito firme e seu jeito simples de falar impactaram várias pessoas, entre elas, Viezzer, autora do livro *Se me deixam falar*.

Para conseguir falar na Tribuna, Domitila passava por constrangimentos e posturas discriminatórias por parte de delegações de mulheres mexicanas sem vínculo algum com a realidade dos trabalhadores, que estavam ali muito mais pelo turismo. Interpelada pela chefe da delegação do México, que lhe dizia para parar de falar sobre o sofrimento de seu povo, dos massacres; e que havia chegado a hora de falar das mulheres, “da senhora e de mim, da mulher” (VIEZZER, 1981, p. 186), Domitila respondeu indignada:

Muito bem, falaremos das duas. Mas se me deixa vou começar. Senhora, faz uma semana que a conheço. A senhora chega, toda manhã, com um vestido diferente; e no entanto, eu não. Todo dia a senhora chega pintada e penteada como quem tem tempo para passar num cabelereiro bem elegante e pode gastar um bom dinheiro nisso; e, no entanto, eu não. E para se apresentar aqui como a senhora se apresenta, estou certa que vive em uma casa bem elegante, não é? E, no entanto, nós, as mulheres dos mineiros temos uma pequena casa emprestada e quando morre nosso esposo, ou fica doente ou o despedem da empresa, temos noventa dias para abandonar a casa e ficarmos na rua. Diga-me, agora, senhora: a senhora tem algo semelhante à minha situação? Tenho eu algo semelhante à sua situação? Então, de qual igualdade entre nós vamos falar? Se a senhora e eu não nos parecemos, se somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento, ser iguais, ainda como mulheres, não lhe parece? (Idem).

Na verdade, Domitila utilizava o espaço que aquele fórum lhe proporcionava para contar a história de seu povo, subjugado pela ganância dos donos das minas e pela injustiça praticada pelo Estado. Nas suas narrativas, estava sempre a afirmativa,

Meu povo não está lutando por uma pequena conquista, por um pouquinho de aumento de salário aqui, um pequeno paliativo ali. Meu povo está se preparando para expulsar para sempre do país o capitalismo e seus lacaios internos e externos. Meu povo está lutando para chegar ao socialismo. Isto eu digo e não é invenção minha. Isto foi proclamado em um Congresso da Central Operária Boliviana. Bolívia só será livre quando for um país socialista. (Idem, p.187).

Lembrei da Domitila, porque, quando procurei uma antiga companheira metalúrgica, vi semelhanças em suas histórias de vida. Conheci a companheira Rita Evaristo nos anos

1980. Participava ativamente dos movimentos populares, com destaque no movimento pela moradia, e destacava-se pela rebeldia e pela forma como encarava sua militância, com coragem e com o sonho de que, com a luta, conseguiria, para sua família, o direito de ter uma casa própria. Quando conheci a Rita, militava em um grupo organizado da igreja, denominado JOC, Juventude Operária Católica, organização que atuava nas comunidades de periferia de Contagem. Relatou que seu contato mais direto com a categoria metalúrgica se deu nas greves do final dos anos 1980.

Eu militei muito tempo no movimento de moradia, fui da Juventude Operária Católica, aí, nessa época, das lutas do sindicato, eu participei da ocupação da Belgo Mineira, no período que me trouxe muito problema para minha vida particular, porque o pai do meu filho era segurança da Belgo e, nesse período, eu estava fazendo greve lá na porta, né, e a gente acampando lá com o meu filho, que era bebê. (Relato da ativista Rita Evaristo, 2020).

Foi só em 1991 que ela entrou efetivamente para a categoria metalúrgica, quando conseguiu um emprego na Thomson, uma empresa situada na Cidade Industrial em Contagem, fabricante de equipamentos eletrônicos. Na Thomson, foi eleita na CIPA e, em 1993, entrou para a diretoria do sindicato. Rita contou que, quando entrou na fábrica, em 1991, havia lá uma grande liderança, a Lena, que era militante da CS, e que várias mobilizações já haviam acontecido, citando o exemplo das “operações tartaruga” (redução, de forma organizada, na produção da empresa).

Na fábrica, já tinha várias lutas, mobilizações, como operação tartaruga, mas a nossa primeira greve, ela foi muito dolorosa, porque a empresa estava apavorada comigo. Pelo meu histórico, a gente teve uma adesão grande, mas eu não lembro quando foi, data eu não lembro, mas foi uma greve da categoria, foi até uma vez que você me propôs uma defesa no sindicato, lembra? A gente já tinha chegado no máximo na campanha salarial, aí nós fizemos uma greve, e essa greve muito tensa, tensa porque foi um período [conturbado], antes dessa teve outras, mas eu estou lembrando dessa porque acho que foi a mais importante, nesse período eu estava saindo da Convergência Socialista e a fábrica era dirigida majoritariamente por eles e eu estava disputando a comissão de fábrica. (Idem).

O momento de tensão ao qual a Rita se refere, era a combinação de mobilização das trabalhadoras na Thomson por melhorias salariais e melhores condições de trabalho, e também a eleição da comissão de fábrica. Combinado com esse quadro, ela vivia um momento de ruptura com a CS e disputava a liderança da fábrica com outras companheiras. A Thomson era uma das poucas empresas em que havíamos conseguido conquistar a comissão de fábrica reconhecida pelos patrões, e a conjuntura, naquele momento, colocava em risco essa conquista.

Aí, não sei se você lembra, eu tive que pedir você pra ir lá na fábrica, conversar com a direção, porque era uma briga interna nossa do sindicato e eu tive que pedir você pra ir lá na fábrica pra falar pros caras que apesar de eu não estar mais na Convergência, eu continuava como representante do sindicato, e aí neste conflito que teve, que foi muito grande, nós conseguimos fazer uma mobilização assim, 90% da fábrica na operação tartaruga, que era a forma mais difícil e na minha sessão a minha chefe, ela alegou que eu tomei a chefia, e ela foi reclamar com a direção da empresa que eu tinha substituído ela, porque a operação tartaruga estava igual a gente combinava, assim, hoje nós vamos parar 30%, 40%, 50%, 60%, e saía desse jeitinho pra todo mundo.

Aí ela achou que tinha perdido o controle sobre os trabalhadores. Foi um período muito difícil eu levei uma advertência, foi muito complicado. A garota que assinou a advertência por mim chorava muito, ela era até vizinha lá do sindicato e ela chorou demais, porque ela tinha que assinar, porque ela tinha compulsão por compra e ela devia muito à fábrica e eles começaram a ameaçar ela, e as meninas, todo mundo ficou de mal dela, eu tive que falar com as meninas, ela estava sendo pressionada e que ela não tinha muita experiência. (Idem).

A Rita diz que foi, em meio a toda essa confusão e no calor da mobilização das trabalhadoras, que ela ganhou, através do voto, a liderança da fábrica na comissão. Daí em diante, foi conquistando cada vez mais espaço no movimento sindical. Entrou na chapa da CUT, nas eleições para direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em 1993. Em seguida, foi para direção da Federação Democrática dos Metalúrgicos de MG, para a Confederação Nacional e para a direção da CUT. Em poucos anos, adquiriu muita experiência no movimento sindical e político e teve a oportunidade de viajar para vários países, participando de congressos, palestras e seminários.

Em 1993, quando Rita entrou na diretoria do sindicato, eram apenas duas mulheres em um total de 42 membros. Nesse período, havia surgido uma doença que se espalhou entre um número muito grande de trabalhadores na categoria metalúrgica. Chamava-se Lesão por Esforço Repetitivo, e muita gente, principalmente mulheres que trabalhavam em linhas de montagem, contraiu a doença.

Nesse período que eu fiquei na fábrica, eu participei, junto com o departamento de saúde do sindicato das lutas das trabalhadoras lesionadas. Na época, a gente mobilizava muito. Nós conseguimos aprovar uma lei que reconhecia a lesão por esforço repetitivo na categoria, foi aí nós começamos, a partir dessas lutas que já tinham no sindicato, a participar do coletivo, mas, como a gente tinha um poder de mobilização, nós mobilizamos as mulheres da Comander, lembra, era o João Batista que era líder na Comander, e o Mamão, e nós mobilizamos o pessoal e entramos com uma lei que fazia com que a gente fosse reconhecida, que tinha uma epidemia de lesão por esforço repetitivo na categoria em Contagem.

Através disso, nós conseguimos partir pra nível nacional, porque nessa época só eram reconhecidas as bancárias, então, foi onde BH/Contagem passa inclusive a ter assento e ser respeitado no Coletivo Nacional de Saúde da CUT. Então, antes de entrar pro sindicato, ainda na organização de base, eu participei do Coletivo

Estadual de Saúde, do coletivo do sindicato e do coletivo Nacional de Saúde, que era coordenado pelo Ricardo Berzoini.

Aí, isso é que fortalece a minha trajetória, eu entro pra diretoria do sindicato, foi até você que me levou para a diretoria do sindicato. A gente invadia, com as trabalhadoras, o INSS, conseguia muita inserção na imprensa local e é esse movimento que, inclusive, nos dá o norte para a organização de mulheres na categoria. Você sabe, não era brinquedo não, né, categoria majoritariamente masculina, eu tive a vantagem de já ter uma experiência no movimento de moradia, já tinha experiência no movimento da JOC, então, eu consegui.

Aí uma conquista particular, né, conviver no sindicato sem aceitar pressão, em condição de igualdade, com um monte de macho que tinha lá. Mas não era brinquedo não, você bem sabe disso, não era fácil, porque lá se resolvia as coisas na política, mas, se não resolvesse, tinha uns pedaços de pau que rolavam, você se lembra? (Idem).

Foi nessa época que, com a participação da Rita, foi criada a APLER, Associação das Portadoras de Lesão por Esforço Repetitivo, com participação de muitas mulheres, legitimando um trabalho que já havia sendo feito; primeiro para que a doença fosse oficialmente reconhecida e depois para garantir o devido tratamento. A lesão por esforço repetitivo é provocada pela rotina de movimentos constantes e iguais. Esse esforço pode causar inflamação nos músculos, nervos e tendões, provocando dor e comprometendo o funcionamento da região afetada. Nas empresas de Contagem, a LER passou a ser um problema para os trabalhadores, principalmente nas empresas eletroeletrônicas.

A trajetória da Rita foi marcada por muitas dificuldades: ambientes machistas; questionamentos sobre suas viagens e experiências internacionais; e disputas de espaços no interior do movimento sindical. Chegou, inclusive, a coordenar a Escola Sindical 7 de Outubro, entidade de formação de trabalhadores, com convênio com organismos italianos, quando foi questionada a sua capacidade em função de não ter formação acadêmica. “Deu a volta por cima” e, em convênio com a UFMG e a Prefeitura de Belo Horizonte, desenvolveu importantes projetos de formação.

Eu tenho muita gratidão por tudo que aprendi no movimento sindical, por tudo que passei, que eu vivi com meus companheiros, mesmo as más experiências, o machismo, essas coisas, porque isso me amadureceu, eu cresci muito a partir disso. Eu também errei, fui sectária em alguns momentos, fui pouco diplomática às vezes, mas uma coisa que eu tenho orgulho de mim é que eu sempre tive claro de onde eu vim, eu era empregada doméstica, eu não tinha casa pra morar, minha casa foi conquistada no movimento de moradia, então, eu sabia desse lugar que eu vim e isso me deu muita satisfação, porque eu não tinha estudo, eu não tinha preparo e, depois de tudo isso, eu fui dirigir a Escola 7 de Outubro. (Idem).

Com sua coragem e determinação, Rita conseguiu ocupar os espaços que surgiram em sua vida, vencendo preconceitos, enfrentando, no seu dia a dia, as dificuldades impostas pelo fato de ser mulher, negra e pobre. Fez tudo isso sem esconder sua origem.

O que foi importante saber, quem eu era, onde eu estava, porque também, quando eu entendi que estava na hora de sair, que não dava mais, porque eu tinha uma autonomia e, eu não queria ser vereadora, eu não queria ser prefeita, eu estava ali de dirigente, eu gostava, todas as experiências que eu vivi eu gostei, mas eu tinha certeza que um dia ia ter que acabar e que minha vida não resumia ali. Pelo contrário, ali me dava mil experiências e me tirava de um lugar comum, né, das mulheres igual eu, que poderiam ser, ou uma mãe solteira cheio de filhos, ou seria uma prostituta, ou seria... casar era a última coisa que era previsto pra mim, porque a minha rebeldia fazia as pessoas pensarem que eu não era moça de família, [risos]. Isso me ajudou muito também, porque hoje tomei decisão de sair. Eu percebi que já estava na hora de fazer uma outra trajetória, aí voltei pro meu bairro, voltei pra minha origem, fiz a minha lojinha e hoje eu sobrevivo do meu comércio e quer saber? Sou muito feliz e muito grata por tudo que vivi, por tudo que o movimento me ofereceu. (Idem).

4. LUTAS POLÍTICAS AMPLIADAS: ESTRUTURA SINDICAL, VIA PARTIDÁRIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE LUTA DOS TRABALHADORES

O relato de Rita Evaristo sintetiza bem uma percepção que tenho da experiência nas lutas sindicais, que é a abertura para outros campos de ação, além da pauta importante de uma determinada categoria de trabalhadores. A experiência brasileira mais recente dá conta disso, em inúmeros casos, isto é, de que a militância sindical qualificou uma militância social, partidária e de participação na gestão e implementação de políticas públicas.

Além da Rita, a qual tive o prazer de levar para a direção do sindicato em 1993; também tive o prazer de convidar, para fazer parte da diretoria, três anos antes, o companheiro Geraldo Valgas. Geraldinho, como era chamado na época, trabalhava na Mafersa, empresa fabricante de equipamentos ferroviários e era um incansável batalhador no trabalho de organização dentro da fábrica. A Mafersa vivia um período de turbulência com uma constante ameaça de falência, e o Geraldo era sua principal liderança. Embora bem jovem, já era um ativista experiente na categoria metalúrgica. Com muito orgulho, vejo que a aposta feita no companheiro, levando-o para a direção da nossa entidade, estava correta. Nos dias de hoje, Geraldo Valgas é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vem utilizando bem a sua experiência de militante na condução das lutas da categoria.

Entre os anos de 1997 e 1999, fui presidente da CUT-MG, eleito em Congresso da entidade. Foram experiências de extrema importância para a minha formação. Essa bagagem me ajudou muito no exercício de funções que, nos últimos anos, desempenhei, como gestor público nas prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem.

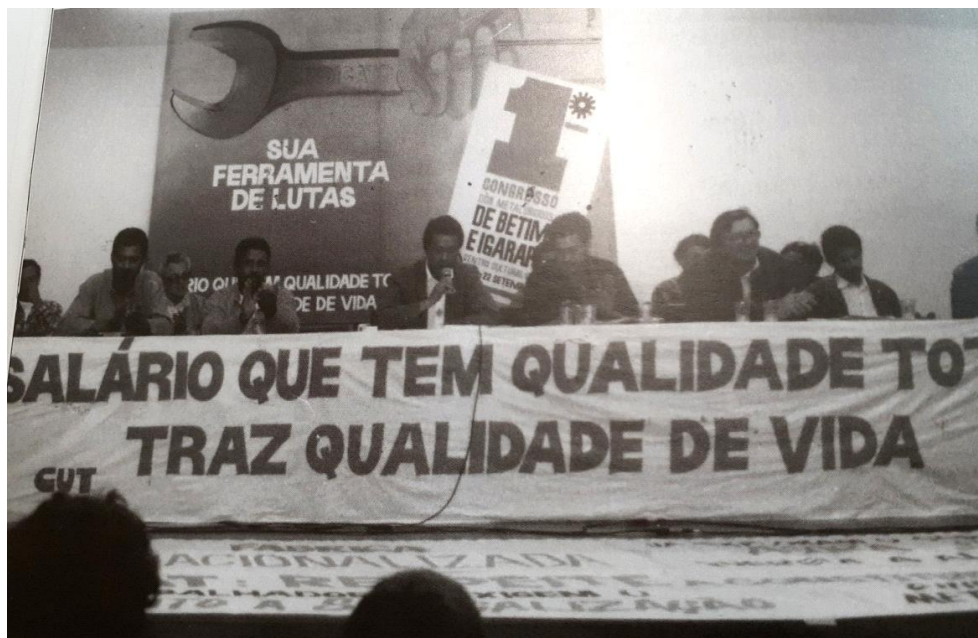
Imagem 30 – Na presidência da CUT, assumindo o debate sobre preconceito contra faixa etária, e sobre o desemprego entre os trabalhadores mineiros.



Fonte: Arquivo pessoal.

Quando assumi a direção da CUT-MG, os efeitos das políticas neoliberais eram sentidos pela classe trabalhadora brasileira. A política de globalização, a reestruturação produtiva e a propaganda do livre comércio, estavam levando a profundas mudanças na economia, sobretudo nos países considerados em desenvolvimento.

Imagem 31 – Na presidência da CUT, participando de evento no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé, sobre o impacto da reestruturação produtiva entre os metalúrgicos.



Fonte: Sindicatos dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Região. *Revista 30 anos de luta*, 2008.

A derrota dos regimes do Leste Europeu impulsionou a propaganda do livre comércio, colocando como prova incontestável a “superioridade” da economia de mercado sobre a planificação estatal.

Prisioneiros de suas dívidas externas, carentes de investimentos e dependentes de divisas estrangeiras para equilibrar suas balanças de pagamento, os governos dos países do Terceiro Mundo e do antigo Bloco do Leste Europeu acabaram cedendo – uns mais cedo, outros mais tarde – às pressões dos organismos multilaterais e dos governos do Primeiro Mundo. Assim instaurou-se entre eles um verdadeiro leilão de vantagens oferecidas aos investidores internacionais. Enquanto as suas empresas estatais eram arrematadas por preços bem inferiores ao seu valor patrimonial, o mercado desses países era literalmente invadido pelos produtos importados. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS, 1995, p. 7).

No Brasil, o Governo Fernando Henrique Cardoso, seguindo a cartilha neoliberal, propagandeava a necessidade de reformas, principalmente a trabalhista e da previdência; além disso, tentava a quebra do monopólio estatal do petróleo.

A grande discussão travada no interior da CUT e na Confederação Nacional dos Metalúrgicos, CNM, nos anos 1990, era como enfrentar esta situação, tendo, de forma clara, a necessidade de uma unidade que fossem além das fronteiras nacionais. O III Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CNM/CUT, que aconteceu entre os dias 25 e 27 de agosto de

1995, realizado em Águas de Lindóia, SP, contou com representantes de 51 sindicatos e 7 oposições sindicais de todo país, além de representações de 41 entidades sindicais estrangeiras.

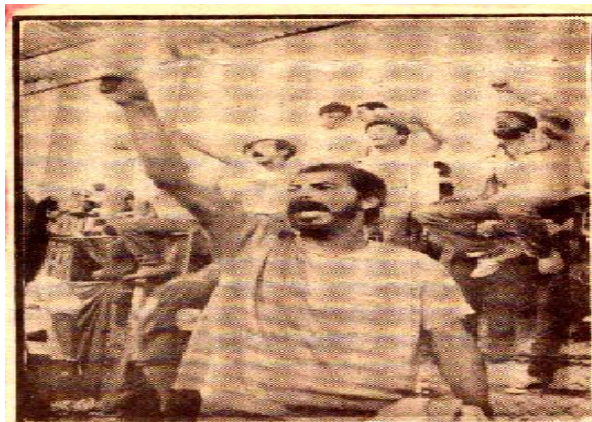
A fala do secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, FITIM, representando cerca de 18 milhões de metalúrgicos em todo o mundo, expressava na época, o sentimento dos dirigentes presentes

Devemos defender os trabalhadores e as trabalhadoras e os seus direitos fundamentais e comuns, com uma ação solidária decisiva contra as leis selvagens do mercado e contra o ataque dos patrões e dos governos autoritários e reacionários, em relação aos quais não pode haver ambiguidade nem convivência. Devemos opor aos mitos do neoliberalismo, que visa a destruição das bases de convivência civil – um projeto de produção e de sociedade baseado nos recursos humanos, que não só devem ser tutelados nos seus direitos fundamentais, mas que devem tornar-se os protagonistas desta fase de mudança. Esta é a prova para a qual é pedida a nossa solidariedade. Ela é também o desafio que vai decidir sobre o futuro do movimento sindical. (Idem, p. 10).

No campo político partidário, também vivi momentos importantes. Participei ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores, construindo comissões provisórias, depois transformadas em Diretórios Municipais no interior do estado. Em 1982, tive minha primeira experiência eleitoral como candidato a Deputado Estadual em Minas Gerais, ajudando, dessa forma, a consolidar o partido no estado. Essa experiência foi importante, porque combinou com a época de desemprego no setor metalúrgico, evitando que algum processo depressivo e de baixa autoestima causado pelo desemprego, tivesse um efeito negativo.

Em 1992, fui candidato, formando chapa com Nilmário Miranda, para a prefeitura de Contagem.

Imagem 32 – Em 1992, compus chapa com Nilmário Miranda, como vice-prefeito, para concorrer à Prefeitura de Contagem.



Paulo César Funghi

Paulo César Funghi
Alberto, 35 anos, torneiro mecânico, é natural de Nova Lima/MG.

Atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de BH e Contagem, em exercício de gestão pela 3ª vez consecutiva. Os trabalhadores que o conduziram à frente de luta operária o conhecem e sabem que podem depositar toda sua confiança neste novo papel que sua liderança se propõe representar.

Paulo César é metalúrgico desde 1972. Trabalhou em várias empresas como:

Nansen, Fiat Allis estando, atualmente, licenciado da Brazaço Mapri.

Participou da Oposição Sindical Metalúrgica, de 1978 a 1984; foi presidente da CUT/MG e membro da Executiva Nacional da CUT, no período de 86/88.

Esteve à frente conduzindo com firmeza todas as greves e lutas da categoria metalúrgica de BH. Contagem nestes últimos anos.

Participou da fundação da Federação Democrática dos Metalúrgicos, e do Partido dos Trabalhadores, em Minas Gerais.

Foi candidato a Deputado Estadual em 1982, pelo PT

Tive duas passagens pela direção executiva do Partido dos Trabalhadores. A primeira foi entre os anos de 1995 e 1996 e, a segunda, entre 2000 e 2002. A segunda passagem, considero a mais importante, pois era vice-presidente, na época; e a Maria do Carmo Lara era a presidente. À época, articulávamos a candidatura de Nilmário Miranda para governador de Minas, e de Lula para a presidência da República. As tratativas para um acordo com o PL, Partido Liberal, estavam em curso, em nível nacional, e Minas Gerais cumpria um papel importante em função de nossa avaliação sobre o mineiro José Alencar. Empresário, filiado ao PL e figura muito respeitada no meio empresarial e na sociedade do estado, José Alencar seria um ótimo vice na chapa nacional, encabeçada por Lula. A grande polêmica que surgiu foi se deveríamos aceitar a coligação entre PT e PL nas chapas proporcionais, ou seja, estender a aliança nacional para as disputas de deputados estaduais e federais. Chegamos a aceitar coalizações para deputados federais, mas não para a chapa estadual. Internamente, o partido se dividiu. No final do prazo para a definição, receosos de que o desacordo estadual pudesse inviabilizar a aliança nacional, a direção nacional do PT entrevistou no diretório de Minas e consolidou a coligação com o Partido Liberal.

Naquele momento, eu acreditava que a coligação estadual não seria uma boa opção para o PT, mas, passadas as eleições, com a extraordinária vitória de Lula, conseguimos também sair vitoriosos nas eleições proporcionais, elegendo 15 deputados estaduais e 11 federais.

Eu me recordo que a Maria do Carmo teve de pedir licença do cargo de presidente do partido e, como vice, assumi a função justamente quando as discussões das coligações com o PL estavam bem acirradas. Recordo-me também que, em uma das últimas conversas que tive com a direção do PL, por pouco, não chegamos às vias de fato, em uma discussão com gritos e socos na mesa, com o presidente do PL, Agostinho Silveira, deputado estadual na época. Nas palavras de Nilmário Miranda,

de Minas, começou a ser gestada a aliança nacional PT/PL. Mesmo no momento mais crítico desse processo, quando da intervenção da direção nacional determinando coligação proporcional com PL na chapa de deputados estaduais, o PT mineiro trabalhou unido, mesmo os que não concordavam com a aliança. Foi também por essa unidade que o PT/MG alcançou esse grande resultado, elegendo a segunda maior bancada de deputados estaduais e federais do partido no país. (MIRANDA, 2003, p. 36).

Imagem 33 – Pela executiva do PT-MG, atuando na articulação da chapa Lula e José Alencar.



Fonte: Arquivo pessoal.

Graduei-me em História tardiamente, entre os anos de 2003 e 2006, e tive a oportunidade de fazer MBA Executivo em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas, nos anos de 2013 e 2014. Essa passagem pela academia tem sido também uma experiência extraordinária na minha vida e se tornou o fator que me impulsionou a fazer o Mestrado Profissional. Quando fiz matrícula, no primeiro semestre de 2017, para disciplina isolada na FAE-UFMG, já estava decidido a voltar aos estudos, e o conteúdo estudado reforçou mais ainda minha decisão.

Apesar de ter me licenciado no curso de História, não tive a experiência de lecionar. As funções que desempenhei após a graduação não me ofereceram condições para tal. Dediquei-me, durante 12 anos, à gestão pública na área política, de defesa social e desenvolvimento econômico nas prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem. Durante dois anos, em 2003 e 2004, fui responsável pela gestão administrativa da Regional Barreiro, região com mais de 300 mil habitantes de origem majoritariamente operária. Foi muito gratificante reencontrar companheiros do movimento sindical, ativistas políticos, lideranças que conviveram comigo no cotidiano das lutas metalúrgicas. Nesse período, convivi com

Associações de Bairros, com grupos que reivindicavam moradias populares, saneamento básico, pavimentação de ruas, melhoria da segurança pública e várias outras demandas sociais. Era bom ver, em todos os movimentos, a figura de antigos companheiros que militaram comigo no sindicato.

Em função dos cargos que assumi como sindicalista, participei de inúmeras mesas de negociação com a classe patronal, ora diretamente com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG; ora com a direção de uma empresa, isoladamente. Em janeiro de 2005, fui nomeado Secretário de Governo na prefeitura de Contagem, em uma administração petista, tendo à frente a prefeita Marília Campos. Minha função, entre outras atribuições, era a coordenação das atividades de apoio às ações políticas do poder executivo municipal e o assessoramento da chefe do poder executivo nas relações institucionais internas e externas. Foi aí que fui obrigado a sentar pela primeira vez do outro lado da mesa, em processos de negociações envolvendo a administração pública municipal e os servidores. Alguns anos antes, jamais imaginaria tal situação, mas acredito que minha experiência passada ajudou bastante a buscar a melhor saída para os impasses que, inevitavelmente, surgiam entre as partes.

Contraditoriamente à minha história de militância nas décadas de 1970, de 1980 e de 1990, vivi também dois outros momentos inusitados no passado recente. Durante todo o ano de 2012, exerci a função de Secretário Municipal de Defesa Social em Contagem, pasta responsável pela segurança pública no município, e tinha, subordinados a mim, a Guarda Municipal e três coronéis da reserva da Polícia Militar. Um deles, o mais antigo, comandou tropas que reprimiram trabalhadores na década de 1970. O segundo momento foi quando assumi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a presidência do Centro Industrial de Contagem, com a função de coordenar ações relativas à promoção e ao fomento da indústria, do comércio, de serviços e do turismo no município. Nesse caso, procurava encaminhar reivindicações e demandas da classe empresarial do município.

À GUISA DAS CONSIDERAÇÕES: RESGATANDO VIVÊNCIAS

Ao buscar o resgate, por meio das memórias individuais e coletivas, das lutas dos metalúrgicos de Belo Horizonte e região, entre as décadas de 1970 e 1990, reforçamos a convicção de que as lutas do presente podem se fortalecer pelo aprendizado com as lutas do passado.

O vanguardismo exacerbado imposto por algumas organizações de esquerda, na minha opinião, provocaram um afastamento dos trabalhadores de base na participação da vida cotidiana dos sindicatos, distanciando a categoria profissional das direções. Como consequência disso, o número de sindicalizados, aos poucos, foi reduzindo, e a participação nas mobilizações propostas pelos sindicatos deixaram de ser massivas.

Nesse contexto, como forma de aumentar o número de associados, as direções sindicais voltaram a usar um mecanismo do velho sindicalismo, que era, por nós, muito criticado, o assistencialismo.

Outro aspecto importante, que resulta desse enfraquecimento, é o abandono, na prática, de uma questão que antes constava na pauta do sindicalismo, dito combativo, que era o fim do imposto sindical. Essa taxa vigorou como fonte de financiamento da grande maioria dos sindicatos até recentemente. A bandeira tão alardeada, de fim do imposto como forma de desvinculação das entidades sindicais do aparelho do Estado, ficou esquecida.

É prudente não fazer um julgamento definitivo de possíveis casos que podem ter colaborado com esse processo, digamos, de certo retrocesso com relação às nossas metas originais. Chega à minha atenção outra questão que considero importante avaliar e que tem a ver com o cotidiano do sindicalista. O tempo de permanência do dirigente à frente da entidade. Teoricamente, podemos dizer que ter dirigentes se ocupando de tarefas de direção nas entidades, desde os anos 1980, seja relevante no sentido de passar experiências adquiridas nos anos de grandes embates vividos pelos trabalhadores. Por outro lado, essa longa permanência na direção dos sindicatos também pode levar à acomodação, dependência profissional e, conseqüentemente, burocratização das entidades. Essa situação pode, além do que mencionado, dificultar o surgimento de novas lideranças, envelhecendo e enfraquecendo a luta sindical.

Houve também outro fenômeno interessante, ainda nos anos 1990. Foi quando diversos sindicalistas que despontavam na época abriram mão de suas tarefas sindicais, muitas vezes prematuramente, para disputar cargos políticos. Em todo Brasil, influenciados pelo prestígio alcançado por Lula e por sua eminente eleição a presidente da República,

sindicalistas deixaram suas atividades com o intuito de disputar eleições para cargos de vereadores, prefeitos e deputados. O fortalecimento do Partido dos Trabalhadores como uma verdadeira máquina eleitoral muito colaborou para esse processo.

Por fim, busquei analisar os verdadeiros motivos que impediram a categoria metalúrgica, na região metropolitana de Belo Horizonte, de se organizar no chão de fábrica, e por que motivo não conseguimos implantar as comissões de fábrica, o que seria um verdadeiro salto de qualidade na organização sindical. É certo que sempre houve muita resistência por parte da patronal quanto a isso, mas, se as comissões internas de fábrica eram uma prioridade, porque nossas ações não corresponderam a fim de buscar esse propósito?

Para fazer um estudo da trajetória do movimento sindical operário da Região Metropolitana de Belo Horizonte com a perspectiva de auxiliá-lo no enfrentamento dos desafios do presente, foi necessário inseri-lo em um contexto mais amplo, analisando, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal, as experiências em outras bases territoriais. Em outras palavras, busquei relacionar a realidade local com a luta geral dos trabalhadores em nível nacional. Os desafios, certamente, são os mesmos, e, embora respeitando as particularidades de cada região, acredito que os processos de organização, formação e intervenção da atualidade são semelhantes aos do passado. O fato de ter participado da direção de entidades nacionais, como a CUT, proporcionou-me a condição de conviver com lideranças de várias regiões do país, trocando experiências e até mesmo disputando espaços no interior da entidade.

O trabalho de pesquisa, que agora apresento, teve a pretensão de buscar explicações às indagações apresentadas acima, que possam colaborar com o avanço do movimento sindical na perspectiva de dar prosseguimento a sua caminhada pela emancipação perante o Estado; discutir seu papel histórico; e corrigir possíveis erros que provocaram um afastamento entre a base sindical e as direções. Procurei, neste trabalho, evitar repetir velhos chavões, apresentados como verdades absolutas, sem me eximir da parcela de responsabilidade que me coube nesse processo. Busquei, na verdade – a partir dos muitos anos de experiência vivida e das vivências de vários companheiros que estiveram comigo – um olhar diferenciado, no meu caso, de quem agora está fora do cotidiano sindical, mas que se preocupa com seus rumos. Dessa forma, foi possível lembrar de um período histórico que, acredito, marcou a vida de milhares de pessoas. Além de tudo isso, há a conjuntura econômica e política atual, apontando novamente para um retrocesso nas liberdades políticas, duramente conquistadas pelo povo brasileiro; para a perda de direitos trabalhistas; e para o arrocho salarial. Esse quadro preocupante parece nos convocar a assumir novas responsabilidades no enfrentamento das

dificuldades que o novo momento nos apresenta; logo, esta pesquisa pode ser uma contribuição à luta dos trabalhadores na atualidade e, acima de tudo, um resgate à memória heroica dos operários metalúrgicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É importante ressaltar, que, neste momento de rememoração dos fatos e das conversas que venho tendo com vários companheiros, deparamo-nos com alguns problemas. Tendo em vista as limitações cerebrais para o acúmulo de memórias, o efeito do tempo e as mudanças de ambiente fazem com que esqueçamos de detalhes que, por vezes, passam despercebidos e parecem subjetivos, mas que tiveram importância e, de certa forma, ajudaram a formar uma consciência, ou indicar um posicionamento do passado.

Outra questão é a confrontação daqueles momentos com a situação atual. Depois de 40 anos, os erros se tornam perceptíveis, dada a forma como raciocinávamos e entendíamos o movimento à época. Percebemos que, ao cometermos erros, é possível que tenhamos provocado desdobramentos que podem ter colaborado com o retrocesso político apontado pela conjuntura atual no Brasil. Determinados procedimentos que, naquele momento, pareciam corretos e eram seguidos com convicção, provavelmente contribuíram com esse círculo vicioso. Em determinada ocasião, acontecem avanços importantes, que põem em xeque o poder do capital sobre a classe trabalhadora; em seguida, vem o retrocesso. Essas questões criam certa dicotomia entre passado e presente, ou seja, a descontinuidade e as mudanças na correlação de forças da sociedade acabam gerando desânimo da classe trabalhadora de continuar nos enfrentamentos por direitos. Constatamos que um grande número de pessoas, que tiveram seu papel nas lutas operárias, viu seus sonhos e suas convicções serem frustrados ao perceber que suas aspirações não haviam se tornado realidade. Esse sentimento de frustração foi provocado, fundamentalmente, pela constatação de que as grandes bandeiras que motivaram tantos anos de militância não se concretizaram.

É importante demarcar o processo de degeneração pelos quais as instituições, tanto sindicais quanto políticas, passam na atualidade. No campo sindical, seu fracionamento, que levou à criação de várias centrais sindicais, dificultou uma ação unificada dos trabalhadores. Os erros cometidos pelo Partido dos Trabalhadores em alguns momentos foram utilizados pelas forças políticas de direita de forma fulminante; e uma onda antipetista se espalhou por todo país. Essa onda, somada à pandemia do coronavírus, à crise econômica sem precedentes e ao aparecimento de uma corrente fascista na sociedade, vem criando um efeito devastador na mente das pessoas. Essas questões, fatalmente, dificultaram, em certos momentos, o desenvolvimento do estudo que realizamos.

Na busca de estabelecer diálogo com várias pessoas, antigos militantes, fica evidenciado o desânimo ao qual me referi acima. Mesmo sentindo que a maioria dessas pessoas, ao recordarem das lutas em que estiveram presentes, demonstraram orgulho e saudade de sua participação, ao mesmo tempo pôde-se perceber certo distanciamento das ideias que os motivavam no passado.

Por outro lado, pude notar que boa parte dos companheiros antigos, ainda militantes, assumem responsabilidades com o movimento operário nos dias de hoje e pelo fato de ainda ter como foco a luta sindical e política, conseguem extrair da memória questões importantíssimas da nossa história de lutas. Prova disso são os relatos de fatos com imensa riqueza de detalhes, o que nos ajudou muito na realização deste estudo. Por fim, o que pretendemos foi buscar, por meio do fio da memória, o elo entre passado e presente com vistas a quebrar esse círculo vicioso imposto pelo capital, que, no decorrer do tempo, conseguiu abafar nossos avanços, mantendo seu sistema de exploração do trabalhador.

Muitas conquistas tivemos com as lutas de nossa classe. Grandes vitórias, importantes derrotas, avanços do ponto de vista da nossa organização de base, mas também posteriores retrocessos. Ainda assim, ao observarmos nossa história, é possível enxergar a necessidade de seguir em frente, na busca de uma nova forma de organização da nossa sociedade, que seja justa, fraterna e solidária.

Os 21 anos de ditadura militar foram nefastos para o povo brasileiro, não apenas pela feroz repressão que desabou contra os movimentos de resistência, intervindo em sindicatos, patrocinando novas direções adaptadas ao novo regime, como também pelas detenções e torturas, pelos sequestros e assassinatos, crimes cometidos pelo DOI-CODI³⁷, órgão de repressão política do Estado. Foram nefastos – pelo modelo econômico implantado, que promoveu um ciclo de acumulação capitalista com o arrocho salarial – a abertura de todas as portas às multinacionais e o endividamento externo.

Foram, fundamentalmente, as lutas dos trabalhadores que, paulatinamente, minaram as estruturas do regime ditatorial, por meio das greves e dos enfrentamentos contra a repressão, e, é claro, junto com a ação de outros setores, como os formados por estudantes, intelectuais, organizações de bairros e o amplo movimento nacional pela anistia dos exilados políticos.

Fomos vitoriosos nesse embate ao pôr fim à ditadura, mas é certo que esse avanço não foi suficiente para propiciar à classe trabalhadora vida digna e participação na riqueza do país. Nos dias de hoje, é possível detectar o brutal aumento da concentração de renda nas mãos de

³⁷ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

poucos e o conseqüente empobrecimento de uma camada enorme da população brasileira. O que foi acumulado em organização sindical e capital político nos anos pós-ditadura, não me parece ter sido suficiente para assegurar certa perenidade nos avanços rumo a uma profunda mudança na correlação de forças entre as classes de nossa sociedade.

A ascensão petista ao poder no Estado brasileiro – aliada a todos os benefícios que ela gerou – não conseguiu permanecer o tempo suficiente no comando do país para consolidar o seu projeto de sociedade. Uma nova narrativa, baseada no ódio e na intolerância, já faz parte do cotidiano das redes sociais e ameaça nossa ainda frágil democracia. A luz das experiências obtidas no passado torna-se necessária e urgente. Que, de forma organizada, novamente possamos derrotar as forças que propõem o retrocesso político no Brasil. Nilmário Miranda, citando Fernando Pessoa, deixa-nos versos que elevam nosso pensamento de lutas e de persistência. “Tantas vezes pensamos ter chegado. Tantas vezes é preciso ir além.” (PESSOA apud MIRANDA, 2003, p. 229).

O exercício da memória nos permite fazer uma retrospectiva da nossa vida, quase sempre trazendo à tona, ao tempo presente, questões que compuseram nossa trajetória. Em nosso cotidiano, infelizmente, com o permanente corre-corre, com as dificuldades e necessidades do dia a dia e com os constantes desafios, às vezes, não conseguimos enxergar que existe um fio de continuidade entre os fatos, os acontecimentos e as vivências que, através do tempo, formataram uma história de vida. Revisitar o passado é, por meio de lembranças, ver surgirem outras. Ao conversar com companheiros de antigas jornadas, redescobri novos fatos, já esquecidos, e que, muitas vezes, fogem da cronologia do trabalho de investigação.

Relembrando meu primeiro emprego, não pude deixar também de voltar um pouco mais no tempo, à época da infância, de criança trabalhadora, que buscava insistentemente ganhar uns trocados na rua, vendendo balas, picolés, frutas. Recordei, também, do meu trabalho nos finais de semana, engraxando sapatos na porta do “Bar do Romeu”, na esquina entre Rua Junquinhos e a Rua Java, no Bairro Nova Suíça. O que me vem como memória, neste momento, é a colocação de Martins:

Se reunirmos e examinarmos uma coleção dos melhores e mais sérios estudos de história social contemporânea, descobriremos que a criança começa a contar como ser reconhecível quando antecipa sua condição de adulto, especialmente quando começa a trabalhar antes do tempo, antes de amadurecer fisicamente. (MARTINS, 2011, p. 452).

A força com que o trabalho atua na nossa humanização deve ser melhor compreendida. A memória me fez lembrar o quanto me senti orgulhoso ao ingressar em uma

fábrica e me tornar metalúrgico. Significava dar um salto, atingir um objetivo, eu me sentia como um adolescente adulto. Foi rememorando os tempos de trabalho na infância que pude entender melhor o motivo daquele orgulho em tornar-me um operário.

Na busca pelo entendimento da importância da memória como forma de melhor compreender fatos, situações, ocorrências, nós nos deparamos com uma dificuldade, a de colocá-la em ordem cronológica. “A memória tem o seu próprio tempo, que é o tempo do drama, dos enredos que se entrecem e se abrem para diferentes desdobramentos na vida de uma pessoa, de um grupo social e de todos”. (MARTINS, 2011, p. 461).

Não basta resgatar a memória. Por mais dolorosa que seja, é preciso também preservá-la. É esse, por exemplo, um trabalho que a Comissão Nacional da Verdade vem fazendo em todo o país, recuperando, por intermédio da memória individual e coletiva e dos registros encontrados nos órgãos de repressão da época, uma história de barbaridades de um período que massacrava vidas e mentes de milhares de pessoas. É voltando ao passado, analisando-o novamente, e, acima de tudo, escutando aqueles que naquele período viveram, que teremos, nas mãos, não só uma prova para exigir reparação dos crimes cometidos durante a ditadura militar, mas também algo mais importante, informar e alertar as novas gerações sobre o perigo de reincidência de situações como as que vivemos durante mais de vinte anos.

A preservação dessa história, contada por aqueles que dela fizeram parte, também perderá parte de sua importância se não for de conhecimento das novas gerações e de toda a população brasileira. Acrescentaria, portanto, que, além do resgate e da preservação, deve haver a disponibilidade de acesso a esse conteúdo vivido.

O trabalho de pesquisa me fez também rever o papel da memória como ferramenta capaz de interferir no presente e no futuro. Deu condições para que requalificasse ações, procedimentos, atuações praticadas no passado, na medida em que, no processo de rememoração, criávamos condições de reavaliar, confrontar e mesmo mudar pontos de vista. Não se trata de deformar a história, ou de reinventá-la, trata-se de enxergá-la pelas lentes da lupa da experiência adquirida com o tempo. Ecléa Bosí buscou, nos escritos de Halbwachs, a noção de experiência, uma

“reconstrução do passado”, tomando como exemplo a experiência de releitura que a pessoa faz de um livro de narrativas lido em um momento distante da juventude. “A impressão inicial é a de um reencontro com o frescor da primeira leitura”. Na verdade, antes de reabrir aquelas páginas seríamos capazes de lembrar poucas coisas: o assunto, algumas personagens mais caracterizadas, este ou aquele episódio mais pitoresco, emocionante ou engraçado, às vezes, a imagem de uma gravura.

Ao encenar a releitura, esperamos que voltem com toda a sua força e cor aqueles

pormenores esquecidos, de tal maneira que possamos sentir as mesmas emoções que acompanharam o nosso primeiro contato com a obra. Esperamos, em suma, que a memória nos faça reviver aquela bela experiência juvenil. Mas se fizermos uma análise objetiva da situação em que se desenvolve a releitura, teremos que reconhecer que não é isso que se dá. Parece que estamos lendo um livro novo ou, pelo menos, um livro remanejado. Novo ou remanejado em duas direções: em primeiro lugar, porque só agora reparamos em certas passagens, certas palavras, certos tipos, certos detalhes de ambientação que nos tinham escapado na leitura inicial; o nosso espírito hoje mais atento à verossimilhança da narrativa e à estrutura psicológica das personagens, move-se em uma direção crítica e cultural que, evidentemente, não podia entrar nos quadros mentais da primeira leitura. Em segundo lugar o livro nos parece novo, ou remanejado no sentido oposto: passagens que nos tinham impressionado ou comovido perderam, nesta outra leitura, muito do seu poder sugestivo, despojando-se, portanto, do prestígio que as cercava então: tudo se passa como se o objeto fosse visto sob um ângulo diferente e iluminado de outra forma: a distribuição nova das sombras e da luz muda a tal ponto os valores das partes que, embora reconhecendo-as, não podemos dizer que elas tenham permanecido o que eram antes". (HALBWACHS apud BOSI, 1994, p. 56).

Como produto desta pesquisa, elaborei um indicativo de fontes para escrever a história do movimento operário em Belo Horizonte e região, em específico, um mapa da memória, indicando lugares e acervos que contenham alguma informação sobre as lutas dos trabalhadores. Esse conteúdo está disposto em um *blog*³⁸, que pode ser acessado em qualquer lugar do mundo, e em qualquer horário. Cremos que servirá para fomentar uma nova discussão sobre o valor da memória coletiva como um instrumento extremamente relevante para definição de novos caminhos e estratégias que venham fazer frente à nova escalada das elites brasileiras contra os direitos conquistados pelos trabalhadores.

Foi com esse olhar que busquei, na memória, uma forma de contribuir, trazendo para o presente uma narrativa, em parte autobiográfica, mas também narrativas de outros, por vezes apoiadas em fatos e documentos, e, por outras, subjetivas e sentimentais. Procurei ser fiel aos acontecimentos que vivi como operário desde a adolescência, sem perder a noção de que a minha história se intercala à história de uma série de outros companheiros de jornada, que, assim como eu, dedicaram muitos anos à militância com o sonho de mudar a situação da classe, sempre na linha de frente nas lutas dos trabalhadores. Mesmo estando, já há alguns anos, afastado do movimento sindical operário, enxerguei, neste trabalho, uma forma de me colocar novamente na ativa, de forma diferente, mas sentindo prazer de acreditar estar contribuindo para as causas sociais nas quais me envolvi em anos de militância.

³⁸ Disponível em: <<https://memoriaoperariabh.medium.com/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativa e pesquisa autobiográfica**. Pelotas: História da Educação; Asphe/FaE/UFPel, 2003.

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O Método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Edu. Pioneira, 1998. p. 107-188.

ARAGÃO, Wilson Honorato. **As contradições do cotidiano de um dirigente sindical**. João Pessoa: Universitária-UFPB, 2007.

ARAÚJO, J. Prata. **A construção do sindicalismo livre no Brasil**. Belo Horizonte: Lê, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIA, Paulo Renato. **Escritos sobre greve na sede administrativa da Usiminas**. Belo Horizonte: [s. n.], 2020. Mimeografado.

CAMPOS, D. A campanha do operário padrão: as virtudes de um bom trabalhador. In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: O Brasil no Sul, cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, 10., 2010, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria e Centro Universitário Franciscano, 2010.

CIAVATTA, Maria. **A memória dos trabalhadores: de classe subalterna a construtores da democracia**. Belo Horizonte: Trabalho & Educação, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS. *Revista dos Metalúrgicos*. São Paulo: Piacere in Arte, v. 1, n. 1, Junho de 1995. Edição Especial do III Congresso Nacional dos Metalúrgicos.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.

CUNHA, Charles Moreira. **Memórias docentes: convocações do presente**. Jundiaí: Paco, 2017.

CUNHA, C. M. ; SANTOS, G. M. A. ; CUNHA, D. M. Quando o trabalho faz pensar (e compartilhar) a experiência do tempo de agora. In: LIMA, F. A; DI RABELO, B. C; CASTRO, M (org.). **Conectando Saberes: dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho**. Belo Horizonte: FABREFACTUM, 2015. p. 461-487.

DIEESE. **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças**. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção Por que cruzamos os braços, v. 1).

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ENGUITA, M. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Vitor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens até os anos 20. São Paulo: Ática, 1991.

FRANÇA, Caio Galvão. **Sindicalismo e negociação coletiva na contracorrente dos anos 90**: a experiência dos metalúrgicos de Minas Gerais. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GONZAGA JR., Luiz. **Luiz Gonzaga Jr**. São Bernardo do Campo: EMI/Odeon Brasil, 1973. 1 LP de áudio (39 min.), com 10 faixas.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERNANDEZ, Ignácio. **Memória operária**. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2013.

LINS, Ivan. **Novo tempo**. São Bernardo do Campo: EMI/Odeon Brasil, 1980. 1 LP de áudio, com 11 faixas.

LOPES NETO, Sebastião (org). **Oposição Metalúrgica**: os militantes de A a Z. Memórias em imagens. São Paulo: Associação Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Uma arqueologia da memória**: autobiografia de um moleque de fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural. V I, II e III, 1985.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (org.). **Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MIRANDA, Nilmário. **Memória essencial**: a trajetória vitoriosa do PT em Minas Gerais. Belo Horizonte: Segrac, 2003.

MOITA, M. C. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1995.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues. **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)**: depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Edgar Leite. **Conflito social, memória e experiência**: as greves dos metalúrgicos de Contagem, 1968. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Efigênia Maria de. **Cor da Vida**. Belo Horizonte: Sindimetal, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Verás de. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. **Notas Sobre a Relação Partido Sindicato**. São Paulo: [s. n.], 2017. Mimeografado.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, ano 5, v. 10, p. 200-212, Setembro de 1992. Fundação Getúlio Vargas.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, ano 3, v. 3, p. 3-15, Maio de 1989. Fundação Getúlio Vargas.

RODRIGUES, Iran (org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes/Edu/Unitrabalho, 1999.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Forjando lideranças**: comportamentos políticos e militância operária no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1984). 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA. **História da greve de 89**. São Bernardo do Campo: Gráfica Editora FG, 1989.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

_____. **A miséria da teoria**: ou o planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Os românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A voz do passado**: história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROTSKY, L. **Sobre sindicatos**. São Paulo: Sanderman, 2019.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, , n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007.

VIEZZER, Moema. “**Se Me Deixam Falar...**” **Domitila**: depoimento de uma mineira boliviana. São Paulo: Global, 1981.

WAUTIER, Anne Marie. O trabalho em perspectiva: identidade e subjetividade. **Século XXI-Revista de Ciências Sociais**, v. 2, p. 149-173, 2012.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.